



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LETÍCIA UENO BONOMO

**AS CRÔNICAS DE ELIANE BRUM E AS MASCULINIDADES  
NA VIDA (EXTRA)ORDINÁRIA**

---

Londrina  
2017

LETÍCIA UENO BONOMO

**AS CRÔNICAS DE ELIANE BRUM E AS MASCULINIDADES  
NA VIDA (EXTRA)ORDINÁRIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Santos Simon

Londrina  
2017

### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B719c Bonomo, Letícia Ueno.

As crônicas de Eliane Brum e as masculinidades na vida (extra)ordinária / Letícia Ueno Bonomo. – Londrina, 2017.  
133 f.: il.

Orientador: Luiz Carlos Santos Simon.

Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Crônicas brasileiras \$x História e crítica. – Teses. 2. Masculinidade. – Teses. 3. Literatura. – Teses. 4. Crônica. Teses. I. Simon, Luiz Carlos Santos. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Letras.. III. Título.

CDU 869.0(81)-4.09

LETÍCIA UENO BONOMO

**AS CRÔNICAS DE ELIANE BRUM E AS MASCULINIDADES NA VIDA  
(EXTRA)ORDINÁRIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Santos Simon.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Santos Simon  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Marilene Weinhardt  
Universidade Federal do Paraná - UFPR

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Suely Leite  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 23 de agosto de 2017.

À crise de todos nós.

## AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Luiz Carlos Santos Simon, por todos os ensinamentos, desde a graduação. Se hoje conheço os passos árduos de uma pesquisa, isso se deve a ele. Agradeço a sua paciência, o seu comprometimento, a amizade construída ao longo desses anos e por tornar minha caminhada mais leve.

Agradeço à professora Suely Leite e ao professor Luiz Carlos Migliozi pelas contribuições tão assertivas durante a qualificação, etapa importantíssima para que este trabalho fosse aperfeiçoado. À primeira, também agradeço por apresentar a mim as discussões de gênero. Foram passos essenciais para que eu pudesse, posteriormente, desenvolver um trabalho como este.

A todos os professores da pós-graduação, agradeço pela dedicação ao programa e, conseqüentemente, a nós, mesmo em momentos políticos difíceis como nesses últimos dois anos.

Aos colegas do projeto de pesquisa, agradeço pelas boas discussões e trocas de conhecimento: Lucélia Canassa, Fabrícia Florêncio, Ana Luísa Cabral, Susanah Yoshimi, Thiago Watanabe, Gustavo Ramos, Renata Beloni e Thamiris Pellizzari. As sextas-feiras de manhã eram mais divertidas.

A todos os colegas que caminharam comigo nesse processo. O apoio deles foi essencial para que eu pudesse me manter firme. São eles: Luah Kugler, Marli Miotto, Márcio Soares, Caroline Rodovalho, Lucas Rodrigues, Mateus Oliveira e Fernanda Tarran.

À CAPES e à UEL, por viabilizarem esta pesquisa.

Aos meus pais, Dirceu Bonomo e Marilza Ueno, pelo grande exemplo que são e por me ensinarem a olhar para o outro.

A Jeferson Cardoso, por me apoiar em todos os momentos, principalmente nos de ausência e ocupação com a dissertação.

Ao meu irmão, Hugo Ueno Bonomo, pela cumplicidade de sempre.

Agradeço a compreensão e paciência de todos os amigos e familiares que, de alguma forma, participaram dessa etapa e torceram por mim.

Agradeço, por fim, a Deus, por ser o meu refúgio e a minha fortaleza em todos os momentos.

"A poesia está guardada nas palavras — é tudo que  
eu sei.  
Meu fardo é o de não saber quase tudo.  
Sobre o nada eu tenho profundidades.  
Não tenho conexões com a realidade.  
Poderoso para mim não é aquele que descobre  
ouro.  
Para mim poderoso é aquele que descobre as  
insignificâncias (do mundo e as nossas).  
Por essa pequena sentença me elogiaram de  
imbecil.  
Fiquei emocionado.  
Sou fraco para elogios."

**Manoel de Barros**



BONOMO, Letícia Ueno. **As crônicas de Eliane Brum e as masculinidades na vida (extra)ordinária**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo evidenciar as representações de masculinidades que aparecem nas crônicas de Eliane Brum e refletir de que maneira elas são construídas e como dialogam com estudos de masculinidades. Para isso, foram analisadas quatro crônicas da referida autora, todas presentes na compilação *A menina quebrada* (2013). Enxergar a temática de masculinidades em textos que não a trazem de forma tão óbvia – exceto por um deles – é um aspecto que considero bastante relevante nas crônicas selecionadas. Anteriormente às análises, procuro reunir teorias e críticas que permitem compreender o que são os estudos de masculinidades, a que(m) se prestam e por que são relevantes. O percurso de (des)identidades desenvolvido pela cronista permite investigar olhares que condicionam e outros que possibilitam essas masculinidades. Consciente de que estou lidando com um gênero ainda polêmico quanto à literariedade, em primeiro lugar, analisarei as aproximações e os afastamentos entre literatura e jornalismo.

**Palavras-chave:** Literatura. Crônicas. Masculinidades. Eliane Brum.

BONOMO, Leticia Ueno. **The chronicles of Eliane Brum and the masculinities in the (extra)ordinary life.** 2017. 140p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

### **ABSTRACT**

This paper aims to highlight the representations of masculinities that appear in the chronicles of Eliane Brum and to reflect in what way they are constructed and how they dialog with studies of masculinities. For this, four chronicles of this author were analyzed, all present in the compilation *The broken girl* (2013). Looking at masculinities in texts that do not bring it so obviously - except for one of them - is an aspect that I consider quite relevant in the selected chronicles. Previously to the analyzes, I try to gather theories and critics that allow to understand what are the studies of masculinities, to which they lend themselves and why they are relevant. The path of (un)identities developed by the chronicler allows us to investigate the conditioning and other aspects that make these masculinities possible. Aware that I am dealing with a still controversial genre with regard to literacy, I will first of all look at the approximations and separations between literature and journalism.

**Keywords:** Literature. Chronic. Masculinities. Eliane Brum.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO 1: A CRÔNICA: LITERATURA E(M) JORNALISMO</b> .....	13
1.1 Literatura, jornalismo e a palavra compartilhada .....	13
1.2 Crônica: o gênero equilibrista .....	25
<b>CAPÍTULO 2: MASCULINIDADES: O QUÊ, POR QUE E POR QUEM?</b> .....	36
2.1 Transformações identitárias e crise do sujeito pós-moderno.....	36
2.2 Os estudos de gênero e as masculinidades .....	39
<b>CAPÍTULO 3: ELIANE BRUM E AS MASCULINIDADES NA VIDA COMUM</b> .....	55
3.1 Os “desacontecimentos” em Eliane Brum.....	55
3.2 “Eike Batista, um superpai?” .....	64
3.3 “Pedro e João: a história de dois meninos gays e uma infância devastada” .....	71
3.4 “Enfim, a emancipação masculina” .....	83
3.5 “Elas não são gays” .....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	97
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	100
<b>ANEXOS</b> .....	104
ANEXO A - Eike Batista, Um Superpai? .....	105
ANEXO B - Pedro e João: a história de dois meninos gays e uma infância devastada.....	113
ANEXO C - Enfim, a emancipação masculina.....	124
ANEXO D - Elas não são gays .....	128

## INTRODUÇÃO

São tempos de crise. Fala-se em crise financeira, crise política, crise do jornalismo, crise da poesia, crise da masculinidade, crise de identidade. Discursos e vidas fragmentados. Tudo isso, porém, não é necessariamente negativo. De modo geral, é a partir da inquietude, da insatisfação, que ocorre uma mudança de posição, que se tomam novos rumos. Na chamada “crise da masculinidade”, a situação é parecida. É a partir do incômodo gerado pelo gradativo desnudamento do “mito da potência viril” – termo utilizado por Jean-Jacques Courtine (2013) – que novas possibilidades passam a entrar em discussão de forma mais séria. São anos de sustentação de um modelo hegemônico de masculinidade que afeta todo um povo, seja ele qual for – esse modelo, é claro, diverge de acordo com a cultura, o contexto histórico, social, regional, etc. Embora essa sustentação permaneça, ela vem sendo problematizada, de modo mais enfático, desde os anos 1960, aproximadamente.

Tendo isso em vista, o objetivo deste trabalho é criar um diálogo possível entre as crônicas de Eliane Brum e os estudos sobre masculinidades, a fim de identificar representações e/ou discursos que trazem pistas ou evidenciem a problemática de gênero desses estudos. Devido ao caráter recente de pesquisas e debates sobre masculinidades, a tendência, muitas vezes, é negar que determinados textos possam ter essas questões como centro de análise. A falta de informação acerca da abrangência desses estudos leva a crer que não é assertivo analisar, por exemplo, a dominação masculina enquanto foco, uma vez que a “raiz” do problema seria a luta pelo poder, independentemente de sexo ou gênero. Há, então, uma tendência a descaracterizar ou deslegitimar análises que foquem em masculinidades, sob o pretexto de que o olhar deveria se voltar a questões supostamente maiores. Acontece que até mesmo essa visão sobre os estudos denuncia como são encaradas as dominações masculinas, tão naturalizadas que bastariam ser investigados o poder, a violência, a saúde, para se entender a problemática exposta.

O intuito das análises, portanto, é mostrar um pouco desse diálogo, explicitar questões nem sempre identificadas enquanto tais e explicar, na medida do possível, porque são chaves para as análises pretendidas. Em áreas da saúde (como na Medicina), do Direito, da Psicologia, da Sociologia e da Antropologia, estudos sobre homens e masculinidades têm se mostrado mais frequentes. Na área de Letras, porém,

ainda são muito poucos. Por isso, encaro este trabalho quase como um dever em relação a essa “falha”. É preciso admitir, inclusive na Literatura, o valor social desses estudos.

Caminhando no mesmo terreno do pequeno número de pesquisas, ao buscar autores possíveis para análise, deparei-me com a inexistência (segundo o banco de teses e dissertações da CAPES, assim como o de periódicos, e o Google Acadêmico) de estudos sobre masculinidades em textos de Eliane Brum. Brum, enquanto escritora dos desacontecimentos – expressão criada por ela para explicar o trabalho desenvolvido e reunido em *A menina quebrada* (2013) –, produz textos riquíssimos em elementos que permitem análises de gênero. O único artigo relacionado a gênero que encontrei foi *A imagem do corpo e a escrita da identidade: a relação entre corporalidade e autoria feminina na obra de Eliane Brum*, de Jaqueline Gomes e Rafael Guimarães. Especificamente sobre masculinidades não há nenhum trabalho publicado. Além disso, mesmo sobre as crônicas de Eliane Brum quase não há estudos. A maioria das pesquisas são da área jornalística, com intenções de discutir seus textos enquanto reportagens do *New Journalism*, sobre a crise do jornal ou a sensibilidade da escrita de Brum.

Desse modo, por se tratar de análise de crônicas, o primeiro capítulo deste trabalho será dedicado às aproximações e aos afastamentos entre literatura e jornalismo. Eliane Brum exerce a maior parte de seu trabalho como repórter, é disso que gosta. Ainda assim, é característica de suas produções, mesmo nas reportagens, emprestar recursos estéticos da literatura, o que a aproxima mais da prática do *New Journalism*. Embora isso seja evidente para alguns, para outros, nem tanto. O que limita a percepção da “literariedade” em crônicas como as de *A menina quebrada* – coletânea montada a partir de textos publicados por Brum durante seu período como colunista na revista *Época* – é a forma de entender o que pode ou não ser considerado literatura. Essa discussão será abordada no primeiro momento do capítulo. Não há como aceitar diferentes configurações identitárias, ou reconhecer uma crise nesse sentido, e ignorar o mesmo hibridismo presente nos gêneros textuais – tanto literários quando jornalísticos. A crônica foi o gênero escolhido, dentre outros aspectos, justamente por ser capaz de desnudar e interpretar o cotidiano, o qual geralmente é tratado de forma crua pelo jornalista comum. E Eliane Brum não é, definitivamente, uma jornalista comum. Uma das maiores repórteres deste século, já ganhou mais de quarenta prêmios, no Brasil e no exterior, dentre eles: Rei de Espanha, Esso, Sociedade Interamericana de Imprensa, Valdimir Herzog, Prêmio Jabuti e Prêmio Açorianos. Enquanto cronista, ela ocupa um espaço que prefiro chamar de entrelugar, uma vez que habita a linha tênue entre as duas

áreas: jornalismo e literatura. Essa condição dos textos goza de um privilégio que lhes é próprio: um contato muito próximo com o leitor. Isso facilita o debate de temáticas importantes em meios comuns, como o ambiente familiar, de trabalho, escolar, etc; ou mesmo a reflexão individual sobre o assunto. Fato é que a crônica de Brum está ali para desacomodar, e é disso, também, que os debates sobre masculinidades precisam para alcançar variados públicos de forma acessível e crítica.

O segundo capítulo se prestará a elucidar os estudos sobre masculinidades. Stuart Hall, ao debater os deslocamentos identitários, os quais auxiliam a compreender as transformações pelas quais passam os sujeitos, propõe uma possível leitura sobre a crise de identidade vivida na pós-modernidade. Em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), o autor explica que o sujeito pós-moderno não se identifica apenas com um único modelo, mas vários, os quais podem ser contraditórios ou não-resolvidos para si. Isso é bastante característico das sociedades modernas, desde que signifiquem sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Hall afirma que, se no passado tínhamos localizações sólidas enquanto indivíduos sociais, hoje, questões culturais como gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, etc, estão fragmentadas e transformando, também ou principalmente, nossa identidade pessoal. Essa perspectiva ilumina o caminho a ser percorrido em direção aos estudos de gênero, campo de pesquisa interdisciplinar que procura compreender as relações de gênero no contexto cultural e que constitui a sustentação básica de pesquisas acerca de masculinidades. A obra *Masculinities* (publicada em 1995), de Raewyn Connell, caracteriza referência fundamental para esses estudos. Na obra, a socióloga busca a história da investigação moderna ocidental sobre masculinidade; apresentar uma teoria de masculinidades, embebida em uma teoria social de gênero; descreve a história de quatro grupos de homens em processo de mudança; sintetiza a história das masculinidades ocidentais e suas expressões políticas e propõe estratégias para as políticas de igualdade de gênero. Os estudos sobre masculinidade, portanto, não reafirmam uma condição masculina supostamente superior, mas possibilita discussões maiores, como educação, saúde, violência, paternidade, sexualidade e socialização de meninos. Devido ao caráter recente dessas pesquisas, porém, há quem questione se é realmente relevante voltar o olhar para os homens, tendo em vista que ainda não há estudos suficientes sobre mulheres, além de que seus problemas em relação à assimetria de poder não estão solucionados; por isso, não se justificaria uma preocupação com os problemas dos homens. Essa será uma das questões trabalhadas no capítulo, a qual será

desenvolvida a fim de esclarecer a razão para estudá-los, a que(m) se prestam e quais as possibilidades de estudo (apresentando descobrimentos e perspectivas possíveis).

O terceiro capítulo, então, será o espaço dedicado às análises dessas discussões a partir dos textos literários. Tendo em vista que este trabalho se propõe a analisar as masculinidades a partir das reflexões de Eliane Brum e das vozes que ela concede aos sujeitos, de diferentes formas, é necessário perceber que nem a estrutura do gênero textual nem da temática de análise são fixas. Eliane diz tratar, em suas crônicas, sobre desacontecimentos, sobre o extraordinário da vida comum. Talvez caiba aqui um questionamento: mas não é essa a característica das crônicas em geral? E a resposta pode ser: sim, é. Porém, esses desacontecimentos vão além de simplesmente enxergar a beleza do cotidiano, a riqueza contida na história do “cachorro que morde o homem” e não só na do “homem que morde o cachorro”, o que já é louvável. Os desacontecimentos de Eliane dizem respeito à vida que escapa, e escapa, às vezes, dos próprios protagonistas.

As crônicas analisadas falam sobre a noção de que a superproteção de um pai pode estar relacionada à tentativa de permanecer conferindo a si o atributo fálico, ao invés de, realmente, estar ao lado do filho, com todas as implicações disso (em “Eike Batista, um superpai?”); o entendimento de que a confusão do homem sobre seu lugar no mundo é uma boa notícia, uma vez que isso não representa um fracasso, e sim a abertura para novas e libertadoras possibilidades (em “Enfim, a emancipação masculina”); a percepção sobre como o ato de narrar, ou ser narrado, pode proporcionar uma transformação não só pessoal como também coletiva sobre a forma de encarar ou até mesmo conceber o problema da desigualdade e da violência de gênero – violência essa, na maioria das vezes, insidiosa, para só depois vir a ser brutal e explícita (em “Pedro e João: a história de dois meninos gays e uma infância devastada” –); e sobre a não identificação de um casal de mulheres com a orientação homossexual, o que traz à tona debates acerca do que se considera masculino ou masculinidade e de até que ponto realmente aceitamos a diversidade de identificações.

Diante das questões apresentadas, pretendo contribuir com um olhar possível. Espero servir de faísca para acender proveitosos estudos sobre outros textos e obras da autora voltados para a crônica e/ou para as masculinidades.

## CAPÍTULO 1

### A CRÔNICA: LITERATURA E(M) JORNALISMO

#### 1.1 LITERATURA, JORNALISMO E A PALAVRA COMPARTILHADA

*“Cada palavra escrita é o traço onde o pintor se reconhece por inteiro. Não há o jornalista, não há o poeta; há alguém, alguém que se exprime diretamente, ou que se exprime contra a vontade; enfim, que se trai ou que se entrega, porque existe e porque tem a sua palavra a dizer.”*

François Mauriac

Começar este capítulo sem expor as convergências e divergências existentes entre literatura e jornalismo seria, no mínimo, displicente. Não há como trabalhar a crônica sem considerar essa relação. Para tanto, uma vez que ambos (jornalismo e literatura) têm como ponto de partida a palavra, explorar as funções da linguagem que os envolve torna-se relevante. Se a língua consiste em um código (composto por combinações, regras e estrutura) utilizado para a comunicação, a linguagem constitui formas de expressar emoções, sentimentos, regras, mensagens, relacionados a fenômenos comunicativos, de forma verbal, não verbal ou mista. Ela é o objeto essencial de estudos sobre a comunicação. Na tentativa de compreender os usos, a importância e as diferenças entre as manifestações de linguagem, estudiosos detiveram-se, dentre outras contribuições, sobre o que se chama “elementos da comunicação”: emissor, mensagem, código, canal, receptor e contexto. Cada uma das funções da linguagem, definidas por Roman Jakobson (1995) nas primeiras décadas do século XX, tem como centro um dos elementos. O teórico as dividiu em: função referencial ou denotativa, expressiva ou emotiva, conativa ou apelativa, fática, metalinguística e poética.

Tradicionalmente, Jakobson percebia o jornalismo e a literatura como formas distintas de se empregar a linguagem. No jornalismo, a função predominante era a referencial, ou seja, uma linguagem objetiva, centrada no contexto, com a finalidade prática de informar, desenvolvida de forma simples e clara, sem se valer de juízos de valor. Na literatura, por sua vez, destacavam-se as funções



emotiva e poética. A primeira é centrada no emissor, exposta, portanto, de maneira subjetiva, a qual pode comportar adjetivação, advérbios emotivos, interjeições, tom exclamativo, perguntas de caráter reflexivo, reticências, etc. A segunda, centrada na mensagem, valoriza os recursos criativos da língua, e não se trata exclusivamente do gênero poema. Há o predomínio da conotação, de figuras de linguagem, recursos sonoros, intertextualidade, polissemia, etc.

Aparentemente incompatíveis, jornalismo e literatura seguiam – ao menos na teoria – divergentes. De um lado, a presunção daquele que comunica, apura e difunde informações de determinado contexto, com a finalidade de testemunhar a realidade de forma “imparcial”, isenta de juízo de valor. De outro, o espírito livre da linguagem dotada de recursos estéticos e potencialidades expressivas. Para o jornalismo, conforme observou Marcelo Bulhões (2007), a linguagem não é fim, mas meio; para a literatura, no entanto, a mesma linguagem seria a matéria em si, centro das atenções, fim último e razão de ser da produção literária.

A liberdade estética da literatura e a possibilidade de recriação do real, a partir da linguagem conotativa, são o que traz ao texto a necessidade de “experiência estética” e o torna insubstituível. Nesse sentido, não é possível, por exemplo, sintetizá-lo. Afinal, a linguagem seria alterada e, conseqüentemente, também seus elementos de expressão. Os formalistas russos, na década de 1930, foram significativamente responsáveis por acentuar a concepção de “literariedade”, termo do também formalista Jakobson utilizado para distinguir o texto literário, suas funções e sua autonomia diante do texto não literário, isto é, som, métrica, rima, ritmo, sintaxe, técnicas narrativas, efeitos de distanciamento da linguagem coloquial e cotidiana, criação de neologismos, jogos de palavras e ideias, etc. Terry Eagleton, em *Teoria da Literatura*, traz em seu discurso a concepção do russo Roman Jakobson, para o qual a literatura compõe a escrita que representa uma “violência organizada contra a fala comum” (1994, p.3).

Da mesma forma, além da linguagem como fim, o literato tem licença para criar enredos, personagens, uma localização particular no tempo, enfim, um novo mundo de possibilidades, seja ou não verossímil. A ideia de verossimilhança, ainda que não nesses termos – foi trazida por Aristóteles, primeiro estudioso a se preocupar com a definição da literatura. Ele a conceituou, em *Poética* (2003), como *mimese* do mundo real, ou seja, aquilo que imita a realidade.

No jornalismo, por outro lado, acredita-se que não há texto insubstituível, intocável. Esse modo de identificar (para diferenciar) literatura e jornalismo parte do século XX. Paralelamente ao contexto dos formalistas russos, a partir de meados do século XX, a assimilação do modelo americano de jornalismo, por cursos superiores de comunicação, corroborou a finalidade da função jornalística como objetiva e padronizada. Assim, prezava-se pela precisão e homogeneização dos textos, bem como pela repulsa a recursos que atrapalhassem essa orientação geral. Ademais, cultivava-se a crença de que o jornalismo transmitia a realidade cotidiana de forma legítima e, para tanto, utilizava “ferramentas ou procedimentos capazes de registrar esse real e remetê-lo sem enganos.” (BULHÕES, 2007).

Essa maneira de diferenciar aquilo que se considera literatura daquilo que não se considera, porém, para Terry Eagleton (1994), é equivocada, uma vez que:

[a] distinção entre fato e ficção [...] não nos parece ser muito útil, e uma das razões para isso é a de que a própria distinção é muitas vezes questionada. [...] Além disso, se a “literatura” inclui muito da escrita “factual”, também exclui boa margem de ficção. As histórias em quadrinho do Super-homem e os romances de Mills e Boon são ficção, mas isso não faz com que sejam geralmente considerados como literatura, e muito menos como Literatura. (p.1-2)

Além disso, a ideia de que existe uma única linguagem tida como “normal”, para que se possa distinguir o estranhamento causado pela linguagem literária, é uma ilusão. Pensar na literatura como os formalistas o fazem é, na verdade, considerar toda a literatura como *poesia*. Contrapondo esse estranhamento, Eagleton argumenta que “nem todos os desvios linguísticos são poéticos” (p.5). Ou, ainda, que há mais metáforas na linguagem cotidiana que em muitos textos literários. Ou, agora atrevo-me, também há poesia na banalidade dos dias, paradoxais que são, cheios de eufemismos, hipérboles, gradações, metonímias e metáforas.

Apesar dessa, aparentemente, oposição drástica que se construiu – e ainda se sustenta nos moldes conservadores – entre literatura e jornalismo, os dois não divergiram por completo; pelo contrário, viveram e ainda vivem momentos de clara relação. Conforme explicita José Domingos de Brito, a imprensa e a literatura surgiram quase na mesma época. Gutenberg, além de inventar a imprensa em 1456, também foi responsável pela criação do livro ao editar a Bíblia. Ademais, o primeiro jornal semanário – *Gazzete de France* – surgiu em 1631, em Paris, considerada a capital mundial da literatura. Esses fatos históricos comprovam uma realidade ainda presente nos dias de

hoje. Não por acaso, muitos jornalistas transformaram-se em escritores devido ao trabalho realizado na mídia, da mesma forma que vários escritores conseguiram certa independência financeira por meio dos jornais.

Em se tratando do século XVII, a literatura inglesa, segundo Eagleton (1994), inclui “Shakespeare, Webster, Marvell e Milton; mas compreende também os ensaios de Francis Bacon, os sermões de John Donne, a autobiografia espiritual de Bunyan, e os escritos de Sir Thomas Browe.” (p.1), autores que, a princípio, não são reconhecidos como donos de uma escrita “literária”. Essa relação estreita entre mundo ficcional e não ficcional também se observa na Europa em geral, onde escritores renomados também exerciam a função de jornalistas: Daniel Defoe (1660-1731), Honoré de Balzac (1799-1850), Victor Hugo (1802-1885) e Émile Zola (1840-1902), como intelectuais engajados, exerceram a função de críticos nos jornais da época. O texto “J’accuse”, de Zola, publicado em 1898 no jornal literário *L’Aurore*, demonstra a proximidade entre as atividades de escritor e jornalista. No texto, o escritor defende publicamente um oficial da artilharia francesa, acusado de vender segredos militares para os alemães, quando, na verdade, o culpado já havia confessado o crime de espionagem, mas não seria punido porque vivia na Inglaterra. O artigo mudou o percurso do processo e causou comoção nacional. O romance *Germinal* (1885), igualmente de Zola, também expressa uma relação estreita entre ficção e não ficção, uma vez que é considerado um romance-reportagem. A partir da ficção, o autor trata de acontecimentos verídicos vividos por mineiros na extração de carvão, vivência que ele experimentou por dois meses, trabalhando nas minas e levando a mesma rotina dos mineiros, a fim de conhecer melhor o meio.

No século XX, Gabriel García Márquez (1927-2014), escritor e jornalista colombiano, ao ser indagado se o gênero romance trabalharia com mais possibilidades que o jornalismo e se existiam responsabilidades diferentes ao equilibrar verdade e imaginação, respondeu: “Não acho que exista diferença. As fontes são as mesmas, o material é o mesmo, os recursos e a linguagem são os mesmos. [...] Em jornalismo, um único fato falso prejudica todo o trabalho. Já na ficção, um único fato verdadeiro dá legitimidade ao trabalho inteiro...” (MÁRQUEZ apud BRITO, 2007, p.76-77). O autor também fez do jornalismo um meio de lidar com as injustiças. *Relato de um naufrago* (1970) é um livro-reportagem, fruto de uma série de reportagens publicadas no jornal *El Espectador*, de Bogotá, em 1955, durante 14 dias seguidos. Garcia Márquez desenvolveu os textos a partir dos relatos do único sobrevivente entre oito membros da

tripulação de um destróier da Marinha colombiana, Luís Alejandro Velasco, após caírem no mar caribenho. O contato entre Garcia Márquez e Velasco aconteceu pois o marinheiro procurou a redação do *El Espectador* para contar o que, de fato, havia acontecido. Ernest Hemingway, ao cobrir a guerra civil espanhola (1936-1939) como jornalista, também trouxe aos seus textos o toque literário. Tanto que, posteriormente, chamou de conto um dos textos que havia publicado em jornal americano a respeito da guerra: “O velho na ponte” – o qual, em outro tempo, alocou-o em um livro. Eliane Brum, jornalista e escritora brasileira contemporânea sobre a qual recairá o foco desta pesquisa, também é conhecida por transpor seus textos, veiculados e vinculados à mídia jornalística, ao meio literário a partir da seleção e publicação das crônicas em livro. Aliás, para não cair em contradição e ser justa tanto com os textos de Hemingway quanto com os de Brum, posso dizer que ambos possuem grande capacidade de levar “literariedade” – com todos os impasses que o termo pode carregar – às suas produções relacionadas ao jornal.

No contexto brasileiro, é possível observar que a literatura do país não se isenta dessa diversidade observada por Eagleton sobre a literatura inglesa. Abarca Gregório de Matos Guerra, José de Alencar, Machado de Assis, etc, mas também compreende os sermões de Pe. Antônio Vieira, por exemplo, legitimado no meio literário como literatura barroca. É preciso lembrar que o gênero textual sermão é um discurso opinativo e religioso, com intuito de convencer o público a quem se dirige acerca de determinada conduta ou moral. Em um de seus sermões mais conhecidos, Pe. Vieira escreve:

O trigo que semeou o pregador evangélico, diz Cristo que é a palavra de Deus. Os espinhos, as pedras, o caminho e a terra boa em que o trigo caiu, são os diversos corações dos homens. Os espinhos são os corações embaraçados com cuidados, com riquezas, com delícias; e nestes afoga-se a palavra de Deus. As pedras são os corações duros e obstinados; e nestes seca-se a palavra de Deus, e se nasce, não cria raízes. Os caminhos são os corações inquietos e perturbados com a passagem e tropel das coisas do Mundo, umas que vão, outras que vêm, outras que atravessam, e todas passam; e nestes é pisada a palavra de Deus, porque a desatendem ou a desprezam. Finalmente, a terra boa são os corações bons ou os homens de bom coração; e nestes prende e frutifica a palavra divina, com tanta fecundidade e abundância, que se colhe cento por um: Et fructum fecit centuplum. (VIEIRA, 1655, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-antonio-sermao-sexagesima.pdf>)

É por meio da retórica e da eloquência da autoridade, embasada em uma obra ou em dogmas religiosos, que se pretende alcançar a persuasão. Esse tipo

de discurso pode ser dividido estruturalmente em exposição, exortação e aplicação prática. Além da estrutura técnica, o texto é todo construído a partir de metáforas, o que, inegavelmente, é característica de textos poéticos.

Um pouco mais adiante, basta voltar o olhar para meados do século XIX e início do XX, período em que o jornalismo brasileiro ainda se inspirava no padrão francês, para perceber a estreita relação entre jornalismo e literatura. Os folhetins, que permeavam os jornais periodicamente, tornaram-se o grande atrativo das massas urbanas. Graças a eles é que surgem os primeiros romances brasileiros enquanto gênero literário. Somente após esse primeiro contato com o jornal é que tomaram a feição de livros. O mesmo ocorreu com poemas, crônicas e contos, publicados em revistas ou jornais, os quais ocuparam os livros apenas mais tarde, segundo o professor e crítico literário Fábio Lucas (2007). Nesse contexto, os principais escritores brasileiros eram, também, jornalistas: Machado de Assis, José de Alencar, Olavo Bilac, Raul Pompéia, Arthur Azevedo e Euclides da Cunha, por exemplo. Dessa forma, a fim de atingir não só o público intelectual, como também as camadas populares, a linguagem teve de se adaptar à expressão coloquial, o que contagiou inclusive a literatura, a qual “[a]dotou um coloquialismo distanciado das pompas de estilo então vigentes entre os escritores. Desataviou o linguajar, tornando-o mais acessível ao homem comum.” (LUCAS, 2007, p.12). O beletrismo, portanto, cedeu lugar a outra riqueza de criação literária:

Deste modo, o Jornalismo, de certa forma, dotou os escritores de uma linguagem mais ágil e comunicativa na poesia, na ficção e no ensaio. O estilo de um Coelho Neto seria a reminiscência de uma escrita literária atravessada, postiça, cheia de afetação e exuberância vazia. Lima Barreto e o chamado “romance do nordeste” atestam outra fortuna de nossa criação narrativa. (LUCAS, 2007, p.12).

No chamado pré-modernismo brasileiro, a ficção *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, é fruto da experiência do autor na cobertura da guerra de Canudos (1896-1897). Na época, o jornal *O Estado de São Paulo* convocou o jornalista como repórter da 4ª expedição para relatar os episódios da insurreição. Segundo um estudioso da vida e obra de Euclides da Cunha, Roberto Ventura, durante a cobertura, o escritor silenciou sobre as atrocidades, assim como a maioria da imprensa. Quando presenciou um violento assalto de seis mil soldados contra uma comunidade, porém, o jornalista se chocou profundamente e, por isso, parou

subitamente de escrever suas reportagens. Em um último relato para o jornal, o escritor admitiu o desapontamento que sentiu ao ver a cena de centenas de feridos gemendo e amontoados no chão:

Quando á 1 hora da tarde contemplei o quadro emocionante e extraordinario, comprehendi o genio sombrio e prodigioso de Dante. Porque huma coisa que só elle soube definir e que eu vi naquella sanga estreitíssima abafada e ardente mais lugubre que o mais lugubre valle do Inferno: A blasphemia orvalhada de lagrymas, rugindo nas boccas simultaneamente com os gemidos da dôr e os soluços extremos da morte. (CUNHA, 1897)

No trecho, Euclides da Cunha lembra-se do inferno percorrido por Dante Alighieri em *Divina Comédia*. Em outubro de 1897, dois dias antes do final da guerra, o escritor saiu da Bahia doente. Em *Os Sertões*, o autor conta a história de Antônio Conselheiro, um líder religioso “peregrino” que comandou os sertanejos no nordeste do país em uma luta de resistência ao poder oficial – poder esse que, nos primeiros anos da República, por meio da imprensa e de alguns historiadores, retratou Conselheiro como um louco, fanático religioso e contrarrevolucionário monarquista perigoso, a fim de justificar o genocídio. Foi a partir do romance citado que Euclides da Cunha pôde reconhecer (e assim o fez) sua omissão de fatos importantes nos textos jornalísticos pelos quais era responsável. Compreende-se, após essa breve observação, que, embora a matriz da obra euclidiana seja essencialmente jornalística, os recursos estéticos impregnados em seu texto conferem à obra ares de literatura:

E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono. Depois tudo isto se acaba. Voltam os dias torturantes; a atmosfera asfixiadora; o empedramento do solo; a nudez da flora; e nas ocasiões em que os estios se ligam sem a intermitência das chuvas – o espasmo assombrador da seca. (CUNHA, 1984, p.24-25)

Não só os recursos estéticos, mas também a autonomia alcançada em relação à realidade a que se referia é que conferiu o estatuto de literatura à obra de Euclides da Cunha, conforme Bulhões (2007, p.20). Até meados do século XX, essa habilidade continuou sendo exibida, época em que Joel Silveira, considerado uns dos maiores repórteres da história do país, fazia parte do jornalismo brasileiro. Segundo Norma Couri, na página *Observatório da Imprensa* em 2013, “Foi Joel que inaugurou o ‘Novo Jornalismo’ na imprensa brasileira ao traçar um retrato cruel da elite paulistana em 1943.”.

Curiosamente, o romance, hoje consagrado pelos críticos, era considerado um “gênero menor” em relação ao poema e ao teatro, segundo Chiquim (2010), uma vez que a arte literária era desvalorizada ao ser comercializada nas páginas do jornal. O estigma de inferioridade, em relação à “Literatura”, enfrentado pelo romance no século XIX é, hoje, experimentado por outro gênero também nascido nos jornais: a crônica. No subcapítulo seguinte, esse e outros aspectos do gênero serão abordados com mais ênfase e detalhamento. Enquanto isso, retorno à perspectiva histórica. Nas primeiras décadas deste século (XXI), nota-se a presença assídua de vários escritores nas colunas dos jornais. João Ubaldo Ribeiro, Moacyr Scliar, Martha Medeiros, Lya Luft e Luis Fernando Veríssimo, para citar apenas alguns, são exemplos de literatos que exerciam (ou ainda exercem) essa dupla função e/ou ocupavam os dois espaços. Tão grande é essa relação que a editora Objetiva, entre os anos de 2009 e 2014, em parceria com as estudiosas Regina Zilberman, Sylvia Cintrão e Marisa Lajolo, as quais fizeram a seleção e apresentação dos textos, lançou uma coleção de *Crônicas para ler na escola*, de autorias diversas. Dentre os oito livros que compõem a série, seis são de autoria de escritores como Ruy Castro, Ignácio de Loyola Brandão, Zuenir Ventura, Carlos Heitor Cony, Heloisa Seixas e Marcelo Rubens Paiva. É importante, aqui, observar como os ofícios do que se considerava escritor e jornalista permanecem convergentes, mesmo depois de tantas alterações entre o que se entende por jornalismo e literatura.

De modo geral, as discussões sobre gêneros literários e jornalísticos são mesmo bastante complexas. Ao mesmo tempo em que os literários, ao longo do tempo, foram afrouxando o nó da normatividade estética e estrutural, os jornalísticos precisaram – devido às exigências profissionais e econômicas – delimitar seus padrões. O modelo americano de jornalismo, já comentado algumas páginas acima, afirmou sua autonomia em relação ao poder político a partir do desenvolvimento da democracia. Consequentemente, alguns padrões foram estipulados à forma de se fazer jornalismo. O “estatuto” do jornalismo noticioso, como se sabe, prioriza a ação ao sujeito, a objetividade e a linguagem homogênea, assim como a padronização das matérias por meio da fórmula da pirâmide invertida e, com ela, o *lead* – parte que deve compor o primeiro parágrafo de qualquer reportagem ou notícia, a qual deve ser composta pelas respostas dessas seis perguntas: “o que”, “quem”, “onde”, “quando”, “como” e “por que”. Bem diferente da prática anterior, francesa, que demorou a se desvencilhar dos partidos políticos que financiavam o jornal até as últimas décadas do

século XIX, o jornalismo de modelo estadunidense tinha fins mercadológicos, e não doutrinários. Analisando o objetivo de ambos, a partir do distanciamento histórico que me compete e das decorrências disso, é possível perceber certa contradição nesses rótulos. Ainda que, a princípio, o objetivo mercadológico possa ter diminuído o viés claramente doutrinador e eloquente, acreditar que o fim lucrativo isentaria o jornal de possíveis “doutrinações” é o mesmo que acreditar em imparcialidade – o que, de fato, não existe. É claro que, em consequência da democracia, passaram a circular diferentes pensamentos nas mídias jornalísticas, o que é positivo em comparação à dependência da prática francesa. No entanto, a busca pelos moldes fixos e a defesa da imparcialidade já são, por si só, uma nova forma de doutrinação. Afinal, “[a] pretensão de que o conhecimento deve ser ‘isento de valores’ é, em si, um juízo de valor.” (EAGLETON, 1994, p.15). Afinal, segundo o mesmo autor,

as afirmações sobre os fatos são *afirmações* que pressupõem alguns juízos questionáveis: os juízos de que tais afirmações são dignas de serem feitas, talvez mais dignas do que algumas outras, de que eu sou a pessoa indicada para fazê-las, talvez a pessoa capaz de assegurar sua veracidade, de que você é a única pessoa indicada para fazê-las, de que se obtém algo de útil com essa afirmação, e assim por diante. (p.14)

Independentemente dessas contradições, fato é que o jornalismo de modelo americano quer se distanciar da subjetividade literária. Mesmo assim, há que se concordar que permanece um ponto essencial de confluência entre literatura e jornalismo, seja de qual modelo for: a narratividade. Produzir textos narrativos é prática compartilhada por ambos. No jornalismo, predominam a notícia e a reportagem. Na literatura, o conto e o romance. Isso, é claro, pensando em estruturas tradicionalmente reconhecidas. Segundo Bulhões (2007), “a narratividade está intimamente ligada à necessidade humana de conhecimento e revelação do mundo ou da realidade.” (p.40). Se se trata de um elemento presente na vivência tanto jornalística quanto literária, como dizer que uma trabalha sempre com realidade enquanto a outra apenas lida com o imaginário? Ou, o que é pior, a uma se confere o título de mais “verdadeira” que a outra. Enquanto discute-se o mérito do jornalismo sobre a literatura em relação à veracidade dos fatos, há a corrente contrária, que briga para que o brilho literário permaneça imaculado da efemeridade jornalística.

A concepção de que o jornal está para “o exercício da prostituição” assim como a literatura está para o “santo ministério da maternidade”, como afirmado pelo poeta e ensaísta Salvador Novo (apud CASTRO & GALENO, 2002, p.17), não é



novidade. Ou, como sugeriu Carlos Heitor Cony (2007, p.17), o jornalista seria o peixinho de aquário, enquanto o escritor seria o peixe da água profunda. O teto de vidro desse pensamento hierarquizante, porém, é bem mais frágil que defesas embasadas na ideia de que jornalismo e literatura ocupam “fronteiras interpermeáveis”, termo de Edvaldo Pereira Lima (2004), as quais, sendo fronteiras, não permitem que sejam tachados conceitos definitivos sem que estes adquiram, como defendeu Vilas Boas (2007, p.19), “uma entonação ideológica desagradável”. Transformar a literatura em um monstro intocável e intangível das trevas aquáticas e o jornalismo em um palhaço exibicionista preso em um aquário é o mesmo que retroceder à limitação do pensamento pretensioso de que há um conceito inequívoco sobre o que é literatura. Como bem avaliou Eagleton (1994),

Se não é possível ver a literatura como uma categoria ‘objetiva’, descritiva, também não é possível dizer que a literatura é apenas aquilo que, caprichosamente, queremos chamar de literatura. Isso porque não há nada de caprichoso nesses tipos de juízos de valor: eles têm raízes em estruturas mais profundas de crenças, tão evidentes e inabaláveis quanto o edifício do Empire State. (p.17)

Para Vera Lúcia de Figueiredo (apud CHIQUIM, 2010, p.32), a arte literária “conviveu sempre com essa tensão, que espelha os paradoxos da própria modernidade e que, de certa forma, é constitutiva do que se convencionou chamar de literatura”. É possível notar, assim, quão instável é a noção hierárquica na história literária, afinal, caminha lado a lado com os avanços e as transformações sociais, as mais diversas. A forma de encarar determinadas concepções enraizadas deixam expostas “maneiras ‘profundas’ de ver e valorizar, que estão ligadas à nossa vida social, e que não poderiam ser modificadas sem transformarem essa vida.” (EAGLETON, 1994, p.15). E é, provavelmente, essa implicação não só teórica ou crítica, mas na vida social, que gera tanta dificuldade em aceitar o novo.

A partir do *New Journalism* – ou simplesmente Novo Jornalismo, o qual veio à tona em decorrência das diversas crises da década de 1960 –, a imprensa americana passou por mudanças que abalaram os pilares de sustentação da objetividade jornalística. Jimmy Breslin, Tom Wolf e Gay Talese são nomes de peso dessa nova prática, os quais, a partir de suas reportagens diferenciadas, influenciaram as narrativas de outros grandes nomes: Truman Capote e Norman Mailer. As produções, ao contrário do que se pode imaginar, não tiveram origem como um manifesto contra a imprensa tradicional, uma tentativa de retorno à doutrinação jornalística ou uma criação de novas técnicas, mas a partir da adoção de um posicionamento quanto ao fato observado, aos

personagens entrevistados e por trabalhar a linguagem, o que confere subjetividade ao texto. Bulhões explica como interpretar o termo *movimento* nesse contexto do *New Journalism*:

O que pode haver de *movimento* no que ele representou é tomar a palavra como sinônimo de agitação, animação, abalo, pois o *New Journalism* agitou o epicentro do jornalismo mundial e abalou estruturas fossilizantes da textualidade jornalística. Como um autêntico filme-catástrofe americano, seu impacto fulminante lançou influências em vários países, aclimatando-se depois a realidades nacionais e contextos peculiares, como no caso do Brasil. (2007, p.146)

Desde então, a textualidade jornalística passou a ser calcada, por alguns profissionais, em procedimentos literários. As técnicas de observação herdadas dos escritores do Realismo contribuem para que o repórter “mergulhe” na realidade a ser noticiada. Assim, pela voz autoral do jornalista, surgem personagens, cenários, situações. Norman Mailer, um dos maiores nomes do *New Journalism*, aponta que uma das grandes contribuições da prática foi apresentar um jornalismo repaginado, o qual tem em seus personagens não apenas o elemento narrativo, mas meio pelo qual o leitor também pode ter acesso à experiência. Tom Wolfe (1992), em seu livro *Radical Chic*, mostra as técnicas essenciais adotadas pelo novo “gênero”: registro minucioso de gestos de personagens, descrição de costumes, hábitos e descrição do espaço para caracterizar um contexto narrativo, construção cena-a-cena (como uma projeção cinematográfica) ou fluxo de consciência e presença de diálogos como recurso para caracterização das personagens. Um bom exemplo é o texto de Gay Talese sobre o ex-campeão mundial Joe Louis:

“Oi, doçura!” Joe Louis chamou a esposa, localizando-a esperando por ele, no aeroporto de Los Angeles. Ela sorriu, caminhou em sua direção e estava para espichar-se sobre os pés para beijá-lo – mas parou, de repente. “Joe”, disse ela, “Cadê sua gravata?” “Ah, docinho”, disse ele, dando de ombros, “passei a noite toda fora em Nova York e não tive tempo...” “A noite toda!”, interrompeu ela. “Quando você está aqui, tudo o que faz é dormir, dormir, dormir”. “Docinho”, disse Joe Louis com um sorriso cansado, “sou um véio”. “Sim”, concordou ela, “mas quando você vai para Nova York tenta ser jovem de novo”. (apud LIMA, 2009, p.202)

Percebe-se, nesse trecho, a aproximação da cena com o que poderíamos chamar de trecho de uma narrativa literária, o que permite ao repórter transcender a objetividade. Audálio Dantas, importante jornalista brasileiro e

responsável pela descoberta e edição dos diários de Carolina Maria de Jesus (1914-1977) – escritora e catadora de papel da antiga favela do Canindé, em São Paulo –, no prefácio de sua antologia *Repórteres* (1997), comenta essa nova produção: “O que acontece é a reportagem tocada pela literatura parecer, de repente, obra de ficção, o que não significa deixar de lado o fato, a informação jornalística.” (p.13). Provavelmente, o exemplo mais significativo dessa nova vertente seja *A sangue frio*, de Truman Capote. Embora o autor rejeite o rótulo *New Journalism* – prefere que seu texto seja chamado de *Romance de Não-ficção* –, Capote se tornou um ícone do jornalismo que faz uso de recursos expressivos característicos da narração para contar uma história real.

O *New Journalism*, como se pode ver, tornou-se referência aos que buscam alternativa para o jornalismo convencional. A jornalista Eliane Brum, por exemplo, pode ser identificada como adepta dessa corrente, ainda que não se limite a técnicas de um ou outro modelo. Brum alerta para um movimento que deve ser essencial no jornalismo ao defender que “ser repórter é atravessar, antes da rua concreta da reportagem, a rua de si mesmo (o processo começa dentro da gente, dentro de casa)”. Essa fala está presente em diversas entrevistas concedidas pela autora. Dentre elas, uma está disponível no link do canal *Sempre um Papo*: <https://www.youtube.com/watch?v=SeeojASScDo#t=693.988499>. É possível afirmar que a sustentação do *New Journalism* está justamente em dar uma abordagem mais perceptiva e humanista, termos de Brito (2007, p.197), incorporando a ela uma dose considerável da subjetividade inerente à vida. Nas palavras de Helena Freitas (apud BRITO, 2007, p.191), a ideia de um “jornalismo mortal versus literatura eterna, que durante anos reforçou a imagem do jornalista como mero escrevente assalariado, está em declínio, confirmando-se que grandes trabalhos de investigação jornalística ou reportagem podem ficar para sempre como referência nos meandros da imprensa escrita”. Esse ponto de vista contrapõe visões tradicionais acerca dos limites entre o exercício de escritor e o de jornalista, como a concepção exposta pelo professor e crítico literário Fábio Lucas, em prefácio:

O jornalista opera nos limites do escritor, na medida em que ambos lidam com a força comunicativa da palavra escrita. Mas o escritor o faz de maneira intensiva, com o propósito estético. O mesmo propósito pode estar no íntimo do jornalista, mas este é mais assediado pelo objetivo pragmático a que está ligado. (apud BRITO, 2007, p.11)

Sua maneira de expor um e outro ofício não está incorreta, uma vez que fala da prática comum, recorrente e, por isso, muito mais aparente. No entanto, o que quero mostrar é que esses limites, ainda que existam, podem ser e têm sido transpostos por alguns jornalistas. Não só em grandes trabalhos de investigação jornalística ou em reportagens, mas também a partir dos breves textos periódicos, as crônicas. Os gêneros, talvez mais do que nunca, estão híbridos, e não há porque querer conservá-los dentro de uma ou outra esfera teórico-crítica se, fora do ambiente acadêmico, eles cumprem o que se propõem: desacomodar o leitor a partir da realidade que se mostra, a fim de gerar reflexões mais profundas a partir dos fatos. Não é essa mesma profundidade e humanização o propósito da literatura? Manuel Rivas, importante criador literário e jornalista galego, confessa:

Quando têm valor, o jornalismo e a literatura servem para o descobrimento da *outra verdade*, do *lado oculto*, a partir da investigação e acompanhamento de um acontecimento. Para o escritor jornalista ou o jornalista escritor a imaginação e a vontade de estilo são as asas que dão vôo a esse valor. Seja uma manchete que é um poema, uma reportagem que é um conto, ou uma coluna que é um fulgurante ensaio filosófico. Esse é o futuro. (RIVAS apud MEDEL, 2002, p.19)

Partindo do pressuposto de que essa mesma reflexão sobre a fragilidade da ideia de valor que envolve jornalismo e literatura afeta, também, as discussões sobre o valor da crônica em relação a outros gêneros, inicio o subcapítulo seguinte.

## 1.2 CRÔNICA: O GÊNERO EQUILIBRISTA

A crônica, assim como a Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, pode ser compreendida como relatos ao “rei leitor” sobre o que esse cronista viu, o que vivenciou, as reflexões que teve acerca de determinado acontecimento. De acordo com o dicionário de língua portuguesa Soares Amora (2008), crônica consiste em: “1.Narração histórica, segundo a ordem em que os fatos se vão dando; 2. Comentários que constituem uma seção de jornal.” (p.185). Esse sentido decorre da etimologia grega do termo: *khronos*, que se refere a tempo. Para Massaud Moisés (1978), a definição não destoia: “no início da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em ordem

cronológica.” (p.245). Na era medieval, a crônica era incumbida de registrar os acontecimentos, sem interpretá-los. A partir da Renascença, ganhou o sentido de documento histórico, sem nenhuma relação com elementos da ficção literária. Os escritos de Caminha, como se sabe, são considerados o registro de nascimento do Brasil, uma vez que se trata das primeiras impressões registradas sobre o país. A carta, destinada a el-rei D. Manuel, conta sobre a realidade que se apresentava, o contato com os nativos indígenas e detalhes aparentemente banais – que eram, contudo, importantes – observados pelo cronista histórico. Devido à habilidade como recuperava as experiências vividas e narrava em suas correspondências, ficou conhecido como “mestre na arte de contar histórias” (CHIQUIM, 2010, p.39).

No contexto atual, porém, quando se pensa em crônicas, o que vem à mente é algo bastante diferente das crônicas históricas dos períodos anteriores. O gênero se transformou. Hoje, ela rasga suas vestes e escancara, humildemente, a grandeza de fatos “menores”, geralmente aqueles que não recebem a mesma atenção das grandes manchetes jornalísticas. Passou a relatar e comentar acontecimentos cotidianos, banais, os *faits divers* que preenchem as colunas jornalísticas, desde que o jornal se tornou veículo de comunicação de grande tiragem, no século XIX. A partir de então, o termo passou a designar um gênero de texto breve, curto, que anda na corda bamba entre jornalismo e literatura. Geralmente periódica, a crônica das seções de jornal fez, inclusive, com que Machado de Assis adotasse, na época, o pseudônimo de Dr. Semana para assinar suas produções. Devido a essas modificações, “crônica” passou a ser referência para:

gênero literário de prosa, ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo, a variedade, a finura e argúcia na apreciação, a graça na análise dos fatos miúdos e sem importância, ou na crítica das pessoas. (COUTINHO, 1997, p.120)

A princípio, no século XIX, as crônicas eram chamadas de crônicas “folhetins”, geralmente publicadas no rodapé dos jornais, os *feuilletons*. Machado de Assis, em 1859, procurando definir o que se chamava “folhetim” e “folhetinista”, caracterizou um e outro tal qual a crônica é entendida atualmente e como foi recorrentemente tratada por importantes críticos literários. Machado reconhece que o folhetinista originou-se da França e que se espalhou graças ao grande suporte do jornal. Em seguida, afirmou que, desse momento em diante, o folhetim acomodou-se “às conveniências das atmosferas locais”. Segue um trecho da definição do escritor, publicada em crônica:

[...] O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dous elementos, arredados como polos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal. Efeito estranho é este, assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. D'aquella cahe sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. Pelo que toca ao devaneio, á leviandade, está tudo encarnado no folhetinista mesmo; o capital proprio. O folhetinista, na sociedade, occupa o lugar do colibri na esphera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules succulentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a politica. (MACHADO DE ASSIS, 1859, Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT699304-1655,00.html>>)

A mesma noção de que a crônica “aclimatou-se” no país foi trazida por outros críticos. Para Afrânio Coutinho (1997), em “Ensaio e Crônica”, ela “é um dos gêneros que mais se abasileiraram, no estilo, na língua, nos assuntos, na técnica, ganhando proporções inéditas na literatura brasileira.” (p.135). Antonio Candido (1992) apresenta um olhar bastante semelhante ao afirmar que “[n]o Brasil ela tem uma boa história, e até se poderia dizer que sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu.” (p.15). Em “Fragmentos sobre a crônica”, Davi Arrigucci Jr. abre seu ensaio dessa forma: “Esse gênero de literatura ligado ao jornal está entre nós há mais de um século e se aclimatou com tal naturalidade, que parece nosso.” (1987, p.51). Esse consenso evidencia que essa expressão textual, ainda que não tenha aqui se originado, se remodelou de tal forma que se tornou outra, inegavelmente brasileira. Por isso, como muito bem observa o professor e crítico literário Luiz Simon (2011), “não seria o caso de valorizarmos mais uma modalidade de texto que nos é autêntica, ou até, com certo exagero, exclusiva?” (p.69).

Simon, em seu ensaio “O estudo da crônica sob o foco da crítica contemporânea” (2011), realiza uma nova reflexão sobre aquele que é seu objeto de pesquisa há mais de 10 anos, a crônica. O pesquisador comenta que, ao longo desse tempo, ouviu de diferentes colegas observações as mais variadas a respeito do seu objeto de estudo. Em algumas das observações listadas por ele, estão pensamentos como: “trata-se de um estudo sem estresse, [...] sem grandes responsabilidades políticas e sociais”; “a crônica não suportaria tanta teoria, de modo que [...] seria mais recomendável não estudá-la”; “o objeto ideal seria a produção de cronistas menos conhecidos ou mais antigos”; “um colega se referia a meu objeto de estudo como

‘croniquinhas’, numa clara demonstração de desprezo pelo objeto e pelo estudo.” (p.58). O primeiro e o último comentário destoam completamente do que mostra Carlos Drummond de Andrade, em 1974, na crônica “Hoje não escrevo”. Metalinguística, o escritor desabafa sobre o dilema enfrentado pelo cronista: a obrigatoriedade da escrita e a liberdade dos critérios temáticos:

Chega um dia de falta assunto. Ou, mais propriamente, de falta de apetite para os milhares de assunto. [...] O que se perde em viver, escrevinhando sobre a vida. [...] Selecionando retalhos da vida dos outros, para objeto de sua divagação desnecessária. E o que dizer, que não seja invalidez pelo acontecimento de logo mais, ou de agora mesmo? [...] Nem sequer você pode lamentar-se pela incomodidade profissional. Não é redator de boletim político, não é comentarista internacional, colunista especializado, não precisa esgotar os temas, ver mais longe do que o comum, manter-se afiado como a boa peixeira pernambucana. Você é o marginal ameno [...]. (ANDRADE, 1974, p.120-121)

O texto de Drummond revela outra característica do gênero: o fato de os jornalistas/escritores fazerem “literatura sob pressão”. Ao contrário de determinados pontos de vista, portanto, o trabalho do cronista é apenas aparentemente fácil. No entanto, como bem apontou Giovana Cereja em sua tese (2015), “Incorporar as migalhas da vida diária à estética literária é o desafio para encontrar a medida do homem e driblar o miúdo, para não naufragar na efemeridade, junto com as notícias do dia. É preciso arte para cumprir essa tarefa.” (p.16). A obrigatoriedade de escrita diária, ou semanal, pode, sim, ser desgastante, assim como o trabalho de pesquisa com um gênero ainda tão questionado. Não basta tê-lo como objetivo de estudo e a partir dele dissertar sobre as possíveis análises feitas. É preciso, ainda hoje e insistentemente, reafirmar sua legitimidade, seu reconhecimento como gênero literário e, além disso, justificar até que ponto determinados textos são, de fato, crônicas literárias, Literatura. Isso ocorre justamente devido ao caráter híbrido do gênero, o qual, pelas palavras do escritor Paulo Mendes Campos, “fica sempre no meio, uma ponte entre o castelo do poeta e a redação de notícias”. (apud BRITO, 2008, p.151). A ideia de que ao poeta cabe o castelo e ao jornalista a redação de notícias ocorre por conta de um olhar tradicional às duas ocupações, o qual já vem sofrendo transformações desde a década de 60, com o *New Journalism*.

De qualquer forma, é incoerente não admitir que a crônica é carregada de ambiguidades, uma vez que tem a imprensa como local de origem – e esta, de modo geral, não admite subjetividades. Batizada de gênero anfíbio, por Afrânio

Coutinho, ela não só sobrevive aos dois meios como também incorpora elementos dos dois mundos a ponto de se tornar nem de um nem de outro, e dos dois ao mesmo tempo. Esse aspecto exige do estudo da crônica olhares atentos, uma vez que, para o mesmo gênero, há diversas expressões. Crônicas policiais ou esportivas, por exemplo, de modo geral, não são consideradas literárias. Mesmo dentro do rol das literárias, como aponta o professor Simon, “há crônicas que são narrativas, estruturalmente semelhantes ou idênticas a contos; há outras que são comentários, com ou sem teor lírico; e há, ainda, aquelas que mesclam esses procedimentos.” (2011, p.24). Coutinho já dizia que “[a] crônica exigia naturalmente participação direta e movimentada na vida mundana, de que era um eco ou o espelho na imprensa.” (1997, p.126). Esse eco ou reflexo pode aparecer de várias formas, inclusive em um mesmo autor. Ainda em Coutinho, a fim de elucidar a ambivalência do gênero, o teórico elencou cinco possíveis classificações para as crônicas brasileiras: crônica narrativa; crônica metafísica; crônica poema-em-prosa; crônica comentário; e crônica informação. O objetivo deste trabalho não é categorizar ou classificar, pelo contrário. Mesmo assim, mostrar a variação de estilo do gênero – o qual não se esgota nessa lista – é necessário para que se compreenda as muitas possibilidades dessa arte. No mesmo texto, o autor afirma que “[é] mesmo da própria natureza da crônica a flexibilidade, a mobilidade, a irregularidade.” (p.133). Sendo ela tão polivalente, vale a pena retomar o que alguns teóricos e críticos dizem sobre.

Antonio Candido (1992), em “A vida ao rés-do-chão”, escreve tão sabiamente que a crônica:

não tem pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa. Ela não foi feita originalmente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou ferrar o chão da cozinha. Por se abrigar nesse veículo transitório, o seu intuito não é o dos escritores que pensam em “ficar”, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão. Por isso mesmo, consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um; e, quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava. Como no preceito evangélico, aquele que quer salvar-se acaba por perder-se; e aquele que não teme perder-se acaba por se salvar. (p.14-15)

A lucidez de Antonio Candido contraria pensamentos como de Massaud Moisés. Candido reconhece que, embora não tenha sido criada originalmente



para o livro, é possível que a crônica ocupe esse espaço sem perder o brilho. Já Moisés, fundamentado nas considerações de Alceu Amoroso Lima, do início de 1930, avaliou o livro como espaço inadequado para crônicas:

No livro, porém, a crônica sugere o reparo de Tristão de Ataíde e gera a monotonia, e o possível sobressalto que acompanha a leitura dum boa crônica de jornal se atenua pela expectativa de uma sensação análoga oferecida pela leitura de um texto colocado a seguir. Mais do que o poema, a crônica perde quando lida em série; reclama a degustação autônoma, uma a uma, como se o imprevisto fizesse parte de sua natureza, e o imprevisto colhido na efemeridade do jornal, não na permanência do livro. Eia porque raras crônicas suportam releitura; é preciso que ocorra o encontro feliz entre o motivo da crônica e algo da sensibilidade do escritor à espera do chamado para vir à superfície. (MOISÉS, 1982, p.107)

Ao afirmar que “a crônica perde quando lida em série”, Moisés não considera o fato de que quem decide a forma como vai ler as crônicas é o leitor. Se em série ou uma a uma, diariamente, como no jornal, cabe tão somente ao leitor. Ademais, trazendo a discussão para o contexto atual, o argumento de Moisés se torna ainda mais infundado quando se percebe que o jornal impresso passou, também, para as mídias digitais – páginas na internet, aplicativos em *smartphones* –, o que permite que a leitura das crônicas seja feita à vontade do leitor, assim como nos livros. E elas permanecem lá, no jornal. Será que, dessa forma, Moisés também diria que elas perdem ao estarem todas disponíveis, pois reclamam a degustação autônoma?

Felizmente, mesmo no século XX, menos informatizado que hoje, nem todos os críticos pensavam desse modo. Eduardo Portella, na década de 1950, constata essa transposição para o livro de outra forma:

A constância com que vêm aparecendo, ultimamente, os chamados livros de crônicas, livros de crônicas que transcendem a sua condição puramente jornalística para se constituir em obra de arte literária, veio contribuir, em forma decisiva, para fazer da crônica um gênero literário específico, autônomo. (1958, p.111)

A ideia de autonomia, para Portella, se coloca divergente da apresentada por Moisés. Para Portella, o livro seria a legitimação do gênero enquanto literatura de fato; portanto, autônomo em relação ao jornal e aos gêneros (literários ou jornalísticos) já existentes. Hoje, porém, entende-se a crônica como um gênero autônomo independentemente de sua relação com o livro. Outros suportes surgiram, como os espaços autorais (denominados blogs ou colunas) em sites de revistas ou jornais, blogs pessoais, páginas ou perfis de redes sociais, etc. Os meios para divulgar o trabalho de

cronistas variaram, assim como a liberdade de estilo. Neste século, mais do que nunca, a crônica tem andado com as próprias pernas.

Voltando às produções anteriores, Rubem Braga, escritor capixaba, representa “um marco que redefine traços e caminhos do gênero” (SIMON, 2011, p.28). O autor é dono de várias obras, e todas elas são compostas por crônicas. Ele se dedicou, enquanto escritor, exclusivamente a esse gênero, o que prova ser possível, sim, entender a crônica como autônoma, a qual, desde Braga, tem ganhado uma visibilidade maior. Além disso, a quantidade de grandes escritores, reconhecidos por seus romances ou poemas, que também contribuíram com crônicas – as quais, posteriormente, foram reeditadas em livros – é enorme. Para citar alguns dos nomes mais valorizados pelo cânone literário: José de Alencar, Machado de Assis, Raul Pompéia, Olavo Bilac, João do Rio, Lima Barreto, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Cecília Meireles, Vinicius de Moraes, Nelson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade.

João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto, foi quem iniciou, no Brasil, a crônica social moderna. Como jornalista, especialmente enquanto repórter, foi representativo da *belle époque*, refletia o dinamismo de um novo espírito jornalístico. Ainda que ele narrasse ou comentasse os fatos a seu modo, “quase inebriado pela fantasia”, “a obra desse trepidante cronista representa a mais ousada tentativa para elevar a crônica à categoria de um gênero não apenas influente, mas também dominante. Tinha ele a impressão de que a crônica podia ser ‘o espelho capaz de guardar imagens para o historiador futuro’”. (COUTINHO, 1997, p.128). Segundo o mesmo crítico, João do Rio conciliou literatura e jornalismo de forma esplêndida.

Após a semana de 22, porém a crônica deixou o beletrismo e passou a adquirir nova feição, mais adaptada às exigências do mundo moderno. Coutinho acredita que a “atmosfera de renovação” após a geração de 30 foi fundamental para que a crônica se desenvolvesse “sob novos e múltiplos aspectos”. A maioria dos modernistas praticou crônicas, embora apenas alguns tivessem demonstrado maior interesse pelo gênero. O que escritores tão diferentes, nesse mesmo período, possuem em comum como cronistas é, exatamente, a incorporação da fala coloquial, que, para Arrigucci Jr., “se ajusta perfeitamente à observação dos fatos da vida cotidiana, espaço preferido da crônica, por tudo isso cada vez mais comunicativa e próxima do leitor.” (1986, p.62). A partir do Modernismo, a necessidade de tomar consciência e compreender a realidade brasileira atingiu intelectuais e leitores dos jornais. Dessa forma, na década de 1930,

Seguindo a tendência do momento e de outros gêneros, a crônica se convertia num meio de mapear e descobrir um país heterogêneo e complexo, largamente desconhecido de seus próprios habitantes, caracterizado pelo desenvolvimento histórico desigual, de modo que o processo de modernização podia ser acompanhado pelos contrastes entre bolsões de prosperidade e vastas áreas de miséria, e o próprio mundo moderno parecia nascer de mistura com traços remanescentes de velhas estruturas da sociedade tradicional. (ARRIGUCCI JR., 1986, p.63)

A crônica, nesse período, ainda era um gênero lateral em relação ao poema e à ficção. Rubem Braga, porém, é um caso especial. O autor se destacou dos demais enquanto cronista, uma vez que foi reconhecido particularmente pela crônica. Braga costumava narrar histórias de desconversas, a conhecida “conversa fiada”, sobre aquilo que irremediavelmente acabaria: o fato banal da vida comum. Arrigucci Jr. comenta que, para o escritor, “a sensação de divórcio entre o tempo e o sentido é tão radical e profunda, que o instante de iluminação vale como resgate lírico do que se vai destruir irremediavelmente.” (p.64). Admirador dos poemas de Manuel Bandeira, a intimidade que Rubem Braga conquistou com essa poesia influenciou declaradamente o caráter lírico dos seus textos, como mostra em uma crônica chamada “O que Manuel Bandeira me ensinou”. Braga é, de acordo com Coutinho (1997), “seguramente o mais subjetivo dos cronistas brasileiros” (p.133). Como bom apreciador de poesia, o cronista se preocupa não com os grandes acontecimentos, mas com os fatos miúdos, dados como sem importância. O trecho de “Flor de maio”, publicada em *A borboleta amarela*, exemplifica bem o que foi dito:

Entre tantas notícias do jornal – o crime do Sacopã, o disco voador em Bagé, o andaime que caiu, o homem que matou outro com machado e com foice, o possível aumento do pão [...] – há uma pequenina nota de três linhas, que nem todos os jornais publicaram. (BRAGA, 1982, p.121).

A nota em questão tratava-se de um anúncio sobre a iminente florescência da flor de maio e, por isso, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro possibilitaria a visita. Essa supervalorização do banal estará presente em várias crônicas do autor, além de seu modo poético e, por vezes, humorístico.

Alguns anos mais tarde, Luiz Fernando Verissimo constitui outro nome de peso nos estudos sobre crônica e um fenômeno editorial brasileiro. Estreou em 1973, com *O popular*, e desde então já foram lançados – segundo dados fornecidos por Simon (2011, p.31) – mais de 50 títulos. Outro estouro de vendas e reedição é Martha

Medeiros, escritora de carreira mais recente, mas bastante projetada. Além disso, outro fato importante para a história da crônica no país foi a edição conquistada por Fernando Sabino, em 1996, a qual “provavelmente é a edição mais sofisticada da área das letras” (SIMON, 2011, p.32): a Editora Nova Aguilar, em três volumes, lançou a *Obra reunida* do autor, composta majoritariamente por suas crônicas, e não pelos romances. Além disso, inúmeras outras situações marcam o gradativo respeito, enquanto gênero literário, que os livros de crônica têm alcançado por parte das editoras e, é claro, dos leitores. Respeito esse que também ganhou reconhecimento oficial ao frequentar listas de obras de vestibulares de grandes Universidades do país. Dessa forma, o “cotidiano encadernado”<sup>1</sup> mostra-se cada vez mais “matéria para reflexões e descobertas incessantes” (SIMON, 2011, p.36).

Essa abertura do mercado editorial e de outras instâncias legitimadoras, como as Universidades, porém, não acontece à toa. À medida que os estados de ânimo provocados pela literatura se alteram e se comunicam, transformam-se e multiplicam-se também as manifestações literárias e a recepção dessas novas manifestações. Segundo Simon, “[é] a mudança dos paradigmas que orientam a constituição do cânone literário e que balizam os estudos na área de Letras e em áreas afins.” (2011, p.60). Essas mudanças possibilitam novas perspectivas de estilo, temática, estrutura e, inclusive, de gênero textual. Os Estudos Culturais, projetos de estudo interdisciplinar que buscam compreender o funcionamento da cultura no mundo atual, permitem novas leituras sobre as produções artísticas da década de 1990 em diante, além de dar visibilidade às produções de mulheres e grupos historicamente marginalizados: “Os estudos culturais se harmonizam particularmente com o caráter problemático da identidade e com as múltiplas maneiras pelas quais as identidades se formam, são vividas e transmitidas.” (CULLER, 1999, p.51). A chegada da crônica ao cânone literário, embora com ressalvas por parte de uma parcela dos críticos, foi possível, dentre outros fatores, exatamente pela disseminação dos Estudos Culturais, os quais tornaram a definição do objeto literário mais “maleável” nas discussões teóricas. A corrente surgiu na Inglaterra com a intenção de democratizar a cultura, como uma forma de aproximá-la dos processos sociais reais. Richard Hoggart, um dos fundadores dessa linha, prioriza em seus estudos a imprensa popular, o cinema e a vida cotidiana. Essa corrente permite, então, a incorporação dos gêneros descendentes da mídia – como a

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por Simon, em *Duas ou três páginas despreziosas* (2011), para se referir à crônica transposta para o livro.

crônica –, além dos menos nobres, como a ficção científica e a literatura considerada de massa, ao universo de pesquisa acadêmica. O objetivo geral dos Estudos Culturais, portanto, em relação aos estudos literários é ampliar o cânone, abarcar diversas manifestações artísticas e culturais e dar a elas a mesma atenção que já é dada à “alta literatura”. Pouco antes de essas proposições virem à tona, Terry Eagleton, em *Teoria da Literatura: uma introdução*, publicado originalmente em 1983, já defendia que:

Se é certo que muitas das obras estudadas como literatura nas instituições acadêmicas foram ‘constituídas’ para serem lidas como literatura, também é certo que muitas não o foram. Um segmento de texto pode começar sua existência como história ou filosofia, e depois passar a ser classificado como literatura; ou pode começar como literatura e passar a ser valorizado por seu significado arqueológico. Alguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literários, e a outros tal condição é imposta. (EAGLETON, 1994, p.9)

A discussão acerca do que “pode” ou não ser considerado literatura já foi demonstrada e debatida no subcapítulo anterior. Mesmo assim, trazer Eagleton novamente para falar sobre crônica é importante justamente porque, embora o gênero tenha alcançado algum lugar na academia, no mercado editorial, em certos livros didáticos, etc, e ganhado força a partir dos Estudos Culturais, a concepção de que crônica literária é crônica lírica ou essencialmente narrativa ainda permanece no meio acadêmico. Apesar de ser consenso que a característica da crônica é ser ambivalente, gênero anfíbio, híbrida ou outros termos mais que tentam dar conta de suas nuances, textos como o de Eliane Brum, por exemplo, geram dúvidas em relação ao seu caráter literário. Muito provavelmente, tais afirmações fundamentam-se no mesmo pensamento trazido por Candido acerca da crônica:

Ao longo deste percurso, foi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixadas a outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tornou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro. Creio que a fórmula moderna, na qual entra um fato miúdo e um toque humorístico, com o seu quantum satis de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma. (1992, p.15)

Em ensaio, Afrânio Coutinho aponta alguns problemas, relacionados à crônica, que acredita ser necessário esclarecer: trata-se das aproximações entre crônica e reportagem, linguagem, estilo, literatura, filosofia, autonomia da crônica e a

crônica e o livro. Os apontamentos são, até certo ponto, necessários e esclarecedores. Porém, quando se trata de Eliane Brum, o que antes era lugar-comum se transfigura. Para Marcelo Rech, em prefácio à obra *A vida que ninguém vê*, de Brum, “O talento de Eliane, de fato, merece uma investigação científica.” (2006, p.14). É isso que procurarei fazer no terceiro capítulo.

## CAPÍTULO 2

### MASCULINIDADES: O QUÊ, POR QUE E POR QUEM?

*“Desconfie dos heróis, dê uma boa cheirada num mito. Eles só se aproximam da verdade quando virados pelo avesso e promovidos a homens.”*

Eliane Brum

#### 2.1 TRANSFORMAÇÕES IDENTITÁRIAS E CRISE DO SUJEITO PÓS-MODERNO

Em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), Stuart Hall expõe que, para alguns teóricos, a identidade moderna está entrando em colapso devido a mudanças estruturais significativas na sociedade no final do século XX. Se, no passado, tínhamos localizações sólidas enquanto indivíduos sociais, hoje, questões culturais como gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, etc, estão fragmentadas e transformando, também ou principalmente, nossa identidade pessoal. O movimento e a crítica teórica feminista, considerados por Hall como o quinto descentramento identitário do sujeito cartesiano, indagou a distinção entre público e privado, questionou politicamente a vida social, politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação. Abala-se, assim, a ideia de sujeito integrado, o qual passa por um processo de deslocamento, ou descentração. Essa perda de sentido em si gera, então, a “crise de identidade”. Segundo Kobena Mercer, “a identidade somente se torna urna questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (apud HALL, 2006, p.9). Trata-se de um olhar positivo para a crise, o que é necessário. É nesse contexto que novas possibilidades, antes improváveis ou ocultas, entram em discussão para que transformações relevantes ocorram, como é o caso dos recentes estudos sobre masculinidades. Vale lembrar que, assim como os apontamentos de Hall a respeito de identidade estão, segundo ele, submetidos à vulnerabilidade, as questões sobre gênero e masculinidades também estão, uma vez que

[a] opinião dentro da comunidade sociológica está ainda profundamente dividida quanto a esses assuntos. As tendências são demasiadamente recentes e ambíguas. O próprio conceito com o qual estamos lidando, "identidade", é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova. Como ocorre com muitos outros fenômenos sociais, é impossível oferecer

afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas que estão sendo apresentadas. (HALL, 2006, p.8)

Isso não impede, porém, que as considerações feitas e apresentadas possam ser tão tomadas como relevantes e significativas para o contexto histórico atual. Sobre identidade, Hall aponta três concepções, muito diferentes entre si: a) sujeito do Iluminismo; b) sujeito sociológico; c) sujeito pós-moderno. O primeiro baseava-se na concepção de que pessoa humana era um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação; o segundo caracterizava-se como reflexo da crescente complexidade do mundo moderno e da consciência de que o núcleo interior do sujeito (o “eu real”) não era autônomo ou autossuficiente, mas desenvolvido e formado somente na relação com o outro, que transmitiria, então, valores, sentidos e símbolos ao sujeito. Esses significados identitários é que “estabilizarão” o sujeito à estrutura; já o terceiro sujeito tem sofrido pela ausência de unificação, de estabilidade. O sujeito pós-moderno não se identifica apenas com um único modelo, mas vários, os quais podem ser contraditórios ou não-resolvidos para si. Isso é bastante característico das sociedades modernas, desde que signifiquem sociedades de mudança constante, rápida e permanente. O fenômeno da globalização constitui um dos principais motivos dessas transformações rápidas e constantes. Apesar de condições como as apresentadas proporcionarem o que se denominou “crise de identidade”, as alterações e as provocações do mundo moderno são, também, positivas, como mostra Anthony Giddens em *As consequências da modernidade*:

Os modos de vida colocados em ação pela modernidade nos livraram, de uma forma bastante inédita, de todos os tipos tradicionais de ordem social. Tanto em extensão, quanto em intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maioria das mudanças características dos períodos anteriores. No plano da extensão, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos de intensidade, elas alteraram algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana. (1991, p. 10).

Diminuição de autodeclarados cristãos, crescimento de movimentos sociais em busca de direitos – como os homossexuais, as mulheres –, Estudos Culturais, criação das cotas para negros, indígenas, quilombolas e estudantes de escolas públicas, eleição do primeiro presidente negro dos Estados Unidos (Barack Obama), eleição da primeira presidente mulher no Brasil (Dilma Rousseff), garantia de direitos a casais



homoafetivos. Esses são apenas alguns exemplos das transformações da modernidade. Ao focar na intimidade, por exemplo, é possível encontrar “novidades” ainda mais profundas.

As sociedades modernas possuem uma história emocional secreta, prestes a ser completamente revelada. É uma história de buscas sexuais dos homens, mantidas separadas de suas identidades públicas. O controle sexual dos homens sobre as mulheres é muito mais que uma característica incidental da vida social moderna. À medida que esse controle começa a falhar, observamos mais claramente revelado o caráter compulsivo da sexualidade masculina – e este controle em declínio gera também um fluxo crescente de violência masculina sobre as mulheres. No momento, abriu-se um abismo emocional entre os sexos, e não se pode dizer com qualquer certeza quanto tempo ele levará para ser transposto. (GIDDENS, 1993, p.11)

Segundo, Giddens adverte que, mesmo sendo essa a situação, as “possibilidades radicalizadoras da transformação da intimidade são bastante reais” (p.11). Embora exista quem questione essa afirmação e defenda que a intimidade pode ser opressiva – e ele aponta que pode ser, sim, caso seja posta como uma exigência constante de relação emocional –, o sociólogo argumenta que, se considerada uma “negociação transnacional de vínculos pessoais, estabelecidas por iguais” (p.11), as possibilidades mudam de figura. Afinal, para o professor, a intimidade dialoga com a democracia social, uma vez que também se refere a uma democratização do domínio interpessoal.

A transformação da identidade poderia ser uma influência subversiva nas instituições modernas como um todo. Um mundo social em que a realização emocional substituísse a maximização do crescimento econômico seria muito diferente daquele que conhecemos hoje. As mudanças que atualmente afetam a sexualidade são, na verdade, revolucionárias e muito profundas. (GIDDENS, 1993, p.11)

Sócrates Nolasco, em “A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero” (1995), traça um panorama possível a respeito dessas mudanças em um contexto que chama de “crise do individualismo”. O psicólogo afirma que “certa idéia de desconstrução do masculino aparece estreitamente ligada à transição para a modernidade.” (p.17), o que vai ao encontro do que já discutia Hall e, posteriormente, Giddens. Segundo Nolasco,

a tradição iluminista contribuiu para reforçar o modelo de homem que estamos problematizando. Neste sentido, as representações de *homem trabalhador*, *homem pai*, *homem sexo*, *homem violência*, *homem emoção* abrem frente a questões como: o que é ser um homem? O que quer um homem no contexto contemporâneo? (p.18).

Ainda que o questionamento apresentado por Nolasco pareça restringir as discussões ao âmbito homem-masculino, veremos adiante que problematizações como essas envolvem questões muito mais amplas. É pensando de forma otimista em relação aos deslocamentos da vida (pós-)moderna, portanto, que passo para o próximo subcapítulo.

## 2.2 OS ESTUDOS DE GÊNERO E AS MASCULINIDADES

Os estudos de gênero são um campo de pesquisa interdisciplinar que procura compreender as relações de gênero no contexto cultural. Essa área acadêmica surgiu, assim denominada, nos Estados Unidos, como desenvolvimento dos estudos feministas e pós-estruturalistas nos anos 1960. O pós-estruturalismo contempla os trabalhos, por exemplo, de Judith Butler, Michel Foucault e Jacques Derrida. As reflexões acerca da condição da mulher, e dessa forma o conceito de gênero, porém, são anteriores. Simone de Beauvoir, um dos ícones do feminismo e integrante do chamado feminismo de segunda onda, já articulava e questionava concepções tidas como fixas, por exemplo: “o que é ser mulher”? Em sua obra *O segundo sexo*, publicada originalmente em 1949, a filósofa afirmou que “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (1980, p.9). Essa única frase já propicia enormes e profundos debates sobre gênero. Se não se nasce mulher,

torna-se, isso quer dizer que não há nem o sexo feminino, nem o sexo masculino? Não, para Beauvoir, não é isso. O sexo biológico é considerado a primeira manifestação de identidade do ser, mas não a única. Há também o gênero, o qual pode ser entendido como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1989, p.21). Tomando como base, por ora, esse conceito, é possível voltar à frase de Beauvoir a fim de entendê-la melhor. O que a filósofa mostra, ao afirmar que não se nasce mulher, é que o sexo biológico não determina uma condição de gênero ao sujeito, uma vez que são diferentes. O tornar-se mulher, então, estaria relacionado a tudo que culturalmente envolve o sexo feminino; e, se cultural, não é inerente. Por isso, é

possível questionar aquilo que se entende por “feminino” ou “masculino”, assim como é possível – não sem dificuldades – transpor os estereótipos no objetivo de reivindicar novas possibilidades ou, até mesmo, seguir incorporando o que se coloca como verdadeiro, de bom grado ou não.

A partir dos anos 1980, os estudos de gênero passaram a agregar questões como masculinidades e identidade LGBT. A partir dessa abertura, novas acepções acerca de sexo e gênero surgiram, no intuito de dar conta daquilo que ia além de questões especificamente “femininas”. Teóricas como Judith Butler e Raewyn Connell são figuras importantíssimas para essas novas perspectivas. Em *Problemas de gênero* (2015), Butler, ao questionar a ordem compulsória “sexo, gênero e desejo”, afirma que “gênero [...] é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero.” (p.56). A fim de explicar, a filósofa se vale de Nietzsche, em *Genealogia da moral*, para o qual “não há ‘ser’ por trás do fazer, do realizar e do tornar-se”, ou seja, “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas ‘expressões’ tidas como seus resultados.” (p.56). A socióloga Connell, de forma semelhante ao que Butler desenvolve, defende a importância de não se deixar levar por um construcionismo radical e se esquecer do corpo. Sem apelar para o determinismo biológico, Connell acredita que a saída seria tirar a ênfase das “diferenças” e pensar nas “relações”. Gênero, então, seria uma estrutura dentro das relações sociais, e não mera expressão da biologia, nem mesmo um traço fixo do caráter humano.

Pautados em teorias e críticas como essas é que os estudos sobre masculinidades vieram à tona no final do século passado. A partir da obra *Masculinities* (publicada em 1995, após mais de dez anos de circulação de publicações diversas, em livros, artigos, periódicos e anais de evento, acerca de práticas masculinas), Connell se debruça mais especificamente sobre as masculinidades e traz conceitos como “masculinidade hegemônica”, acepção que será revista e melhor esclarecida no artigo “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito” (2005), em parceria com James W. Messerschmidt. Ainda em *Masculinities*, a autora esclarece que o livro trabalhará cinco pontos em quadros conceituais separados: buscar a história da investigação moderna ocidental sobre masculinidade; apresentar uma teoria de masculinidades, embebida em uma teoria social de gênero; descrever a história de quatro grupos de homens em processo de mudança; sintetizar a história das masculinidades ocidentais e suas expressões políticas; propor estratégias para as políticas de igualdade de gênero. Connell

conta que houve um pequeno Movimento de Libertação do Homem, na década de 1970, mas que “não produziu muitas pesquisas imediatas sobre o que homens e meninos realmente vivem devido a profundas confusões conceituais sobre gênero.” (p.12, tradução minha). Os estudos sobre masculinidade, portanto, não reafirmam uma condição masculina supostamente superior, mas possibilita discussões maiores, como educação, saúde, violência, paternidade, sexualidade e socialização de meninos.

Devido ao caráter recente dessas pesquisas, porém, há quem questione se é realmente relevante voltar o olhar para os homens, tendo em vista que ainda não há estudos suficientes sobre mulheres, além de que seus problemas em relação à assimetria de poder não estão solucionados; por isso, não se justificaria uma preocupação com os problemas dos homens. Rosely Gomes Costa (2002), interessada em mediar as oposições a esse estudos, contra-argumenta levantando as seguintes questões:

o que é considerado “suficiente”? Quem julga/define o que é suficiente ou não? Por que é necessário primeiro resolver os problemas das mulheres para se estudar os homens se esses problemas dizem respeito justamente às relações de poder que envolvem ambos? (p.220)

É essa consciência que quero elucidar com esta pesquisa. Falar sobre homens implica falar sobre mulheres, e vice-versa. As dinâmicas de poder envolvem tanto um quanto outro e não me parece produtivo voltar o olhar apenas a um grupo de modo a desconsiderar as relações existentes. Se esses estudos parecem retirar a força política das mulheres, diluindo seus problemas, conforme julga outra crítica exposta por Costa, é porque não se está considerando a realização de tais estudos a partir de uma perspectiva de gênero. Feitos dessa maneira, eles “não diluem a força política das mulheres porque não focam a sua análise nos homens, mas nas relações estabelecidas entre homens e mulheres e nas mediações masculino-femino.” (COSTA, 2002, p.225). É claro, não existe uma única vertente de estudo voltado aos homens, pode-se encontrar diferentes abordagens teórico-metodológicas e, dentre elas, há reflexões que acabam por essencializar a masculinidade, o que gera um discurso vitimista. Costa alega que

o discurso vitimista desconsidera as questões relativas à dominação dos homens sobre os segmentos a eles subordinados, e [...] no fundo esse discurso almeja apenas a flexibilização dos papéis como uma forma de diminuir as ‘exigências da masculinidade’, sem que com isso seja alterada a dinâmica de poder. (p.215)

Não é, porém, a esse discurso que pretendo dar voz ou ênfase. O objetivo é outro. Por outro lado, tampouco deixarei de expor relações de dominação do homem para com o próprio homem. Enquanto há, por exemplo, quem foque na questão de que a maior parte das histórias contadas até hoje são, majoritariamente, narrativas feitas sob a perspectiva masculina, eu prefiro me valer do raciocínio de Costa, embora não negue a afirmação anterior, e perguntar: de quais homens estamos falando?

Considero necessário levar em conta a que perspectiva masculina essa crítica se refere. [...] Dessa forma, deveríamos perguntar: foi uma perspectiva de homens libertos ou escravos; de brancos ou negros; de colonizadores ou colonizados; de ricos ou pobres; de heterossexuais ou homossexuais? Parece-me que as história têm sido contada sob *uma* perspectiva masculina, por *uma parte* dos homens. Assim, os estudos sobre masculinidades poderiam ser vistos também como uma forma de mostrar outras perspectivas masculinas e de dar voz aos outros homens que, devido à sua raça, classe, orientação exual, nunca puderam contar suas histórias. (p.220)

Mais curioso ainda é perceber que os homens não aparecem nas investigações de diferentes áreas a partir de suas especificidades de sexo e/ou gênero, mas como um ser universal. Já as mulheres têm tido sua identidade sexual e/ou de gênero colocadas acima de sua identidade como ser humano. Nesse sentido, de acordo com Oliveira et al (1994 *apud* COSTA, 2002), quando as mulheres aparecem em estudos demográficos, por exemplo, protagonizam contextos referentes à potencial reprodutivo, nível de fecundidade da população, etc. Na história da arte, segundo Reyerros (1996 *apud* COSTA, 2002) as imagens femininas têm definido as mulheres salientando sua identidade sexual sobre sua identidade humana; já a identidade masculina tem-se mantido oculta, como se fosse um elemento óbvio que não necessitasse de explicação alguma, ou, pior, como se ser homem e ser pessoa fosse exatamente o mesmo. O ocultamento das especificidades de gênero no desenvolvimento de pesquisas é uma das motivações deste trabalho, que visa trazer à luz questões silenciadas sobre um gênero posto, por milhares de anos, como fixo, mas que não é: o masculino.

Neste momento, após entender que os estudos sobre masculinidades constituem pesquisas a partir de uma perspectiva relacional, fluida e situacional de gênero, ao invés de entendê-lo como uma categoria fixa, faz-se necessário compreender o termo-chave desses estudos: masculinidades. De acordo com Connell e Messerschmidt (2013), não se trata de trabalhar uma identidade unificada, “[a]s masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se

diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular.” (2013, p.250). Ademais, o que Connell chamou de “masculinidade hegemônica” não sustenta a ideia de que existe um modelo universal masculino que se impõe sobre todos os outros. Os teóricos explicam que

[a] análise cuidadosa das histórias de vida podem detectar compromissos contraditórios e transições institucionais que refletem diferentes masculinidades hegemônicas e também sustentam sementes de transformação. As masculinidades hegemônicas tendem a envolver padrões específicos de divisão interna e conflito emocional, precisamente por sua associação com o poder generificado. Relações com os pais são mais comumente focos de tensão, dada a divisão sexual do trabalho no cuidado das crianças, a “cultura das longas horas” em profissões e gerenciamentos, e a preocupação dos pais ricos no manejo de sua riqueza. A ambivalência em direção aos projetos de mudança por parte das mulheres é comumente outro foco de tensão, levando a oscilações da aceitação e rejeição da igualdade de gênero por esses homens. Qualquer estratégia de manutenção do poder é mais comumente envolvida na desumanização de outros grupos e num correspondente definhamento da empatia e do envolvimento emocional subjetivo. Sem tratar os homens privilegiados como objeto de pena, devemos reconhecer que a masculinidade hegemônica não necessariamente se traduz em uma experiência de vida satisfatória. (p.271)

O conceito formulado pela dupla tem em vista a defesa da dinamicidade das masculinidades, as quais são colocadas como práticas que não podem ser entendidas como a expressão de uma masculinidade unitária. Além disso, a influência dessa definição

influenciou consideravelmente o pensamento atual sobre homens, gênero e hierarquia social. Esse conceito possibilitou uma ligação entre o campo em crescimento dos estudos sobre homens (também conhecidos como estudos de masculinidade e estudos críticos dos homens), ansiedades populares sobre homens e meninos, posição feminista sobre o patriarcado e modelos sociais de gênero. Encontrou uso em campos aplicados que variam desde a educação ao trabalho antiviolença até a saúde e o aconselhamento. (p.241-242)

Trabalhos como esse visam à desconstrução da ideia de norma, totalmente atrelada às discussões de gênero. É preciso, portanto, diferenciar os termos “masculinidades” e “virilidade”. Enquanto o primeiro remete às várias possibilidades de comportamentos e ações masculinos, por exemplo, a uma masculinidade plural, o segundo suprime qualquer pluralidade e restringe o conceito a um ideal de força física, firmeza moral, potência sexual. Partindo desse ponto de vista, no volume três da *História*

da *Virilidade*, Courtine (2013) aponta para uma possível crise do “poder viril” em um mundo pós-guerra, industrializado e urbanizado. Dentre as possibilidades do que poderia ter confrontado esse poder e, conseqüentemente, gerado a crise está a eclosão do movimento feminista, entre 1960 e 1970, o qual redirecionou os “papéis” sexuais tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Elisabeth Badinter, em *XY: sobre a identidade masculina* (1993), aponta que “[m]uitos acusam o feminismo dos anos 60 de ter ‘desestabilizado as oposições regulamentadas e misturado pontos de referência estáveis’” (p.6). Pelo viés de Hall (2006), o feminismo realmente contribuiu para a desestabilização de identidades fixas e estáveis, mas não constitui o único fator. Para o autor, há cinco influências para o descentramento identitário: o pensamento marxista, a descoberta do inconsciente por Freud, o estruturalismo de Saussure, os trabalhos de Foucault sobre as relações de poder e, por fim, os estudos e movimentos feministas. Sobre estes, Badinter considera:

Na verdade, o feminismo ocidental é menos culpado de ter misturado os pontos de referência do que ter mostrado a nudez do rei. Ao pôr fim à distinção entre os papéis e firmar pé sistematicamente em todos os domínios antes reservados aos homens, as mulheres fizeram evaporar-se a característica universal masculina: a superioridade do homem sobre a mulher. (p. 6).

Talvez, haja bastante otimismo na fala de Badinter quando diz que “as mulheres fizeram evaporar-se a característica universal masculina: a superioridade do homem sobre a mulher.”. No entanto, é preciso admitir que o movimento feminista realmente estremeceu a estrutura de dominação masculina e, com isso, contribuiu para garantir às mulheres direitos e espaços antes negados. O que não dá para afirmar é que se evaporou a superioridade do homem sobre a mulher, como se não houvesse mais relação de dominação alguma. Tanto há dominação que, nos estudos sobre masculinidades, investiga-se inclusive a dominação do homem para com o próprio homem, tendo em vista o que se pode chamar de masculinidades hegemônica e subalterna, as quais serão abordadas mais adiante.

A respeito da crise e das relações de poder, João Silvério Trevisan (1997), em “O espetáculo do desejo, homossexualidade e crise do masculino”, desenvolve raciocínio paralelo. Tendo em vista, segundo o autor, que os focos de resistência homossexual, explícitos ou não, “provocaram rachaduras nessa certeza absoluta que significava ‘ser macho’”, resta perguntar:

as conquistas homossexuais seriam causa ou conseqüência da crise do masculino? Seriam resposta ou questionamento? [...] Prefiro acreditar que tem havido uma interação dos dois pólos, como num jogo sem vencedores: às vezes a crise masculina ajudou as conquistas homossexuais, às vezes estas impulsionaram a crise masculina. (p.86)

Em seguida, reconhece que

[p]or mais paradoxal que possa parecer, esse complicador é importante para recompor o panorama da crise e forçar uma mudança na vivência corrente do masculino, que tenderá a ser um conceito mais próximo de sua realidade de gênero incompleto e fragilizado. Isso ocorrerá sobretudo à medida que houver a compreensão de que se trata de um gênero culturalmente construído, passível portanto de modelagens e remodelagens, ao contrário do que nos faz crer a sociedade, que nos impõe, a partir do masculino, um conceito de normalidade e naturalidade totalmente fechado e nocivo. (p.86)

Mais uma vez, é possível perceber que a maior preocupação dentro dos estudos de masculinidades é investigar o masculino a partir de uma concepção de gênero fluida, a fim de deslocar a consciência nociva de norma para uma noção aberta à pluralidade da masculinidade. A resistência ou a não compreensão acerca dessas “novas” possibilidades provoca a crise da masculinidade, momento em que o “modelo arcaico dominante” (expressão utilizada por Courtine no volume três de *História da virilidade*) vê seu “poder viril” confrontado. Na introdução, intitulada “Impossível virilidade”, Courtine explica que esse modelo refere-se a

uma base antropológica de representações extremamente antigas, mas sempre presentes, atribuindo uma “valência diferencial” dos sexos e assegurando uma hegemonia do poder viril, fundada num ideal de força física, firmeza moral e potência sexual. [...] esta dominação não surge de um estado de natureza, mas [...] está profundamente inscrita no estado da cultura, da linguagem e das imagens, dos comportamentos que estas coisas inspiram e prescrevem: “a longevidade [dessas estruturas] implica [sua] transmissão eficaz” É, portanto, exatamente nesses termos que se coloca a questão da história da virilidade: o conjunto de papéis sociais e dos sistemas de representações que definem o masculino e também o feminino não podem se reproduzir, enquanto tais, senão se a hegemonia viril aparecer como pertencendo à ordem natural e inelutável das coisas. (2013, p.8)

Esse raciocínio apresentado por Courtine norteia praticamente todo este trabalho em relação ao que se quer com os estudos sobre gênero, especificamente sobre masculinidades. A busca por alcançar esse modelo, que pode ser entendido como a masculinidade hegemônica debatida por Connell, acarreta inúmeros problemas, como



os relacionados à saúde do homem, à violência, à paternidade, etc. Em relação à saúde, Trevisan revela o medo que os homens têm do exame da próstata e a relação dessa fuga com o fantasma da passividade que sempre assombrou o ideal masculino. Deparar-se com essa realidade é deparar-se com a crise, uma vez que se torna inevitável o contato com as contradições ocultadas “mediante um longo e cotidiano esforço” (TREVISAN, 1997, p.87). No âmbito da violência, a problemática é ainda maior, se levar em consideração que não afeta apenas o sujeito em sua individualidade, mas todo o contexto que o cerca. Segundo Connell & Messerschmidt, “[p]esquisas em criminologia mostraram como padrões particulares de agressão eram ligados com a masculinidade hegemônica, não como um efeito mecânico do qual ela fosse a causa, mas através da busca pela hegemonia.” (p. 247). Essa afirmação se concretiza nos casos estudados por Lia Zanotta Machado e publicados no artigo *Masculinidades e violências, gênero e mal-estar na sociedade contemporânea* (2004). Machado realizou algumas pesquisas sobre a construção social de gênero e de violências em um contexto urbano do Distrito Federal. Nessas pesquisas, escutou prisioneiros apenados por crimes de estupro, por violência física contra suas companheiras e jovens infratores. Machado contrasta o discurso do “construtivismo de gênero” e o discurso lacaniano, reconstrói as concepções sociais que as narrativas relatam e mostra que há articulação entre os valores de uma hegemonia masculina e os valores inscritos no exercício da violência física. Nessa escuta, a pesquisadora percebeu que

[a] escuta dos estupradores remete às indagações sobre a articulação entre masculinidade e uma concepção de sexualidade que antagoniza o masculino como sujeito da sexualidade e feminino como objeto da sexualidade. [...] A escuta dos parceiros agressores de suas companheiras exige refletir sobre a articulação entre masculinidade e a busca pelo controle dos desejos e vontades de outrem. [...] Jovens infratores apontam a articulação entre masculinidade e encenação ritualizada do poder e do controle, para se inscrever continuamente como aparição espetacular, como se fosse possível a dessensibilização diante do outro. (p.36)

É preciso considerar, porém, que a violência se manifesta de várias formas, de acordo com contextos histórico-sociais e concepções de mundo, por exemplo. Tendo em vista que o modelo hegemônico sofre alteração também com o passar do tempo, em determinados grupos sociais a violência explícita não mais caracteriza o homem viril, o “homem de verdade”. Claudine Haroche, em “Antropologias da virilidade: o medo da impotência”, explica que a virilidade violenta apenas progrediu, por volta do

início do século XX, de uma masculinidade ofensiva para uma masculinidade dominada, ou seja, para uma relação contida e racional de violência. Referente a esse contexto, Welzer-Lang (apud Courtine, 2013) chama a atenção para a ideia de que pensar no homem violento como um monstro, um louco é ingenuidade, uma vez que esses aspectos compõem a exceção. É preciso, na verdade, trazer à tona as violências banalizadas, que “ocultam da mulher sua condição de ser dominada, impedindo-a de alcançar um estatuto de sujeito ou de se revoltar” (p.85). Até porque casos graves, antes de o serem, também foram “habituais”.

Para desdobrar essa questão, Haroche fala sobre uma dominação masculina que chama de insidiosa, ou seja, dissimulada, a qual é levemente distinguível de um tratamento comum; portanto, difícil de decifrar, enfrentar e limitar. Isso porque, como dito anteriormente, a dominação perdurou e progrediu para essas formas, em determinados contextos, ainda que as mulheres tenham alcançado direitos e espaços antes engados. A autora francesa explica que

O paternalismo e a arrogância estão no cerne desta dominação. O insidioso se aloja nos julgamentos de valor implícito feitos em relação às mulheres: sérios, os homens são considerados profundos; ao contrário, as mulheres que o são veem a si mesmas tidas como sabichonas. Ambiciosos, eles exercem legitimamente o poder. [...] Difusos, ou seja, impossíveis de serem enquadrados, alguns comportamentos nem sempre podiam ser facilmente qualificados: não mais por aqueles que os observam, os manifestam ou os experimentam do que por aqueles que com ele sofrem. Eles não constituem meros fatos sociais insistentes. Assim, detalhes aparentemente insignificantes permitem compreender elementos cruciais, muito frequentemente não percebidos, dos modos de funcionamento institucionais das sociedades. A repetição daquilo que pode parecer anedótico ou aleatório pode também revelar relações de dominação constante. (p.17-18)

Estendo essa definição para a dominação que ocorre entre aqueles que são considerados masculinos, dentro de uma concepção hegemônica, e aqueles que não podem, ou seja, os femininos (hetero ou homossexuais). O documentário *The mask you live in*, dirigido por Jennifer Siebel Newsom, mostra que o homem vive na tentativa de se entender como tal a partir da negação de tudo que é considerado feminino. O imperativo “Seja homem!”, desde a infância até a vida adulta, traz consigo ordens como: não chore, não brinque com meninas, seja forte, não fale sobre sentimentos, não seja vulnerável. *The mask you live in* consiste em uma excelente explicação e exemplificação sobre a crise em que vivem os homens e a nocividade dessa atitude enquanto

compreensão de si e do mundo. Afinal, existe mesmo um limite entre feminino e masculino, pensando em uma concepção de gênero? Para Eagleton (1994),

Não só o seu próprio ser depende parasitariamente da mulher, e do ato de excluí-la e subordiná-la, mas também uma razão pela qual tal exclusão é necessária está no fato de que a mulher pode, afinal de contas, não ser um outro assim tão diferente. Talvez ela represente um signo de alguma coisa no homem que ele precisa reprimir, expulsar para além do seu próprio ser, [...] fora de seus próprios limites definitivos. Talvez o que esteja fora também esteja, de alguma forma, dentro, [...] de sorte que o homem precise policiar com atenção a fronteira absoluta entre as duas esferas, porque ela pode ser sempre atravessada, sempre foi atravessada e é muito menos absoluta do que parece. (p. 143)

O medo da impotência, portanto, estaria associada ao medo de afasta-se do que é considerado viril, uma vez que, dessa forma, a linha entre ser “homem” ou “mulher” se tornaria muito tênue. O raciocínio de Eagleton explica parte do comportamento apresentado pelos meninos do documentário, o qual é analisado por profissionais de diversas áreas, como Michael Kimmel, sociólogo especialista em estudos de gênero. Percebe-se que a crise não se instaura apenas quando meninos se tornam adultos, a problemática reside desde a sua socialização. É, portanto, urgente que discussões a esse respeito venham a público, como o documentário citado, para que novas concepções acerca do que é “ser homem” possam permitir a coexistência de masculinidades, e não apenas uma virilidade inalcançável e perigosa. A esse respeito, Lia Machado alerta para o fato de que,

[s]e nossas sociedades contemporâneas pretendem desenraizar os valores positivos que cercam atos de violência física e investir no processo de pacificação, é preciso repensar e reinventar as concepções vigentes de masculinidade e as relações simbólicas entre os gêneros. (p.36)

A percepção de Machado vai ao encontro do que avaliou Courtine em “Impossível virilidade”, ao afirmar que o conjunto de papéis sociais e representações que definem o masculino e o feminino só se reproduzem como tais devido à naturalização da hegemonia viril. E isso se encaixa também em relação à violência insidiosa, discutida por Haroche. Quando Lia Machado fala em repensar e reinventar as concepções de masculinidades, fala sobre transformar a concepção fixa de gênero masculino para o entendimento de que ele é fluido e permite diversas expressões identitárias; quando ela fala em relações simbólicas entre os gêneros, está abordando as relações de poder que

os envolve e que são as responsáveis pela discrepância de tratamento entre homens e mulheres, masculinos e femininos.

Para reinventar qualquer um desses panoramas, é preciso começar entendendo o alcance que essas discussões podem ter, a fim de vislumbrar aonde podem chegar. O estudo de masculinidades é bastante amplo e, por isso, torna-se relevante organizar os enfoques por meio de temáticas. O professor e pesquisador Luiz Simon dedicou-se a essas divisões em *Fundamentos para pesquisas sobre masculinidades e literatura no Brasil* (2016). No artigo, são encontrados os desdobramentos e suas especificações: as masculinidades segundo o espaço geográfico; as masculinidades segundo contextos de época; o corpo; estudos de masculinidades e estudos feministas; as masculinidades e os gays; a violência; a paternidade; educação, infância e juventude; a heterossexualidade; masculinidades hegemônicas e subalternas; crise do homem ou das masculinidades e vitimização; virilidade, desempenho e honra; representações na mídia; questões de gênero – masculino, feminino, homens, mulheres; estereótipos e suas alternativas; relações familiares; e amor, afetos e emoções. Dentre essas divisões, Simon detalhou dez, a fim de esclarecer os caminhos possíveis para esses estudos. De forma breve, apresentarei cada uma das abordagens.

Tomando os devidos cuidados, para não incorrer em preconceitos e generalizações, estudar as masculinidades segundo o espaço geográfico é voltar-se a manifestações segundo o lugar ocupado ou de origem dos homens em questão. Isto é, explorar representações de homens de diferentes regiões ou contrastá-los em relação à cidade grande e a vila rural, aos bairros nobres e a periferia miserável, por exemplo.

A temática que aborda as masculinidades segundo contextos de época trata de análises a partir de um recorte temporal específico. Segundo Simon, essa é uma forma de contribuir para a comparação entre produções escritas em diferentes épocas, “o que pode diminuir a tendência a considerar a contemporaneidade um momento radicalmente diferente dos tempos predecessores.” (p.13).

O corpo masculino é elencado como outro aspecto viável. O corpo masculino enquanto objeto de desejo é menos recorrente nos textos literários do que o feminino. Nesse caso, uma das possibilidades é analisar como os autores se concentram sobre esse corpo: seja o cultuado nas academias de ginástica, ou uma nova modalidade de veneração, a descrição de corpos de homem que se apresentam como sujeitos do desejo sexual, seja o corpo masculino como objeto de desejo visto pela mulher ou por outro homem. De acordo com Simon, “[a]s variações no enfoque do corpo seguem,

portanto, a linha de desconstrução de gênero em sintonia com a multiplicidade dos desejos e com a liberdade dos usos corporais.” (p.13).

O enfoque aos estudos de masculinidades e estudos feministas costuma ter uma tendência mais teórica. A ligação entre ambos é frequentemente ressaltada pelos pesquisadores. Para Simon, essa questão pode ser desenvolvida aproveitando, quando possível, “estratégias da crítica literária feminista no âmbito das masculinidades” (p.14) ou reinterpretando “produções literárias brasileiras sob a perspectiva das masculinidades, mas tendo como ponto de partida exercícios da crítica feminista já realizados.” (p.14) Além disso, ele afirma que é possível investigar “os posicionamentos ideológicos de textos literários contemporâneos com focos e ênfases sobre uma redefinição das masculinidades, mas, ao mesmo tempo, sem se caracterizar como produções plenamente feministas.” (p.14).

Questões relacionadas à homossexualidade masculina têm relação direta com as masculinidades. Os *gays* constituem um contraponto que contribui para a ruptura da base homogênea da composição masculina. Debruçar-se sobre essas interações é um caminho que pode fornecer um melhor entendimento a respeito de convivência e (in)tolerância no cotidiano dos homens. De acordo com Simon, “[t]razer para a pesquisa questões como sensibilidade ajuda a aguçar, também no próprio pesquisador, as perspectivas analíticas e permitir que ele fuja dos lugares comuns que podem funcionar como armadilhas no trato das experiências masculinas.” (p.14).

A violência é uma temática bastante recorrente tanto nos estudos sobre masculinidades quanto na literatura. Tem estreita relação com o corpo masculino, tendo em vista a ideia de força física empregada para dominação. Para exemplificar a recorrência dessa questão e a banalização das práticas de violência, Simon cita dois estudos, os quais apontam que:

É a expectativa de dominação sobre a mulher que leva Nolasco (1997: 26) a ressaltar o aparecimento da violência na condição de estratégia de submissão. A ocorrência de atos violentos, em diferentes graus e com consequências também diversas, porém sempre nefastas, é tão comum que Machado (2004: 41) relata, a partir de pesquisa com apenados, uma espécie de auto-absolvição na qual o estupro é naturalizado e deveria ser entendido não como uma transgressão, uma vez que o ato corresponderia àquilo que todo homem faz. (p.15).

A figura do pai e a redefinição da paternidade – transformação que ainda se contradiz ao nos depararmos com a desigualdade no exercício de tarefas

domésticas – são, geralmente, o foco das análises. As contribuições psicanalíticas se destacam nessa abordagem. Tendo isso em vista, é possível analisar de maneira aprofundada a representação dos pais do passado na literatura. Além disso, como ressalta Simon, atualmente, é necessário “pensar que os arranjos familiares requerem uma abordagem elástica da paternidade, adequada a famílias monoparentais ou casais de lésbicas que têm filhos.” (p.15).

Ainda que questões envolvendo educação, infância e juventude contenham especificidades o suficiente para poderem ser estudadas individualmente, essas variáveis convergem para a formação de modelos de comportamento que, relacionados, são bastante semelhantes entre si. Valores são transmitidos aos meninos de maneira consciente ou inconsciente, a fim de que eles assumam o papel sexual masculino padrão. Isso ocorre em diversas fases do desenvolvimento de crianças e jovens, assim como em vários espaços de socialização (casa e escola, principalmente). Segundo Simon, “[n]o âmbito da literatura, em decorrência da força que representa a memória, seja para produções narrativas seja para os textos líricos, é farto o material em que essas conjugações são abordadas.” (p.16).

A heterossexualidade constitui outro desdobramento importantíssimo. Por considerar muito esclarecedora e assertiva a explicação do professor Simon, cito integralmente suas palavras a respeito dessa temática:

Pensar a heterossexualidade poderia equivaler a pensar toda a extensão da masculinidade no território da sexualidade. Afinal, o padrão heterossexual é o grande paradigma em termos de imagem sexual a ser ostentada pela maioria dos homens. No entanto, a afirmação desta imagem, além de pressupor uma visão específica sobre o convívio dos homens com as mulheres, é construída em relação estreita com outra forma de manifestação já abordada: a homossexualidade. Ramos (2000: 48) chega a ressaltar que é justamente a negação da homossexualidade um dos principais componentes para a identificação e a apresentação dos homens heterossexuais por eles mesmos. Esse mecanismo de negar peremptoriamente qualquer vestígio de inclinação para a homossexualidade consiste, assim, na busca de uma imagem heterossexual caracterizada pela nitidez e pela ausência de ambiguidades. O impacto dessas convicções leva Butler (2015: 52) a interpretar a heterossexualidade compulsória como um traço que orienta as relações de gênero e práticas discursivas sobre elas. Assim, se é recomendável acompanhar os vínculos da heterossexualidade com outros aspectos, como a homossexualidade, é necessário também compreendê-la como uma expressão forte, capaz de produzir efeitos decisivos sobre os discursos literários. É muito provável que tais efeitos tenham sido negligenciados ou subestimados no decorrer de uma longa história de percursos

analíticos que aceitavam o registro heterossexual como algo dado, inquestionável. (p.16).

A última temática, por fim, diz respeito a masculinidades hegemônica e subalterna. Isso porque o conceito de masculinidade hegemônica aponta para a percepção de masculinidades subalternas, as quais são marcadas pelo desprestígio em relação a formas mais valorizadas de masculinidade. Nesse sentido, é possível analisar experiências masculinas ligadas a categorias de classe e etnia.

Ainda que o pesquisador tenha delimitado os desdobramentos dessa forma, ele explica que, naturalmente, haverá convergência entre alguns deles, o que não é um problema. A divisão consiste apenas em uma organização que permite esclarecer o foco ou as perspectivas mais específicas dos trabalhos. As crônicas analisadas apresentam diversos desses aspectos, como as masculinidades e os gays; a violência; a paternidade; educação, infância e juventude; a heterossexualidade; masculinidades hegemônicas e subalternas; crise do homem ou das masculinidades; questões de gênero; relações familiares. Embora as temáticas naturalmente se relacionem, sempre há um eixo principal em cada texto desenvolvido.

Em “Eike Batista, um superpai?”, destaca-se a temática da educação e da paternidade. Eliane Brum questiona o “papel” do pai na situação exposta e como isso se relaciona com outras questões sociais. A autora constrói um raciocínio não sobre o fato isolado, mas sobre a concepção do que é ser um pai, ou um “superpai”, escancarando as consequências sociais dessa consciência e alertando acerca do papel da família nessa herança cultural. Segundo Bauberót (2013), dentre as instâncias de socialização que participam da formação da identidade masculina, a família é a que, provavelmente, conhece as transformações mais profundas, assim como participa da reprodução da ideologia viril. Para o autor, “a família ocupa um lugar central no aprendizado das qualidades e dos papéis destinados a cada sexo.” (p.191). Mais do que um questionamento sobre educação dos filhos e paternidade, é um texto que problematiza a aprendizagem da potência viril, posta como a razão da sustentação de tantos problemas sociais, como a violência.

Já a crônica “Enfim, a emancipação masculina” tem como foco principal a crise da masculinidade e desenvolve essa temática a partir de problemáticas de gênero, relacionadas a novos processos de identificação. A cronista problematiza tanto as concepções de gênero e sexo quanto à atitude de homens e mulheres diante dessas

novas configurações, e chama para uma transformação de consciência e atitude em relação às diferenças.

O desdobramento em foco na crônica “Pedro e João: a história de dois meninos gays e uma infância devastada” diz respeito à homossexualidade, temática que carrega a violência como consequência da incompreensão acerca dessa orientação sexual. Ao apresentar João, a cronista conta que, quando criança, ele era o melhor amigo de Pedro. Mas, como João não conseguia esconder que era gay, Pedro posicionou-se ao lado dos “pequenos machos”. Pensar na homossexualidade como um equívoco é acatar o modelo heterossexual de masculinidade como única forma possível.

Em “Elas não são gays”, as questões de gênero ganham destaque. Com elas, exige-se o conceito plural de masculinidades. A situação evidenciada é: duas mulheres casadas, mães de dois filhos (frutos de uma inseminação artificial que fizeram) e que não se consideram homossexuais. O casal conseguiu que a Justiça brasileira, pela primeira vez, reconhecesse como parental um vínculo afetivo. Por isso, os filhos têm, em suas certidões, o nome de ambas como mães biológicas. Trata-se de uma grande vitória para os direitos LGBTTTTS. E a curiosidade está justamente no fato de o casal não se considerar parte desse grupo. Ao percorrer a problemática, Eliane Brum aponta para a indefinição viva e estimulante da complexidade de gênero.

A maneira como Eliane Brum desenvolve cada temática contribui significativamente para a elucidação dos deslocamentos identitários e de suas consequências. Uma vez que essas transformações afetam nosso modo de ser no mundo, ao invés de negá-las, Brum mostra ser possível e necessário encará-las a fim de mantermos relações saudáveis não só com os outros, mas conosco mesmos.

Para Anthony Giddens (1993, p.16), “Em um mundo de igualdade sexual crescente – ainda que tal igualdade esteja longe de ser completa –, ambos os sexos são levados a realizar mudanças fundamentais em seus pontos de vista e em seu comportamento, em relação um ao outro.”. Luiz Simon, professor que dedica seu projeto de pesquisa, atualmente, às representações das masculinidades em contos e crônicas do final do século XX e início do XXI, defende que:

Avaliar questões como as experiências masculinas significa ingressar em território decididamente marcado por polêmicas, um espaço que tem sido ocupado em investidas ostensivas do poder público e de grupos religiosos. Além disso, os noticiários com frequência expõem atos de violência de gênero que não devem ser ignorados nem entendidos como manifestações eventuais. Nesse sentido, admitir o



valor social destes estudos – que se tornam cada vez mais comuns em outras áreas do conhecimento – é passo que deve transpor qualquer reticência.” (SIMON, 2016, p.5)

A consciência sobre a importância desse assunto para a cultura ocidental contemporânea como um todo e, conseqüentemente, para cada indivíduo que se constitui social e psicologicamente, é o que faz deste trabalho uma tentativa de investigação sobre como os aspectos discutidos até aqui, de forma muito breve, é claro, são expostos em uma literatura tão híbrida como este momento histórico: a crônica de Eliane Brum.

## CAPÍTULO 3

### Eliane Brum E As Masculinidades Na Vida Comum

*“Eu não me interesso pela quebra, eu me interesso pelo que acontece sempre”*  
Eliane Brum

#### 3.1 OS “DESACONTECIMENTOS” EM ELIANE BRUM

Considero que discutir os textos de Eliane Brum sem repetir o que ela mesma diz sobre seu trabalho seja tão difícil quando traduzir uma poesia. Afinal, é com poesia que ela fala sobre si e sobre seu olhar. Tentarei, apesar disso, manter um tom mais investigativo do que apreciador. Eliane Brum é jornalista, escritora e documentarista gaúcha, nascida em 1966, em Ijuí. Trabalhou onze anos como repórter do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, e dez como repórter especial da Revista *Época*, em São Paulo. Desde 2010, atua como *freelancer*. Atualmente, Eliane escreve artigos para os jornais *El País* (português e espanhol) e *The Guardian* (inglês). Publicou seis livros – cinco de não ficção e um romance –, além de participar de coletâneas de crônicas, contos e ensaios. Entre os de não ficção, estão: *Coluna Prestes: o avesso da lenda* (1994); *A vida que ninguém vê* (2006); *O Olho da Rua* (2008); *A menina quebrada* (2013); *Meus desacontecimentos* (2014). Sua única obra de ficção é um romance chamado *Uma Duas* (2011). Entre as coletâneas da qual participou, destaca-se a obra *Dignidade* (2012), livro internacional que marca os 40 anos da organização Médicos Sem Fronteiras. Como documentarista, seu filme de estreia é *Uma história Severina* (2005). Em 2010, lançou *Gretchen Filme Estrada*.

Eliane Brum surgiu no jornalismo como a maioria dos jovens jornalistas surge: cobrindo a pauta policial da redação e indo atrás de acontecimentos que poderiam preencher a página de notícias do dia seguinte. Em estágio no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, Eliane começou a trazer abordagens pouco usuais a pautas que pareciam nascer predestinadas ao espírito “burocrático” das redações. No final de sua obra *A vida que ninguém vê* (2006), ela conta um pouco “sobre a melhor profissão do mundo” – o ser repórter – a partir de suas impressões e experiências. Começa o texto descontruindo paradigmas ao dizer que “usando o clichê da reportagem, eu sempre me interessei mais pelo cachorro que morde o homem do que pelo homem que morde o

cachorro – embora ache que essa seria uma história e tanto.” (p.187). Para esclarecer o clichê, no meio jornalístico clássico, acredita-se e ensina-se que, para uma reportagem valer a pena, se destacar, aguçar a curiosidade, etc, é preciso ir à busca do “homem que morde o cachorro”, ou seja, de acontecimentos extraordinários. Esse olhar, segundo a autora, “faz com que o milagre do que cada vida é se torne banal”. Eliane busca o oposto disso: debruça-se sobre o ordinário, sobre a vida comum, aparentemente insignificante, ao que ela denomina desimportante ou de desacontecimentos, referindo-se à forma como normalmente são encarados pelo ofício tradicional.

Em entrevista coletiva à TV PUC-SP, ela questiona os alunos que a assistiam: “Que história vale a pena ser contada? A pauta não é uma escolha aleatória, é uma escolha política, social, econômica.” (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iuiWrJ1QcT>>). Em seguida, chama a atenção: “Contar a histórias das pessoas tem um poder muito grande, e a gente só existe enquanto narrativa.”.

Um exemplo claro sobre esse “olhar insubordinado” é um fato que ocorreu em abril de 1993, no *Zero Hora*. Nesse dia, o chefe de reportagem do jornal pediu a Eliane que cobrisse uma coletiva de imprensa na prefeitura de Porto Alegre. No caminho até o local, a jornalista precisou caminhar alguns quarteirões, quando viu uma roda de pessoas aglomeradas e decidiu conferir o que estava acontecendo. Foi quando viu emergir de um bueiro dois meninos. Eles moravam no bueiro, mas costumavam sair antes de amanhecer, para não chamarem a atenção. Naquele dia, porém, dormiram demais e não puderam evitar o espanto geral. Os meninos do esgoto ganharam a capa do jornal no dia seguinte, além de matéria internacional. E a coletiva de imprensa, pauta inicial, nunca virou notícia.

E esse não foi o primeiro caso de “insubordinação”. Ainda na faculdade, Eliane transformou uma proposta de trabalho acadêmico comum em uma matéria sobre as filas que o cidadão comum enfrenta desde o nascimento até morrer, sob o título “Esperando na fila da existência”. O trabalho rendeu a vitória em um concurso universitário de Jornalismo da região Sul, e o prêmio era um estágio no *Zero Hora*, onde começou sua carreira. Antes mesmo do evento dos meninos moradores do esgoto, em seu início como estagiária, a jornalista foi escalada para cobrir a inauguração do McDonald’s de Porto Alegre. Em vez do registro burocrático habitual, ela se voltou para os aposentados que frequentavam a praça em que se situava o novo estabelecimento. Assim, acabou por escrever uma matéria a respeito do estranhamento provocado pela a

recém-chegada modernidade (o *fast-food* americano). Ricardo Kotscho, jornalista, em posfácio à obra já citada, conta que:

Eliane procurava fugir da vala comum da pauta, cavando suas próprias histórias em quebradas escondidas da mídia onde descobriria personagens e assuntos que não estão nas agendas das redações – do solitário enterro de pobre à toca de colecionador das sobras da cidade, do carregador de malas no aeroporto que nunca voou ao cantor que inferniza a vizinhança anunciando a mega-sena acumulada. O seu jeito de escrever reportagens em forma de crônica, e vice-versa, lhe renderam os textos deste livro e o Prêmio Esso regional de 1999. (2006, p.181)

O lugar de repórter em que Eliane Brum se encontra é uma condição excelente para que ela tenha acesso às mais diversas histórias e, assim, possa escrever não só grandes reportagens, como a marcha da Coluna Prestes, mas também crônicas muito ricas. *A vida que ninguém vê*, por exemplo, é um livro que reúne 21 das melhores “crônicas-reportagens” publicadas por Brum no jornal Zero Hora na década de 1990, além de outros dois textos inéditos. A obra foi publicada pela Arquipélago Editorial, em 2006, e traz histórias como: o mendigo que jamais pediu coisa alguma; o carregador de malas do aeroporto que nunca voou; o macaco que ao fugir da jaula foi ao bar beber uma cerveja; o álbum de fotografias, atirado no lixo, que começa com uma moça de família e termina com uma corista; ou o homem que comia vidro, mas só se machucava com a invisibilidade. Em prefácio, Marcelo Rech, jornalista que convidou Eliane Brum para encarar o desafio de “escrever uma série de reportagens sobre personagens e cenas corriqueiras em forma de crônicas da vida real”, confessa que era ela quem ele procurava “para dar forma a um misto de crônica, reportagem e coluna” ao *Zero Hora*:

Eliane e suas *A vida que ninguém vê* foram como o encontro do cálice com o vinho. Fenômeno de percepção jornalística, Eliane iluminou um mundo recluso, obscurecido pela emergência da notícia ou pela máxima de que, em jornalismo, a história só existe quando o homem é quem morde o cachorro. A série provou o contrário. Ao extrair reportagens antológicas de onde outros só enxergariam a mesmice, Eliane deu a zés e marias do sul do Brasil a envergadura de personagens da literatura tolstoiana e reverteu um dos mais arraigados dogmas da imprensa. [...] Eliane traçou uma parte da história do jornalismo brasileiro ao escrever notáveis reportagens (ou seriam crônicas?) extirpadas das ruas anônimas. (RECH, 2006, p.14)

A luz que traz Eliane Brum ao jornalismo respinga (e muito) na literatura. Mais especificamente, no trabalho com a crônica. Algumas das crônicas-reportagens, ou reportagens-crônicas, que compõem o livro compuseram, antes, 46 colunas do jornal em questão por quase onze meses. Ou seja, primeiro estiveram em

seu “habitat original”, o jornal, e posteriormente passaram ao livro. O “cotidiano encadernado”, termo discutido no subcapítulo anterior, de Eliane prova que de efêmero nada tem e de poético nada perdem.

O mundo é salvo todos os dias por pequenos gestos. Diminutos, invisíveis. O mundo é salvo pelo avesso da importância. Pelo antônimo da evidência. O mundo é salvo por um olhar. [...] Esta é a história de um olhar. Um olhar que enxerga. E por reconhecer, salva. [...] Imundo, meio abilolado, malcheiroso, Israel vivia atirado num canto ou noutro da vila. [...] Desregulado das ideias, segundo o senso comum. [...] Escorraçado como um cão, torturado pelos garotos maus. Amarrado, quase violado. Israel era cuspidor. Era apedrejado. Israel era a escória da escória. [...] Eliane, a professora, descobriu Israel. [...] Elaine viu Israel. E Israel se viu refletido no olhar de Eliane. E o que se passou naquele olhar é um milagre de gente. [...] Capturado por essa irresistível imagem de si mesmo, Israel perseguiu o olhar de espelho da professora. E, quando perceberam, Israel estava no interior da escola. E, quando viram, Israel estava na janela da sala de aula da 2ª série C. [...] Cantando do lado de fora, desenhando com os olhos. Quando o chamavam, fugia correndo. [...] Mas devagar, como bicho acuado, foi pegando primeiro um lápis, depois um afago. E, num dia de agosto, Israel completou a subversão. Cruzou a porta e pintou bonecos de papel. [...] Israel, capturado pelo olhar da professora, nunca mais o abandonou. Vive hoje nesse olhar em formato de sala de aula, cercado por 31 pares de olhos de infância. Refletido por esses olhos, Israel passou a refletir todos eles. [...]. (BRUM, 2006, p.22-24)

Esse recorte faz parte da primeira crônica do livro, chamada “A história de um olhar”, e foi escrita em 1999. Cheia de trabalho com a linguagem, a autora consegue criar imagens metafóricas nem um pouco convencionais ao jornalismo clássico e totalmente cheias de “literariedade”. A provocação (“Israel completou a subversão”) e as tantas possibilidades de leitura desse texto, frutos também da riqueza dos recursos expressivos utilizados, mostram que sua leitura não precisa se restringir ao tempo da escrita, não vai embora com o jornal no dia seguinte, a fim de servir de embrulho a peixe ou ferrar o chão do apartamento para os cães evacuarem. A crônica pode ser lida, inclusive, como uma metáfora ao próprio olhar de Eliane às coisas desimportantes, como ela mesma diz: “O mundo é salvo todos os dias por pequenos gestos. Diminutos, invisíveis. O mundo é salvo pelo avesso da importância. Pelo antônimo da evidência. O mundo é salvo por um olhar. [...] Esta é a história de um olhar. Um olhar que enxerga. E por reconhecer, salva.” (p.20). A história de Eliane enquanto jornalista também é a história de um olhar, e um olhar que salva o extraordinário da vida comum. Florence Dravet, professora pesquisadora, defende que “a complexidade humana somente consegue ser

alcançada com o saber literário” (apud MARTINS, 2010, p.67). Gustavo de Castro, em *Jornalismo e Literatura, a sedução da palavra*, demonstra um pensamento semelhante:

O jornalismo propõe não só modelos de comportamento como modelos de entendimento da realidade, sob a máscara de que nada mais faz do que retratar a verdade nua e crua. Talvez seja por isso que a literatura ainda é o realismo possível mais indicado, sem contra-indicações, ainda que incautos, ignorantes e soberbos a considerem uma abstração. A única razão de ser da literatura consiste em dizer aquilo que só a literatura pode dizer, trata-se de esclarecer narrativamente, o mundo da vida, aventurando-se no reino das possibilidades humanas. O mundo real se ilumina de forma peculiar quando sobre ele se projeta o saber literário. (2002, p.81)

A própria Brum, na entrevista à TV PUC-SP, afirmou: “Há realidades que só a ficção suporta. Precisam ser inventadas para serem contadas”. Essa declaração, além de ir ao encontro das críticas citadas acima, mostra que, mesmo sendo jornalista e lidando com a vida real, Eliane sabe que, ao transpor essas histórias para o leitor, elas são recontadas e, por isso mesmo, reinventadas. É a ficção da vida real, com o filtro do olhar da jornalista, a vida que ela vê.

Além disso, se a literatura é capaz de humanizar, só o é devido à possibilidade de o leitor se enxergar naquilo que se mostra: “E Israel se viu refletido no olhar de Eliane. E o que se passou naquele olhar é um milagre de gente. [...] Capturado por essa irresistível imagem de si mesmo, Israel perseguiu o olhar de espelho da professora.”. Israel pode ser considerado a versão metafórica de um leitor; a professora Eliane, da literatura. Para Dravet, “É nesse ato de reconhecimento que estaria o verdadeiro entendimento da democratização do conhecimento.” (apud MARTINS, 2010, p.68-69). E é isso que a jornalista Eliane alcança a cada texto. E é isso que a escritora Eliane também alcança a cada texto.

*A menina quebrada*, publicada em 2013, faz parte de outro contexto. O livro é uma compilação – da mesma forma que *A vida que ninguém vê* – de 64 crônicas (entre 234) publicadas em sua coluna na revista *Época*. No ano da publicação, o livro ganhou o Prêmio Açorianos de Melhor Livro do Ano. Alguns textos selecionados são frutos de reportagens feitas pela autora. Outros, a maioria, são inspirações próprias das segundas-feiras dedicadas à coluna. Na apresentação do livro, intitulada “Um percurso de des(identidades)”, Eliane se expõe: “Escrevo porque a vida me dói, porque não seria capaz de viver sem transformar dor em palavra escrita. Mas não é só dor o que vejo no mundo. É também delicadeza, uma abissal delicadeza, e é com ela que alimento a minha fonte.” (p.13). Essa delicadeza que ela consegue tirar da vida mundana que dói é, talvez,

a característica mais comum entre os cronistas, ou melhor, entre as crônicas em geral. Está muito ligada à leveza típica das crônicas. Quando Eliane diz que ser repórter é mais que uma profissão, “é um ser/estar no mundo”, isso não descaracteriza seu trabalho enquanto escritora. Pelo contrário, ela acrescenta às duas áreas, literatura e jornalismo: à primeira, provoca o reconhecimento humano e seu poder transformador, função tão cara à literatura; ao segundo, possibilita o conhecimento, a degustação de informações, sem encarar o leitor como sujeito passivo. Acerca da “função” da literatura, vale a pena destacar o pensamento de dois autores muito significativos. Roland Barthes (1977), em um compilado de suas aulas ministradas na França, disse que: “A Literatura tem a força da representação [...]. [E]la é categoricamente realista, na medida em que ela sempre tem o real como objeto de desejo.” (p.10-11). Nota-se a clara aproximação entre o que Barthes chama de literatura e o trabalho desenvolvido por Brum. Antonio Candido, em *Literatura e Sociedade*, uma de suas obras mais famosas, explicou:

A literatura é um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vivem na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. [...] A obra de arte só está acabada no momento em que se repercute e atua, por quê, sociologicamente, a arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana. Ora, todo processo de comunicação pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra; um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do seu processo, isto é, o seu efeito.” (1973, p.74).

A prova de que Brum tem a mesma preocupação que Candido está na dedicatória de *A menina quebrada* – além, é claro, da prática nos textos: “Cada texto é uma carta – e toda carta só se realiza se encontrar seu destinatário. Às mulheres e aos homens que me leem – e que ao fazê-lo continuam escrevendo essa narrativa inscrita no tempo, a partir da singularidade do seu olhar [...]”. Tanto o exercício que Eliane faz de enxergar o outro (inclusive o leitor) enquanto jornalista quanto o de buscar elementos linguísticos que contribuam para expor suas percepções fazem dela uma escritora que incorpora o caráter anfíbio da crônica em seu próprio estilo. Ou melhor, Eliane é uma jornalista em tempos de crise: do jornalismo, do poema, da ética, de identidade e até da. E, por isso mesmo, ela incorpora as nuances todas de um tempo que não se define. Ainda em sua apresentação, ela diz:

A pergunta sobre que tipo de reportagem eu faço sempre me deixou – e continua me deixando – aflita (por favor, não me perguntem isso!). Eu escrevo sobre gente, mas quem não escreve sobre gente? Volta e meia alguém me diz que faço “matérias humanas”. Mas seria possível alguém fazer “matérias inumanas”? [...] A carne da minha reportagem são os “desacontecimentos”, palavra que dá conta de

uma escolha: escrevo sobre a extraordinária vida comum, sobre o cotidiano dos homens e das mulheres que tecem os dias e também o país, mas nem sempre são contados na história. Sobre aquilo que se repete e, por equívoco ou por miopia, é interpretado como banal. Ao empreender essa narrativa, busco subverter o foco, embaralhando os conceitos de centro e de periferia. (2013, p.13-14)

Nessa linha de raciocínio, ela entra definitivamente nas questões que dão nome à apresentação – “Um percurso de des(identidade)”. Não só seu ofício como repórter é questionado, mas também o de colunista. Ivan Ângelo (2009), em uma crônica metalinguística para a revista *VEJA SP*, também se depara com certas imprecisões:

Uma leitora se refere aos textos aqui publicados como "reportagens". Um leitor os chama de "artigos". Um estudante fala deles como "contos". Há os que dizem: "seus comentários". Outros os chamam de "críticas". Para alguns, é "sua coluna". Estão errados? Tecnicamente, sim – são crônicas –, mas... Fernando Sabino, vacilando diante do campo aberto, escreveu que "crônica é tudo que o autor chama de crônica". (Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/sobre-cronica>>)

Embora o intuito deste trabalho, como já dito, não seja (re)classificar gêneros textuais, mas sim discutir as possibilidades que o texto apresenta, a imprecisão que Ivan Ângelo expõe é muito comum. Em primeiro lugar, porque a crônica não se restringe a um modelo único e pode se aproximar, sim, de contos, comentários, reportagens, etc. Em segundo, pois muitos cronistas desenvolvem seus textos em uma parte do jornal que, muitas vezes, tem como nome “Colunas & Blogs” – caso da revista *Época*, em que Eliane escrevia. Ainda que a jornalista se coloque como colunista, ao levarmos em conta o que é uma coluna de jornal para o jornalismo clássico, já não há como considerá-la de tal forma. Em um site sobre comunicação social, *Race Comunicação*, há um texto denominado “O que é uma coluna?” (2015), que traz o seguinte:

Abaixo, algumas dicas podem ajudar a escrever uma boa coluna:

- Bom uso do português, e não apenas gramaticalmente:

É importante estar confortável com o uso da linguagem para transmitir emoções, gerar confiança, persuadir, e tornar o que você escreve interessante. Aprenda a escrever no estilo “pirâmide invertida” para ir direto ao ponto.

- Conhecer os princípios básicos:



Colunas são destinadas a fornecer informação suficiente para um leitor sem arrastá-los em uma leitura. Acostume-se a reduzir seus rascunhos, encurte as frases e encontre maneiras de chegar ao ponto sem insistir nele. Evite repetições, a menos que isso realmente adicione a ênfase que a história exige.

- Apresente os dois lados de uma história:

Forneça uma solução, não basta levantar uma questão. Colunas que criticam certas questões e não oferecem soluções não tem grande utilidade. O bom jornalismo é objetivo e não toma parte, mas oferece equilíbrio para garantir que não apenas um lado seja apresentado.

- Encontre assuntos interessantes para atrair o leitor:

Mesmo que tenha liberdade, o melhor é oferecer o que as pessoas queiram ler. Foque no que está atual.

- Precisão no topo da lista:

Lembrar de que a escrita, a curiosidade e a comunicação formam suas habilidades. Esteja preparado para pesquisar e aprender tanto quanto puder, para obter as informações corretas antes de escrevê-las.

- Evite conflitos de interesse:

Em qualquer caso que haja um real ou mesmo aparente conflito de interesses, não escreva ou deixe extremamente claro que você não tem nenhuma ligação de qualquer tipo. Sempre converse com colegas para ajudá-lo a chegar numa decisão objetiva. (MUNIZ, Thais. Disponível em: < <http://www.racecomunicacao.com.br/blog/o-que-e-uma-coluna/>>)

É importante notar o ano de publicação das dicas de Muniz: 2015. Praticamente 40 anos após a publicação de *Radical Chique e o Novo Jornalismo* (1973), de Tom Wolfe, e a conseqüente discussão e produção do *New Journalism*. É claro que há espaço para todas as vertentes jornalísticas; no entanto, ao observar que uma “boa” coluna deve seguir os passos acima, chega-se a uma bifurcação: ou a coluna jornalística não se limita a esses imperativos, ou Eliane – indo ao encontro do que Ivan considerou “erro técnico” – não é colunista, e sim cronista, com todos os predicativos que pode ter um escritor literário. Nas palavras de Brum:

E que colunista sou eu? Nessa pergunta há uma demanda por identidade. Comecei a escrever uma coluna de opinião no site da revista *Época* em 2009, quando ainda trabalhava como repórter especial. [...] aos poucos, comecei a pensar que poderia ser uma chance para me aventurar em algo que nunca tinha tentado, uma forma de me expressar que representasse um desafio. Afinal, se queremos desacomodar o leitor – e eu quero –, é preciso primeiro nos desacomodar. E assim começou minha coluna a cada segunda-feira, desde o início marcada pelo fato de que sou uma repórter escrevendo uma coluna de opinião. (2013, p.14)

Como se explicasse a situação de Brum e de tantos outros cronistas atrelados às colunas de opinião, Ivan Ângelo explica:

A dificuldade é que a crônica não é um formato, como o soneto, e muitos duvidam que seja um gênero literário, como o conto, a poesia lírica ou as meditações à maneira de Pascal. Leitores, indiferentes ao nome da rosa, dão à crônica prestígio, permanência e força. [...] Há crônicas que são dissertações, como em Machado de Assis; outras são poemas em prosa, como em Paulo Mendes Campos; outras são pequenos contos, como em Nelson Rodrigues; ou casos, como os de Fernando Sabino; outras são evocações, como em Drummond e Rubem Braga; ou memórias e reflexões, como em tantos. A crônica tem a mobilidade de aparências e de discursos que a poesia tem – e facilidades que a melhor poesia não se permite. (Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/sobre-cronica>>)

A vontade que Eliane tem de “desacomodar o leitor”, portanto, assim como seu tom expositivo-argumentativo, não caracterizam motivo suficiente para desconsiderar a “literariedade” dos textos de sua coluna, presentes em *A menina quebrada*. Em entrevista a *O jogo de ideias – Jornalismo e Literatura* (Parte 1/6), ela confessa: “Minhas reportagens são pra confundir, pra perturbar. Eu quero desacomodar o leitor. Eu não vou dar uma verdade, ou eu vou dar várias, o máximo que eu conseguir.” (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rln0Wql6tl8>>). E, quando usa o termo reportagens, não usa no sentido clássico do jornalismo, mas às suas produções como um todo. Mais adiante, por exemplo, Eliane explica que, em 2010, deixou a revista, mas manteve a coluna na internet. Aprendendo a viver em seu próprio tempo, sem a pressão das redações, Eliane diz ter criado novas vozes para ela mesma:

O que parecia um desejo por ampliar as identidades possíveis acabou por se mostrar um percurso de desidentidades. De fato, e só percebi bem mais tarde, eu estava me desinventando, para poder manter o que é essencial e irreduzível para mim, a reportagem, e ao mesmo tempo eliminar as fronteiras – não só na minha expressão externa no mundo, mas também internamente. [...] Meu corpo com limites cada vez mais indefinidos se encontrou no não corpo que é a rede. Talvez como colunista, eu seja então uma das desidentidades. (p.14-15)

Como ela mesma já pontuou, as crônicas de *A menina quebrada* traçam um percurso de (des)identidade – a alteração dos parênteses fica por minha conta – que, uma vez não proclamado, o leitor pode não notar. Essas novas percepções identitárias, consequência da modernidade tardia, são conceituadas por Stuart Hall (2006)

como novos processos de identificação. O percurso delineado pela autora traz consigo muitas discussões possíveis, como os estudos de gênero. E, como uma coisa leva à outra, os estudos feministas e das masculinidades podem contribuir significativamente para análises mais profundas dos textos. Fruto da intensa globalização – tanto da economia quanto da informação –, da revolução tecnológica e das demais transformações decorrentes do século anterior, as crônicas de Eliane Brum tornam-se espelho daquilo que temos sido – e, muitas vezes, não enxergamos. A não preocupação com delimitações exatas de temas ou “linhagem” nos textos mostra aquilo que mais é característico dos tempos atuais: o sincretismo, ou seja, a fusão de diferentes concepções.

Se as divisões arbitrárias de cultura, comportamentos, economia, política etc – ou variações similares – servem pra organizar a publicação, qualquer jornalista sabe que uma boa reportagem ou um bom ensaio ou uma boa coluna é misturada, porque a vida não se deixa compartimentar. Ao contrário, ela escapa das definições, escapa até das palavras. (BRUM, 2013, p.15)

O próximo capítulo, portanto, se dedicará a investigar criticamente olhares que condicionam e outros que desconstroem essas vidas que escapam: seja por não se encaixarem, por não serem percebidas ou assumidas, seja por parecerem ordinárias demais.

### 3.2 “EIKE BATISTA, UM SUPERPAI?”

Em “Eike Batista, um superpai?”, Eliane Brum inicia contextualizando o leitor sobre o acidente fatal que envolveu Wanderson dos Santos (ciclista e vítima) e Thor Batista (condutor do veículo), em 2012. Ela conta que o pai de Thor, Eike Batista, imediatamente após o acidente, tratou de defender o filho de todas as maneiras, inclusive por meio da rede social Twitter. Ao mesmo tempo em que relembra detalhes do atropelamento, Brum analisa os protagonistas envolvidos nessa história verídica a fim de questionar não a inocência ou culpa de Thor em relação à morte de Wanderson, mas o “papel” do pai (Eike) nessa situação e como isso se relaciona com outras questões sociais. A história que percorre toda a crônica é exposta paralelamente às análises e discussões a que Eliane Brum dá voz. Ademais, a partir de alguns trechos, é possível

perceber que, embora utilize um episódio da vida real para expor suas reflexões, Brum constrói um raciocínio não sobre o fato isolado, mas sobre a concepção do que é ser um pai hoje, ou um “superpai”, escancarando as consequências sociais dessa consciência e alertando acerca do papel da família nessa herança cultural.

Eliane se valeu de uma notícia jornalística para desenvolver seus comentários na crônica do dia, artifício comum entre os cronistas. Semelhante a uma manchete, ela inicia: “Na noite de sábado, Thor Batista, 20 anos, atropelou Wanderson Pereira dos Santos, 30 anos, na rodovia Washington Luís, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.” (BRUM, 2013, p.301). Em seguida, ao trazer Eike Batista para o texto, ela o caracteriza como “o homem mais rico do Brasil”. A escolha por esse predicativo relaciona-se diretamente com o envolvimento de Eike na defesa do filho, Thor. Ser o homem mais rico do mundo faz de Eike mais do que responsável pela defesa do filho – uma vez que Thor já responde por seus atos –, torna-o cativo de seu *status*, de sua posição social, de seu poder. Ao questionar se, “ao defender o filho com os melhores advogados” (BRUM, 2013, p.301), Eike Batista é mesmo um superpai, Eliane denuncia que não é Thor quem se defende, mesmo tendo 20 anos de idade e, pela lei, ser responsável por seus atos, mas o pai quem defende o filho ao contratar os melhores advogados. Do que Eike defende Thor, afinal? Nota-se, pela fala de Eliane, que também não são os advogados quem defendem, de fato, Thor, mas o pai, Eike. Embora sejam profissionais competentes e preparados para a defesa de seus clientes, “melhores advogados”, é Eike quem detém o poder, e quem corre o risco de perdê-lo.

Antes de seguir em suas reflexões, Eliane recorda pontos importantes sobre os envolvidos no acidente, assim como sobre a investigação do caso. Ainda que isso pareça mais informativo do que reflexivo, é desse quadro que as impressões da cronista se valem. Do contrário, a subjetividade do seu olhar, provavelmente, não faria tanto sentido.

A autora lembra que Thor “é o mais próximo de um príncipe herdeiro que o Brasil atual pode ter”. E esse fato é lembrado pelo próprio pai de Thor, em sua conta no Twitter: “A mídia e todos vão já perceber que o Rio tem um príncipe Harry! O Thor” (p.301). Por trás da suposta bondade desse pai que ama seu filho a ponto de considerá-lo um príncipe, incapaz de fazer mal a alguém, está arrogância de um homem que se coloca como Rei diante de uma nação. Sim, porque Thor só pode ser considerado príncipe se o trono de Rei já estiver ocupado por seu pai, e Eike não parece ter dúvida disso. Já Wanderson era “ajudante de caminhoneiro e filho de criação de Maria Vicentina

Pereira” (p.301-302). Ao contrário de Thor, filho do homem mais rico do país e da eterna musa do carnaval, batizado com nome de deus nórdico, Wanderson não tinha um destino certo, tampouco alguém que o defendesse. Como dois Brasis, Thor simboliza a busca cega por uma masculinidade hegemônica, enquanto Wanderson ocupa o lugar dos afetados por essa hipermasculinidade. De acordo com Waldemir Rosa, “O gênero, a raça e a classe, são categorias classificatórias que atuam como moderadoras no processo de distribuição de poder na sociedade. Nesta perspectiva, elas compõem a tríade necessária para se pensar os mecanismos da distribuição do poder” (ROSA, s.d., p.1). Wanderson, nesse contexto, estaria longe de deter o poder.

Um objeto de destaque extremamente simbólico no texto é o carro dirigido por Thor, “uma Mercedes SLR McLaren, o mesmo que costumava ser exibido como obra de arte na sala da mansão de sua família.” (p.302). A observação feita por Eliane sobre o carro não se mostra relevante apenas para contrapor a bicicleta guiada por Wanderson e, mais uma vez, expor o abismo que separa os envolvidos no acidente. Com isso, a autora escancara um dos principais símbolos do poder fálico presentes no contexto. Ter um carro exposto como obra de arte na sala de uma mansão não é algo trivial. Isso diz muito sobre aquele(s) que o expunham. Laerte de Paula, psicanalista e autor da página virtual *Cadernos Psicanalíticos*, ao falar sobre a dialética fálica, explica:

[...] supõe-se que este carro tenha o poder de causar o desejo, ou seja, de corresponder àquilo que eu suponho que os outros consideram desejável. Bom, se ter um automóvel potente atrai admiração, inveja, se funciona como signo de sedução e de desejo sexual, então o carro faz as vezes de um signo fálico. [...] querer ter o falo é querer estar conferido de uma potência capaz de, através de mim, poder fazer com que o Outro goze com meu atributo fálico. Ser fálico não é uma potência para meu gozo exclusivo. [...] Sou fálico na medida em que o Outro se serve de mim para seu gozo. (PAULA, 2011)

A análise de Paula casa bem com a situação de Eike e Thor com a Mercedes. Muito mais do que um carro de luxo, a SLR McLaren era o poder do pai compartilhado com o filho. O filho não tinha o poder do pai, mas o lugar ocupado por este poderia conferir poder àquele por diversos meios, o carro era um deles. Nesse caso, a condenação de Thor implicaria um risco de destruição fálica muito grande, tanto ao pai quanto ao filho: serem odiados. Portanto, compartilhar esse símbolo com o filho e, após o acidente, defender Thor de todas as maneiras possíveis pode ser lido como um processo

de ensinamento da potência viril. Nos estudos sobre masculinidades, entende-se que é o mito da potência viril que sustenta a tradição de comportamentos baseados em ideais de uma masculinidade hegemônica. De acordo com Courtine, em “Robustez na cultura: mito viril e potência muscular”,

‘O objeto do mito, continua Lévi-Strauss, é de fornecer um modelo lógico a fim de resolver uma contradição.’ Poder-se-ia continuar imediatamente: o mito viril se aplica a resolver a insolúvel contradição entre os desejos de onipotência e as realidades da impotência masculinas. (2013, p.576)

O acréscimo de Courtine à definição de Lévi-Strauss permite compreender boa parte da crônica, já que são “os desejos de onipotência e as realidades da impotência masculina” o que sustenta o mito e, conseqüentemente, faz perdurar comportamentos e ensinamentos como os de Eike e Thor.

Logo mais, a autora retorna para Thor e afirma que:

Seu perfil é fascinante e quase obrigatório para compreender o Brasil atual. [...] Em seu prontuário no Detran constam 51 pontos e 11 multas, parte delas causada por excesso de velocidade. Thor deveria ter perdido a carteira por isso, mas não a perdeu. [...] Thor ama carros, velocidade e potência. [...] em 27 de maio de 2011, Thor atropelou um homem de 86 anos, também em uma bicicleta, na Barra da Tijuca, no Rio. Thor prestou socorro e sua família pagou todas as despesas médicas. (p.304)

A maneira como a autora escolhe apresentar Thor segue a linha de um currículo, composto pelos “grandes” feitos do jovem. Trata-se, portanto, de um anti-currículo, ou melhor, de um texto anti-épico, estabelecido pela ironia. Quando diz que o perfil de Thor é “quase obrigatório para compreender o Brasil atual”, Eliane mostra compreender que são comportamentos como esse que provocam tanta violência no país. E “como esse” não quer dizer, necessariamente, um contexto de acidente de trânsito ou excesso de velocidade, mas diz respeito à noção de masculinidade incutida nessa e em outras atitudes em que obter a potência viril é o objetivo final. Não bastassem essas informações, Eliane faz questão de dar voz ao próprio Thor e citar o trecho de uma entrevista concedida por ele antes do acidente fatal, sobre outro carro, um Aston Martin: “Trouxe de São Paulo e fiz 280 quilômetros por hora na Dutra”.

Lia Zanotta Machado (1998), em artigo sobre a construção da masculinidade entre presos apenados por estupro, argumenta que a virilidade nem

sempre é remetida a qualquer desempenho de atividades sexuais. Ora é pensada como o desempenho de um comportamento social vinculado à coragem, ao destemor, ora à independência e à iniciativa. Esse seria o caso de Thor, ainda que relacionado a outro contexto: destemido, dirige seu carro em alta velocidade; porém, não pode ser considerado inconsequente, uma vez que tem a “louvável” atitude de ajudar a família e pagar as despesas médicas do senhor que atropelou. Não perder os pontos na carteira, bem, esse é um ponto importante. Eliane procura evidenciar que Thor deveria ter perdido a carteira de motorista antes mesmo do acidente envolvendo Wanderson, mas não a perdeu. Dentre tantos fatores que envolvem essa submissão do Detran, como um eventual suborno por parte de Eike, está o fato de que há uma condescendência entre os homens que buscam estar próximos, ainda que inconscientemente, daquilo que se apresenta como o ideal de masculinidade. E essa atitude é exposta por Eliane como igualmente responsável pela morte de Wanderson – “Se a tivesse perdido, como determina a lei, talvez não estivesse dirigindo na noite daquele sábado, e Wanderson possivelmente não estaria morto” (p.304) –, ainda que procure se abster da condenação de Thor:

Até agora, ninguém – nem mesmo Eike – pode afirmar se a morte de Wanderson foi fatalidade ou homicídio. Até agora, ninguém – nem mesmo Eike – pode declarar se a morte de Wanderson é responsabilidade exclusiva da vítima, é responsabilidade exclusiva de Thor ou é responsabilidade de ambos. (p.302)

Eliane, na verdade, parece estar tentando mostrar que Thor também é vítima desse processo obsessivo de construção da masculinidade hegemônica ao tentar descobrir “como ele se sentia em sua humanidade”. Ao procurar Thor “em sua humanidade”, a partir de sua conta no Twitter, a autora pressupõe que, diante da defesa do pai, Thor é colocado para além dos “reles mortais”. O que ela percebe é que “Thor estava mais preocupado em garantir sua inocência, provar a culpa do morto e nos convencer da correção de seus atos, assegurando também o total apoio material à família da vítima. [...] Depois, descobri que já tinha mudado de assunto.” (p.309). Esse deslize de Thor, observado por Eliane, permite perceber que, desde o princípio, a obstinação em condenar Wanderson vem do pai, Eike, não de Thor. Naturalmente, Thor não gostaria de ser condenado. O que quero dizer é que os interesses entre pai e filho, na tentativa de defesa, se diferem. Enquanto Thor tenta provar sua integridade moral, Eike releva-se

mais preocupado em defender-se de tudo que possa afetar o poder que lhe confere o *status* de “rei” da virilidade (tomando o termo em analogia ao fato de Eike dizer que o Brasil tinha um príncipe: Thor), o qual deve incluir: idoneidade moral, coragem, bravura, segurança e um filho que atenda às mesmas características. Ao afirmar: “Vou defender como um Leão. Tenho certeza que todo Pai que ama seu Filho faria o mesmo!” (p.305), Eike deixa clara uma de suas estratégias: ao iniciar “pai”, “filho” e “leão” com maiúscula, ele pretende fixar a íntima relação existente entre os termos. Será mesmo essa a relação que Eike quis estabelecer, ou mais uma vez seu discurso disse mais do que ele gostaria? O que é, afinal, ser pai? Eliane, irônica, explica:

Um pai – ou um superpai – seria aquele que defende o filho contra tudo e contra todos, tenha ele ou não razão [...] Um pai – ou um superpai – afirma a inocência do filho e usa todos os recursos para convencer a opinião pública dela, mesmo que ele não possa garanti-la, já que ninguém ainda pode. Um pai – um ou superpai – usará todos os meios de que dispõe para impedir que o filho seja punido, mesmo se for provado que ele merece a punição. Pelo comportamento público de Eike Batista, me parece que ele acredita com sinceridade que esta é a função de um bom pai – ou mesmo de um superpai, já que, pelo que tem demonstrado em sua trajetória de vida, ele não aceitaria menos do que ser um superpai. (p.305)

“Ele não aceitaria menos”: pois o fracasso de Thor resultaria em uma mácula no currículo “impecável” de Eike como homem. Segundo Bauberót (2013), dentre as instâncias de socialização que participam da formação da identidade masculina, a família é a que, provavelmente, conhece as transformações mais profundas, assim como participa da reprodução da ideologia viril. Para o autor, “a família ocupa um lugar central no aprendizado das qualidades e dos papéis destinados a cada sexo.” (p.191). A afirmação de Bauberót endossa a ideia trazida pela autora ao relacionar as atitudes de Thor ao aprendizado que recebeu em casa: “o filho de um superpai é automática e previamente inocente” (p.306). E continua:

Me arrisco a discordar não só como mãe, mas como cidadã que tem que conviver com os filhos desses pais em todas as esferas da sociedade. [...] Acredito que vale a pena pensar sobre o que é ser pai hoje. E que tipo de consequência essa ideia de paternidade, tão bem ilustrada na relação de Eike Batista com seu Thor da vida real, acarreta para a sociedade como um todo. (p.305)



Eliane fala em “filho desses pais”. Não há como não relacionar a frase à famosa expressão “filho da mãe”, que, dentre tantos sentidos possíveis, diz respeito a um xingamento pejorativo à mãe. O que seria um filho da mãe? Ao transpor para “filho desses pais”, a cronista responsabiliza também os pais pela educação dos filhos e pelo que isso acarreta socialmente. Segundo Bauberót,

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico é capaz de definir a forma que assume dentro da sociedade o macho humano; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o homem e o super-homem que chamamos de viril. (2013, p.189)

Se esse produto é elaborado e, como já exposto, faz parte do mito da potência viril, fica claro que a “verdade” citada por Thor – “‘A frase que mais admiro é ‘The truth sets you free’. Author: Jesus.’” (p.309) – está longe de ser a que ele demonstra esperar: a inocência. Ainda mais em se tratando de uma verdade no sentido teológico, como ele acabou optando. A partir disso, Eliane finaliza:

a tradução da frase postada por Thor seria: ‘A verdade vos liberta’. É possível. Mas talvez pai e filho um dia descubram, ainda que em seus pesadelos noturnos, naqueles que não se pode controlar mesmo sendo um superpai ou um superfilho, que a verdade é uma criatura complexa e que pode levar a territórios imprevisíveis. Ela pode libertar, sim – mas dificilmente sem dor. E dificilmente sem um profundo e corajoso olhar para dentro.” (BRUM, 2013, p.310)

Para a autora, pai e filho fogem de qualquer possibilidade de olhar pra si. Ao tentar inocentar Thor, pai e filho pretendem manter firme a carapaça que os protege de suas vulnerabilidades. Talvez esse seja um ato inconsciente, mas é ato, e ela mostra que precisa ser descoberto, ainda que em pesadelos noturnos. Por fim, retomando o que já foi dito, se o objeto fálico de que dispunha a família Batista – o McLaren – foi destruído pelo acidente, ainda que ele não represente a totalidade do *status* conferido à riqueza de Eike e Thor, é preciso que se mantenha firme, ao menos, o caráter reto desse homens – ou seja, a inocência de Thor –, fato que continuará garantindo a eles a característica maior de detentores de uma potência capaz de fazer com que o Outro goze com seus atributos fálicos. Com isso, Thor aprende que ser imprudente no trânsito não é, na verdade, imprudência, mas resultado do que foi ensinado a valorizar enquanto homem. Já a embriaguez de Wanderson, essa sim, segundo os Batista, deve ser punida, símbolo de uma masculinidade desequilibrada.

O discurso emitido por eles diz mais do que gostariam, e Eliane consegue captar essas falhas trazê-las para o texto de tal forma que, mais do que um questionamento sobre educação dos filhos e paternidade, é um texto que problematiza a aprendizagem da potência viril, posta como a razão da sustentação de tantos problemas sociais, como a violência.

### 3.3 “PEDRO E JOÃO: A HISTÓRIA DE DOIS MENINOS GAYS E UMA INFÂNCIA DEVASTADA”

Nessa crônica, Eliane Brum traz uma história sobre afastamento, exílio. A narrativa do personagem e o relato da autora tentam o movimento contrário: o de aproximação. A história de “dois meninos gays e uma infância devastada” pode ser considerada uma metáfora para a violência de gênero cometida em ação ou omissão, não só por sexistas, homofóbicos ou outros grupos dos quais já se espera uma reação negativa à diversidade sexual, mas por toda a sociedade. Brum utiliza vários recursos para provocar essa aproximação entre a história a ser contada, ou seja, a experiência particular de alguém (Pedro), e a realidade que nos cerca enquanto leitores e sujeitos de nossas próprias vivências.

Conforme contextualiza Eliane Brum, um homem a procurou via *e-mail* para denunciar uma campanha, com a qual se deparou na internet, “que arregimentava pessoas a se unirem para executar homossexuais” (p.259). Ela ponderou e propôs que ele lhe contasse sua história “para – talvez – publicá-la” (p.259). A princípio, ele só queria denunciar homofóbicos criminosos e expor uma situação que, direta ou indiretamente, havia matado seu amigo. Por que, então, a autora pediria a ele que contasse a própria história? Se não é certo que ela publicaria, que história, afinal, merece ser contada? Sua fala seguinte responde: “Contar uma história que nos aproxime é a melhor resposta que podemos dar a quem usa as palavras para aumentar as distâncias.” (p.259). Pedro gostaria apenas de denunciar. Eliane, contudo, mostra que, dessa forma, permaneceria o abismo que separa as vivências de cada um. O “poder da narrativa”, defendido por ela no início da crônica, é esse: contar, narrar, para que a história nos aproxime uns dos outros, nos faça (re)conhecer o problema alheio – que também é nosso – e encará-lo com maior empatia.

Logo no início do texto, há a seguinte constatação: “Esta história é contada aqui porque foi a nossa ignorância – a minha e também a sua – que destroçou a vida dessas duas crianças. E tem destroçado – às vezes em brutal literalidade, com tiros

e pancadas – a vida de muitos – demais.” (p.259). O diálogo com o leitor permeia toda a voz da autora nessa introdução que precede a história, o que torna a chamada de atenção da autora mais nítida e eficaz. O uso da primeira pessoa do plural, intercalada com a do singular, tem efeito parecido: inclui autor e leitor à situação exposta: “Da infância, somos todos sobreviventes.” (p.259); “Pedro posicionou-se ao lado dos mais ‘fortes’, como tantos de nós a vida toda” (p.260); “Como a maioria de nós, ele queria ter sido mais forte na infância” (p.260). Poderia ser a nossa história, ela quase alerta. Além disso, a cronista opta por apresentar Pedro da seguinte forma: “Filho único de uma família de classe média do interior de Minas, Pedro tem 28 anos, é engenheiro ambiental e hoje vive sozinho em Goiânia. Um brasileiro como tantos outros, que trabalha duro e paga seus impostos.” (p.260). Ao expô-lo dessa maneira, ela mostra que Pedro é um cidadão comum, como tantos de nós. E ela continua: “Em Goiânia, assume sua homossexualidade em todos os espaços – e também no trabalho. Mas preferiu se afastar da família a contar que era gay.” (p.260). Essa informação introduz a ideia de exílio para o qual os homossexuais são empurrados.

Quando a autora diz perceber que não se tratava apenas da história de Pedro, mas de Pedro e João, é possível relacionar a informação, levando em consideração o poder metafórico da crônica, a um alerta, isto é, não se trata de um acontecimento específico, um caso isolado, mas de uma situação que envolve outros sujeitos e diversos fatores. Falar sobre homens é falar sobre suas condições e possibilidades. Daniel Welzer-Lang, sociólogo francês, ao discorrer sobre a construção e socialização masculina, fala sobre os abusos sexuais sofridos pelos meninos no período de introdução à chamada “casa-dos-homens” – “metáfora/conceito [...] para descrever a socialização masculina” (WELZER-LANG, 2001, p.7). O pesquisador aponta, também, para outros tipos de abuso, cotidianos e paralelos aos sexuais:

As ofensas, o roubo, a ameaça, a gozação, o controle, a pressão psicológica para que o pequeno homem obedeça e ceda às injunções e aos desejos dos outros... Há um conjunto multiforme de abusos de confiança violentos, de apropriação do território pessoal, de estigmatização de qualquer coisa que se afaste do modelo masculino dito correto. Todas as formas de violência e de abuso que cada homem vai conhecer, seja como agressor, seja como vítima. Pequeno, fraco, o menino é uma vítima marcada. Protegido por seus colegas, ele pode agora fazer os outros sofrerem o que ele tem ainda medo de sofrer. Exorcizar o medo agredindo o outro e gozar dos benefícios do poder sobre o outro é a máxima que parece estar inscrita no frontal de todas essas peças. (p.5)

Welzer-Lang afirma sermos negligentes quanto a essas formas de violência, pensamento compartilhado por Eliane Brum. Ao apresentar João, ela conta que, quando criança, ele era o melhor amigo de Pedro. Mas, como João não conseguia esconder que era gay, Pedro posicionou-se ao lado dos “pequenos machos”. Ainda de acordo com Welzer-Lang,

na socialização masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna o pólo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado e ser (mal) tratado como tal. (2001, p.6)

Nos termos de Brum, João “ousava ser”, já na infância; era uma criança que – conscientemente ou não – enfrentava os padrões para ser quem era. Àqueles que não ousam, o comportamento de João pode ser entendido como uma afronta. Pedro, por sua vez, costumava se afastar quando algo ameaçava sua identificação socialmente aceita – não só na infância, mas também na adolescência e juventude e, de certa forma, ainda na vida adulta. Seu comportamento é influenciado pelo contexto em que vive – “Uma cidade do interior de Minas [...]. Pequena, conservadora, cheia de falsos moralismos.” (p.261) –, ainda que ele não se sentisse parte disso.

A cronista utiliza “fortes” e “pequenos machos” para se referir aos meninos que ameaçavam a liberdade daqueles que fugiam à heteronormatividade vigente. Esses termos nada têm de gratuitos. Em grande parte dos estudos sobre masculinidades, esses vocábulos, assim como suas variações, aparecem a fim de retratar aquilo que se tem como expectativa do “homem de verdade”. De acordo com Jean-Jacques Courtine (2013), a chamada masculinidade hegemônica, ou seja, o “poder viril”, estaria baseada em um “ideal de força física, firmeza moral e potência sexual.” (p.8). Para Pierre Bourdieu (1998), a virilidade é “entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão para o combate e para o exercício da violência” (p.32). Em Claudine Haroche (2013), “[q]ualquer que seja o momento histórico, a virilidade é sinônimo de força, ou pelo menos ela a supõe: força física, simbólica, mas também moral – fala-se de força de caráter [...]. A virilidade se revelaria também por algumas disposições: autodomínio, firmeza, resistência.” (p.16). Como pode ser observado, alguns aspectos são bastante semelhantes entre as teorias e críticas sobre masculinidades. A força, de modo geral, aparece como representativo da virilidade em todos os pesquisadores citados. Ainda que Bourdieu não tenha utilizado esse termo, exatamente, quando fala em capacidade sexual, por exemplo, está falando de potência sexual, e

potência tem uma relação muito próxima com o que “força” significa em seu sentido mais abrangente – física, simbólica, moral, social, etc.

Nesse contexto “viril”, começa, então, uma história de exílio vivida por ambos:

Alinhou-se ao lado dos pequenos machos quando eles tornaram a vida de João um inferno humano. Tão humanamente infernal que ele acabou mudando de cidade no início do ensino médio. Como acontece ainda hoje em muitas escolas, nem professores, nem pais, nem colegas, ninguém faz gesto algum na direção de João. Todos permitiram, por ação ou omissão, que João fosse agredido, acuado, encurralado e, por fim, exilado. (p.260)

O termo alinhar-se vai ao encontro do que supostamente seria uma masculinidade heteronormativa: corretamente encaixada, alinhada, endireitada ou qualquer outra expressão que identifique um posicionado voltado a uma norma padrão. A homossexualidade, portanto, é vista como o oposto disso, um desalinhar-se, desencaixar-se, desvirtuar-se. E tornar a vida de João um “inferno humano. [...] humanamente infernal” mostra ser uma escolha humana, arbitrária, isto é, não há força maior, sobrenatural, divina, etc., que obrigue a exclusão desses sujeitos em virtude de um modelo adequado. Tem-se, assim, um caso nítido de homofobia consentida, a qual é definida por Welzer-Lang (2001) como “a discriminação contra pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídas ao outro gênero.” (p.6).

Como bem expôs Eliane Brum, “nem professores, nem pais, nem colegas, ninguém faz gesto algum na direção de João. Todos permitiram [...]”. A escolha reiterada de pronomes indefinidos – “muitas”, “ninguém”, “algum” e “todos” – reforça a ideia de que a responsabilidade não recai só sobre o(s) agressor(es) direto(s), mas a todos os envolvidos, ora por atitudes, ora pelo silêncio condescendente. Ademais, ao relacionar o tempo presente a João, em “Como acontece ainda hoje [...], ninguém faz gesto algum na direção de João”, Brum torna “João” uma metonímia para todas as vítimas e mostra que a história não se encerra com os dois amigos, ela permanece entre nós.

A escolha dos nomes dos personagens dessa “narrativa real” (p.260) também não são aleatórios. A autora explica que, embora tenha checado a identidade de Pedro – nome fictício –, respeitou sua decisão de ocultar seu verdadeiro nome. Identidade, nesse caso, pode remeter tanto ao nome verdadeiro quanto à identificação subjetiva desse sujeito. Além de ser motivo de segurança, afinal havia uma, ou várias,

denúncias, ocultar os nomes verdadeiros para dar lugar a Pedro, e depois a João, é mais do que ocultar as identidades reais, é principalmente uma maneira de aproximar esses “personagens” dos muitos Pedro e João da vida real, o que reforça a ideia de que poderia ser qualquer um de nós. A partir dessas estratégias, torna-se muito mais possível o reconhecimento entre aquele que lê e o contexto exposto.

Pedro, o narrador-personagem, parece seguir o método de Brum. Ao narrar, ele consegue provocar a aproximação pretendida pela cronista. A história é dividida em fases e nomeada pela autora da seguinte maneira: “O começo: ou como Pedro expôs João para que não o descobrissem”; “Pedro se esconde – até de si mesmo”; “Pedro tenta fugir – mas não há fuga de si mesmo”; “Pedro tira a máscara – arranca-se de si”; “Pedro descobre que não o perdoam por ser”; “Pedro aproxima-se dos pais – que não sabem (ou fingem não saber) que é”; “O meio: ou como Pedro reencontra João no gesto possível”.

Como é possível perceber, os títulos dados pela autora também fazem analogia a um movimento de afastamento e aproximação. Essas duas ações têm norteado os apontamentos de análise e permanecerão sendo evidenciadas. A primeira fase de Pedro é marcada pelo *bullying* homofóbico, praticado por ele e seus colegas de escola, contra João. Nesse momento, as confissões e reflexões do narrador sugerem que esse tipo de violência ocorre porque, se a sociedade exige a heterossexualidade, há uma dificuldade grande em aceitar uma orientação diferente, ou melhor, comportamentos que denunciem essa opção sexual – afinal, Pedro era homossexual e sabia disso desde criança, mas reprimia esse desejo.

Ainda no colégio, eu era uma pessoa extrovertida e comunicativa, mas, quando percebi que havia algo diferente, tornei-me recluso. [...] tinha um colega que conseguia disfarçar menos sua homossexualidade e, para continuar pertencendo ao grupo, eu participava de ataques de *bullying* homofóbico. Estes eram os momentos nos quais eu me sentia pior. [...] João [...] sempre foi muito sensível e delicado. O fator ‘não jogar bola’ influenciava muito o que as crianças pensam quanto à sexualidade de outra. E João não jogava. [...] Ele passou a ser um garoto solitário, menos risonho. Aproximou-se mais das garotas e adquiriu ‘trejeitos’, que talvez sempre tenha tido, mas que somente com o amadurecimento e a consciência de mundo eu e os outros garotos começamos a perceber. (p.261)

Pela fala de Pedro, percebe-se que sua atitude, assim como a de João, só acontece dessa forma porque há uma norma, inculcada culturalmente, que dita o

“certo” e o “errado”. Ser homossexual, nesse contexto, não está na regra, por isso não deve ser uma atitude incentivada. Welzer-Lang escreve que

Como a educação dos meninos nos lugares monossexuados (pátios de colégios, clubes esportivos, cafés..., mas mais globalmente o conjunto de lugares aos quais os homens se atribuem a exclusividade de uso e/ou de presença) estrutura o masculino de maneira paradoxal e inculca nos pequenos homens a ideia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-lo serem associados às mulheres. (2001, p.3)

A observação de Pedro – “somente com o amadurecimento e a consciência de mundo eu e os outros garotos começamos a perceber.” – deixa evidente que a exclusão, assim como a própria reclusão, daqueles que fogem à regra heteronormativa é provocada justamente pela concepção equivocada de que ser homem é ser viril, ou melhor, de que há um “homem de verdade” e suas características devem ser buscadas por quem deseja ser considerado como tal. Ele ainda diz: “é muito estranho ser ‘errado’.” (p.262). Geralmente inconsciente, esse pensamento não afeta apenas homossexuais, mas heterossexuais também. Pierre Bourdieu, em *A dominação masculina* (1998), defende que

[o] privilégio masculino é também uma cilada [...] que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade [...]. Na medida em que ela tem como sujeito, de fato, um coletivo – a linhagem ou a casa –, que está, por sua vez, submetido às exigências imanentes à ordem simbólica, o ponto de honra se mostra, na realidade, como um ideal, ou melhor, como um sistema de exigências que está voltado a se tornar, em mais de um caso, inacessível. A *virilidade*, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma *carga*. (p.32)

Além disso, expor esse viés do *bullying* – um menino gay que prefere reprimir sua sexualidade e juntar-se ao “machões” – suscita a ideia de que agir com violência, nesses casos, pode dizer muito sobre aquele que age. O grupo de pessoas que assassinou o amigo de Pedro, por exemplo, pode ser composto por sujeitos mal resolvidos, como o próprio narrador já foi, que não suportam ver alguém vivendo a homossexualidade escancaradamente. De acordo com Nolasco (1997, p.27), psicólogo e pesquisador brasileiro, “[p]ara um homem, o uso da violência pode ser entendido como resposta inconsciente à ameaça de feminilização que pesa sobre o eu e sobre a cultura

da qual faz parte.”. Sobre João, Pedro dizia: “Adquiri repulsa”, “Julgava-o sujo”, “a pessoa que mais se assemelhava a mim”, e afastou-se dele “como se disfarçasse a minha sujeira” (p.262). Não ver abertura para uma masculinidade diferente da normatizada em seu contexto fazia Pedro sentir medo de ser quem era: “E é muito estranho ser ‘errado’” (p.262). Pensar em alguma escolha como errada só é possível porque supostamente existe uma correta. Pensar na homossexualidade como um equívoco é acatar o modelo heterossexual de masculinidade como única forma possível. Sobre essa situação, Nolasco (1997) verifica que

as relações interpessoais masculinas se restringem a encontros sociais em que pouco se fala ou se compartilha de experiências vividas: elas são marcadas por atitudes de “macho”, os ditos *homens de verdade*. Acho que o padrão de masculinidade se expressa de várias formas. Essencialmente, é a sensação de que só se é homem de verdade ao tratar o próximo como menos homem. [...] Acho que o padrão de masculinidade vem muito da crença de que existe um *homem de verdade*. (p.18)

Pedro, em sua tentativa de não ser descoberto, revela comportamentos muito semelhantes ao que relata o pesquisador:

Todos os dias escrevíamos no quadro seu apelido: ‘João viadinho’. A situação de *bullying* era clara. Ele sofria muito, era perceptível. Quando cruzávamos com ele, ríamos e imitávamos trejeitos femininos. Os meninos da sala não o tocavam, pois, caso isso ocorresse, pegariam ‘viadice’. (p.262).

As palavras “aversão”, “pânico” e “medo” aparecem na narrativa. Aversão ao próprio corpo, pânico de sexualidade e medo da masturbação. Pedro confessa: “era nessas horas que eu tinha certeza de que realmente era gay.” (p.263). Mas reprimia seu desejo, reprimia sua sexualidade, reprimia a si mesmo; conseqüentemente, não aceitava a ousadia de João: “Eu conseguia reprimir, então era difícil aceitar que aquela pessoa não conseguisse.” (p.263). Essa declaração delata um raciocínio nocivo e recorrente. A incompreensão acerca de qualquer assunto pode levar o sujeito a se tornar agressivo diante de situações que, por ventura, julga expô-lo. Provavelmente, esse argumento não seja tão diferente do cultivado pelos assassinos do amigo de Pedro.

O isolamento de Pedro começa a partir do momento em que João, o foco, se muda. Assim, Pedro poderia sucumbir à homossexualidade e se tornar a próxima vítima. Essa atitude vai ao encontro do que Nolasco apontou quando disse que “[e]ssencialmente, é a sensação de que só se é homem de verdade ao tratar o próximo



como menos homem.”. Então, Pedro se tranca, se isola: “Tranquei-me no meu quarto e não queria sair de lá.” (p.263). A fala lembra a expressão “estar no armário”, ou, mais comumente, “sair do armário”. Em seu uso vulgar, ambas as expressões relacionam-se com a homossexualidade: enrustida, no primeiro caso, e assumida, no segundo. Como o próprio nome das fases sugerem, expor o outro para não ser descoberto foi a primeira tentativa de Pedro; ao próximo passo, restou esconder-se de si mesmo. No ápice da consciência sobre si, preferiu não viver sua adolescência.

No período em que Pedro entra para a faculdade, acreditou que sua vida poderia ser diferente. No entanto, como ele mesmo constatou, cursava engenharia, em uma cidade tradicional (Ouro Preto) e morava em uma república com quinze homens, em princípio, heterossexuais. Essas três informações não devem ser vistas apenas como parte de um contexto tradicional em que não se tem outra possibilidade a não ser seguir a norma, mas é preciso ponderar que a chance de não encontrar abertura para orientações sexuais alternativas é maior nesses meios. A fuga de Pedro se torna insuficiente para que ele possa, realmente, ser livre. Diferentemente do adolescente “exemplar” que havia sido (nunca bebeu ou usou drogas, era virgem, nunca beijou ninguém), enquanto jovem, transformou-se no oposto: “Para me inserir no grupo, eu comecei a usar um disfarce. O ‘porra-louca’ heterossexual.” (p.265). Ser homem, então, ainda que “porra-louca”, era beijar meninas, beber muito, ser usuário de maconha, de cocaína. Isso era “ser comum” (p.266), essa era a heterossexualidade normativa do meio acadêmico.

Como não podia dividir sua condição com um homem, procurou uma amiga da faculdade, no fim do curso, e contou sobre sua homossexualidade. Da mesma forma, João, na infância, passou a andar com as meninas da escola quando seus colegas notaram que ele era gay. Não há coincidência nisso. Há, sim, uma concepção muito prejudicial sobre o que é ser homem, a qual interfere negativamente na socialização de homens e meninos a ponto de torná-los reclusos em relação à partilha ou demonstração de emoções. De acordo com Nolasco (1997),

Muitos homens não partilham entre si suas dúvidas e conflitos a respeito do ser homem. Temem por sua identidade sexual. Mas, afinal, o que é ser homem? [...] o modelo de masculinidade a ser seguido [...] é solitário e reservado quanto a suas experiências pessoais, ou então superficial e prático, orientado para agir e realizar atividades. Expressar emoções é coisa de mulher. Socialmente, é permitido a ela sentir-se insegura diante de uma situação nova. Um menino aprende, em seu processo de socialização, que deve silenciar seus sentimentos e frustrações, bem como evitar situações

de vergonha e medo. Cresce criando defesas e proteções contra sentimentos desagradáveis, já que podem servir como indicadores de sua limitação para atender às exigências de seu papel social. (p.19-21)

Assim que Pedro se assume e divide isso com sua amiga, ele diz “Foi uma explosão. Era como se estivesse tirando o maior peso do mundo de minhas costas. Só consegui dizer: ‘Sou gay’. E comecei a chorar sem parar.” (p.266). O ato de declarar sua homossexualidade não vem só, traz consigo uma atitude negada ao perfil do “homem de verdade”: chorar. O choro de Pedro retrata não só uma forte emoção sendo externalizada, mas também simboliza sua libertação por todos os anos em que encolheu sua própria vida o máximo que pôde para caber nos moldes de uma sexualidade bem aceita socialmente. Talvez justamente devido a essa opressão, quando contou aos colegas com quem morava, antes de se mudar de lá, Pedro não usou mais o verbo “dividir”, mas sim “vomitar”: “eu vomitei, com certa raiva de mim e de tudo, que eu era gay” (p.266). Quem vomita, normalmente não o faz porque quer, mas porque precisa pôr para fora algo que não fez bem, não digeriu direito, fez mal. Analogamente, vomitar que é gay é pôr para fora uma questão há muito tempo incômoda, que nunca caiu bem e que até então não havia sido digerida direito. Escolheu vomitar “nos” meninos com quem morava, não na amiga da faculdade. É possível pensar nisso como um ato de protesto contra a falsa fraternidade incentivada e pregada entre os homens. Além disso, Pedro coloca em xeque o modelo heteronormativo quando desabafa: “Eu nunca tinha encostado em um homem, eu nunca tinha tido uma relação.” (p.266). Ainda assim, ele era gay. Novamente, entra em questão o que é ser homem.

O ato de “tirar a máscara” é bastante significativo no próximo momento vivido por Pedro. Ao mesmo tempo em que mostra a libertação experimentada por ele, evidencia a perseguição sofrida por homossexuais em uma sociedade heteronormativa. Pedro já está formado, tornou-se funcionário público em Uberlândia, conquistou independência financeira, o que ele julga ser muito importante para um homossexual, uma vez que, dessa forma, suas escolhas não dizem respeito a mais ninguém. “Fui para Uberlândia com a pretensão de viver” (p.266), disse Pedro. Em outras palavras, a coação contra qualquer modelo destoante do padrão mata, aos poucos ou efetivamente. Pedro mostra que uma sociedade heteronormativa ensina a exilar: “era como se eu tivesse que manter distância. [...] era isso que a vida tinha me ensinado.” (p.267); prega uma felicidade padrão e ensina que viver fora disso é incabível: “Não

conseguia disfarçar minha surpresa ao ver todas aquelas pessoas descoladas e felizes, de mãos dadas.” (p.267). E conseguir escapar dessas amarras é conquistar sua “Lei Áurea” (267).

Essa aceitação, porém, não aconteceu sem dificuldade. Pedro tinha “sensações antagônicas”, um misto entre o seu desejo “e o que a sociedade [...] imprimiu.” (p.268). No início dessa nova fase, após ter ele assume ter abusado “ao extremo da cocaína, associada ao uso de ansiolítico” (p.268), uma vez que se considerava uma “aberração” em relação ao contexto no qual foi criado. Essas informações evidenciam uma hipocrisia externalizada por Pedro, mas compartilhada por grande parte da sociedade brasileira: usar drogas ilícitas parece ser mais aceitável do que a homossexualidade. Comumente, são vistas como atitudes escapistas de jovens um pouco mais ousados ou, no máximo, inconsequentes. Não são motivos, entretanto, para vergonha ou estranhamento como é encarada a homossexualidade. Os princípios sociais tradicionais, portanto, é o que impera nas regras ditadas e acatadas pelos grupos, não a lei jurídica. Outra fala de Pedro denuncia essa questão:

Mesmo trabalhando para um órgão que, a princípio, deveria privar pelo cumprimento das leis, eu sofri homofobia. Sinto um certo afastamento por parte de algumas pessoas simplesmente pelo fato de eu não querer me esconder mais. Minhas opiniões e minha qualidade técnica são diminuídas por causa da minha orientação sexual. Por quê? Ser gay me tornou menos competente? (p.269)

As leis existem para regular uma sociedade e, assim, proporcionar segurança, ao menos, jurídica. A Constituição Federal assegura já em seu preâmbulo o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores fundamentais e supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. De acordo com o art. 3º, inc. IV, da mesma Constituição, é dever “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”. No entanto, ainda não existe lei que tipifique a homofobia, o que torna mais difícil criminalizar atitudes como essa. Claudine Haroche, em “Antropologias da virilidade: o medo da impotência”, discute a dominação masculina pelo viés de uma dominação insidiosa, ou seja, dissimulada. Para a socióloga francesa,

Se a lei, nas sociedades democráticas ocidentais, chegou a contestar a visibilidade da dominação, a colocar em questão o seu caráter “natural”, a limitar a sua intensidade, a distanciá-la de alguns excessos, ela, entretanto, foi incapaz de suprimi-la completamente. De onde vem, então, a permanência da desigualdade entre homens e mulheres, presente inclusive nas sociedades que reconhecem a igualdade como um valor, como um ideal, mais ainda, como um direito? Pois esta dominação aí se conserva sob formas muitas vezes insidiosas, difíceis de combater [...]. (p.16)

Ter “opiniões e qualidade técnica diminuídas” pode parecer uma situação suscetível a qualquer profissional. De fato, é. Porém, a mudança na forma como Pedro passou a ser tratado pelos colegas de trabalho ocorreu após a sua aceitação enquanto gay, quando já não se escondia mais. E mesmo que ele saiba disso, dificilmente conseguiria provar que realmente não é por competência ou qualquer outro motivo alegável, o qual mascararia a dominação dissimulada presente nessas relações. A despeito disso, Sigmund Freud, em *O mal-estar na civilização*, publicado em 1930, diz:

Espera-se impedir os excessos mais grosseiros da violência brutal por si mesma, supondo-se o direito de usar a violência contra os criminosos; no entanto, a lei não é capaz de deitar a mão sobre as manifestações mais cautelosas e refinadas da agressividade humana. (p.29)

Essas “manifestações mais cautelosas e refinadas da agressividade humana” vão totalmente ao encontro do que Haroche chama de dominação insidiosa. Quer dizer que, se a lei não é capaz de punir esse tipo de violência, uma tentativa de solução é buscar as origens dessa dominação, de acordo Haroche, “nos modos de vida esquecidos, nos estados mentais desaparecidos, nas representações arcaicas, mas persistentes” (p.16). Por isso é tão importante identificar e esclarecer discursos ou representações de violência, a partir de estudos, pesquisas, análises, como pretende esta análise. A história de Pedro e João poderia ser lida como mais um caso de descoberta da homossexualidade e as consequências disso da juventude à vida adulta, o que inclui casos de não aceitação e homofobia. O que está em jogo, porém, é mais que isso. Trata-se de uma concepção equivocada de gênero; mais especificamente, sobre o que é ser homem. Ainda segundo Haroche,

Os homens devem ser fortes, mais ainda, devem mostrar-se fortes. Porém, considerados, ou se considerando como “naturalmente” viris, os homens temem acima de tudo serem descobertos na sua vulnerabilidade, serem reconhecidos em sua impotência. De maneira que a dominação masculina poderia também ser explicada como uma tentativa de dominação da impotência masculina. (p.29)

Pedro expõe os dois lados da moeda: em um primeiro momento, levado exatamente pelo medo de ser descoberto em sua impotência devido à homossexualidade, age como dominante em relação a João; em um segundo momento, assumida sua orientação sexual, é ele quem percebe a condição de impotência a que é subjugado:

Há pouco perdi um de meus melhores amigos e seu que seu assassinato ficará impune. Estamos no Brasil e não vai ser a primeira vez que um crime ficará impune. Pior ainda se são crimes de homofobia ou crimes que a nossa homofobia internalizada não permite que sejam investigados. Uma vez fui vítima de um golpe conhecido como 'Boa Noite Cinderela'. Apesar de todos os protestos de que não deveria fazer um B.O. (boletim de ocorrência), fui até uma delegacia. E lá desisti de fazer o B.O., porque nunca tinha sido tão humilhado. O policial que me atendeu teve uma crise de riso enquanto eu relatava o caso. Aposto que não seria essa a reação caso o evento tivesse ocorrido com um macho alfa. [...] me senti a pessoa mais impotente do mundo. (p.269)

Pela fala de Pedro, percebe-se que ele não se dá conta de que, tendo “traído o grupo”, sua palavra não teria mais o mesmo peso. Que sequer teria algum peso. Ele começa a sentir na pele os efeitos de uma dominação talvez inconsciente, ou internalizada, para usar o termo dele. O exílio de Pedro continua, mas agora do outro lado: “Vivemos no nosso mundinho, disfarçados. Vivemos num ‘gayto’.” (p.270). Resta a Pedro, portanto, o poder da narrativa – uma vez que outro já não lhe é concedido socialmente – para tentar inverter o curso de uma consciência de dominação enraizada no pensamento coletivo e reproduzida não só por heterossexuais, mas por homossexuais.

A maior aproximação entre Pedro e seus pais ocorreu a partir de uma carta, deixada por sua mãe, após a visita do Natal. Ele, porém, não consegue escrever nada que julgue apropriado para contar sobre sua homossexualidade. Nesse momento, é possível entender o texto de Pedro como uma metanarrativa, isto é, um relato que fala da dificuldade de tornar clara, em texto escrito, a própria vivência – ainda que o texto não tenha sido endereçado a seus pais, mas à Eliane Brum. Pedro finaliza seu relato falando sobre a dificuldade que teve em pedir desculpas a João no reencontro que tiveram, sobre como sente vergonha e remorso do que fez e declara ter consciência de que é covardia. Esse trecho de sua história é nomeada por Brum da seguinte forma: “O meio: ou como Pedro reencontra João no gesto possível”. Além da nítida relação com o fato de que a história não termina ali, esse subtítulo pode sugerir um reencontro de Pedro consigo

mesmo, com seu passado – que, claro, envolve João –, ainda que sutilmente. A partir de então, sendo apenas o meio da história, é possível tomar alguma atitude para mudar o curso da história, a história de meninos gays e vidas devastadas.

### 3.4 “ENFIM, A EMANCIPAÇÃO MASCULINA”

“Enfim, a emancipação masculina” é um texto cheio de provocações, a começar pelo título. Eliane inicia contando sobre a ida de um engenheiro a um evento psicanalítico, em Porto Alegre, a respeito de “Masculinidade”. Segundo ela, ele estava em busca de compreender sua falta de lugar no mundo enquanto homem. Se conseguiu ou não, ela não sabe, mas acredita ter sido um passo importante e afirma que a confusão sobre o lugar do homem é a melhor notícia que podemos ter. Para adentrar nessa temática, Eliane traz algumas falas de Laerte Coutinho, célebre cartunista brasileira, em entrevista concedida ao programa *Roda Viva* (TV Cultura). A cronista apresenta Laerte, fala sobre seu trabalho e explica que, a partir de 2010, a cartunista passou a se expor publicamente vestida de mulher. Exposto esse aspecto, Eliane passa a comentar a relação de Laerte com o que se coloca como feminino e/ou masculino, em uma interessante reflexão sobre gênero. Ela observa que o homem já não sabe bem o que é ser homem e mostra que os supostos privilégios masculinos, na verdade, são prisões, assim como o estereótipo com o qual precisam lidar. Eliane diz que nenhum dos estereótipos define o gênero, assim como a anatomia já não nos delimita, concepção que vai ao encontro das reflexões propostas por Judith Butler em *Problemas de gênero* (2015). A cronista conclui sua reflexão de forma otimista, mostrando que todos os questionamentos são positivos, na medida em que proporcionam a consciência de que não devemos nos limitar, e sim nos alargar em possibilidades.

A forma como Eliane trata as questões de gênero, em especial as masculinidades, na crônica, é bastante significativa. Em um primeiro momento, ela chama a ida do engenheiro ao evento psicanalítico de “belo movimento para fora do território conhecido, onde as contas já não fechavam, rumo ao insondável”. O adjetivo “belo” mostra o reconhecimento, por parte da autora, de que sair da zona de conforto (território conhecido) em busca de novos entendimentos é uma atitude digna de admiração. Ou, analisando a expressão “um belo movimento”, é possível entender essa atitude não só como admirável, mas também como grande, que demanda um esforço diferenciado e que

realmente sai do comodismo. Além disso, de acordo com o dicionário de língua portuguesa Soares Amora (2008), o termo insondável diz respeito a: 1. Que não pode sondar; 2. Misterioso, inexplicável. Isso quer dizer que, de um território já não tão seguro, o engenheiro seguia para o mistério, para aquilo que não se explica. Ora, se o engenheiro buscava compreender seu lugar, se ele “queria entender” esse espaço, segundo Eliane, como conseguiria, se no mistério não há respostas? Essa problemática se relaciona muito bem com o que ela (des)construirá ao longo da crônica.

A partir disso, a cronista defende que “a melhor notícia para todos nós é a confusão sobre o lugar do homem” (p. 285). Essa constatação faz lembrar Kobena Mercer (1990), ao elucidar que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (apud HALL, 2006, p.1). Partindo do mesmo ponto de vista, Kimmel (1998) declara que “[é] um luxo que somente pessoas brancas em nossa sociedade não pensem sobre raça a cada minuto de suas vidas. É um luxo que somente homens em nossa sociedade façam de conta que o gênero não importa” (p. 106). Assim, a motivação do otimismo de Brum se torna mais clara.

A fim de provocar o leitor a também sair da zona de conforto, Eliane volta-se à figura de Laerte, a qual, segundo ela, é “uma revolução encarnada numa pessoa” (p.285). É justamente por isso que ela é trazida para o texto. A “emancipação masculina” de que fala a autora está relacionada com a libertação de moldes culturais unificados, estáveis, os quais são esclarecidos por ela como uma prisão disfarçada de vantagem. Laerte representa essa emancipação, uma vez que:

[...] se coloca para além das definições. Nem acho que *cross-dresser* [...] serve para enquadrá-lo. Acho que tonos nós ganharíamos – ‘héteros, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais, assexuais etc etc’ – se abolíssemos a necessidade de caber em algum verbete. [...] A única definição que vale a pena é justamente a indefinição. Sou aquele/a que é sem se dizer. Ou sou aquele/a que é sem precisar dizer o que é. (p. 286)

A “necessidade de caber em um verbete” é posta, por Brum, como a razão daquilo que nos limita. Ademais, quando ela lista várias categorias de gênero e diz que seria melhor se abolíssemos a necessidade de definições, pois “a única definição que vale é justamente a indefinição”, não há como não se lembrar, novamente, de Judith Butler (2015), a qual questiona a ordem compulsória de sexo, gênero e desejo:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula. [...] Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo” (p. 27).

De forma bastante perspicaz, Butler coloca em xeque uma ideia, até então, consensual entre os estudos feministas: o gênero apenas como construção cultural e contrário a sexo, uma vez que este seria fixo. Sem adentrar nas discussões sobre sexo e focando especificamente nas questões de gênero, tem-se que, para Butler, são os limites da análise discursiva, estabelecida e baseada em estruturas binárias, que constituem o domínio imaginável do gênero. A fim de melhor esclarecer, Butler caracteriza gênero como “performativo”, ou seja, “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero”, pois ela “é *performativamente* construída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados” (p.56). Dessa forma, é possível perceber que a atitude de Laerte em relação à sua identidade está muito mais relacionada à ideia de gênero enquanto “performativa”, uma vez que nada existe antes da ação e, portanto, de acordo com esse conceito, ele pode ser o que quiser. Para esclarecer um pouco mais sobre o artista e sua dinâmica, Brum observa que:

[e]ssa é a novidade de Laerte, que é homem, é mulher, é masculino, é feminino e é também alguma coisa além ou aquém disso. Que se veste de mulher, mas fala e caminha como um homem. Que na infância gostava de costura e futebol. Que vai jantar de saia e unhas vermelhas com uma namorada, mas pode também ter um namorado. [...] Laerte é novo/a porque nos escapa. É um homem novo, mas também pode ser uma mulher nova (p. 286).

A afirmação de que Laerte é “novo/a porque nos escapa” tem clara ligação com o “rumo insondável” citado no início da crônica. O mistério nos escapa porque não tem explicação lógica; a configuração de Laerte nos escapa pelo mesmo motivo. A forma como Eliane se refere à atitude da cartunista sugere que é essa a percepção que o engenheiro – personagem que representaria os homens em crise – deveria alcançar: não há respostas, não há lógica, não há rumo certo; o que há são seres humanos e muitas possibilidades, e todas elas podem ser legítimas. Ora, as nuances do comportamento de Laerte, uma vez que são entendidas como não convencionais, denunciam a força dos estereótipos na vida social. O que é vestir-se de mulher? O que é



caminhar como homem? Por que costurar e jogar futebol são atitudes pertencentes a universos opostos? Até que ponto usar saias e pintar as unhas define sua orientação sexual?

Em seguida, Eliane investe ainda mais na desconstrução dos estereótipos. Para tanto, revela uma percepção sagaz de Laerte a respeito da condição do homem<sup>2</sup>. A cartunista comenta que já existiu uma revolução feminina, porém, ainda não aconteceu uma revolução masculina. A cronista, então, endossa a afirmação de Laerte ao lembrar que “Marlene Dietrich, por exemplo, causou comoção por usar calças, mas isso em 1920!” (p.287), e continua: “Quase um século depois, Laerte nos empapa de assombro por ir ao supermercado de saia. Isso diz alguma coisa, não?” (p.287). Essas observações, porém, não se encerram em problematizar o vestuário que compete ou não aos homens. Esse é o mote da autora para entrar no que realmente interessa: o novo processo de identificação social.

Como foi possível notar, a crônica desenvolve todo um raciocínio a respeito da “crise do masculino”, sem necessariamente usar a expressão. A autora comenta que não deve ser fácil ser homem, nos dias de hoje, uma vez que não se sabe mais o que seja isso. Observa que, a princípio, nunca foi preciso uma revolução masculina, pois os homens já tinham, supostamente, seus direitos garantidos. Essa situação é vista por ela como aparentemente cômoda, afinal: “[p]odiam fazer o que bem entendiam. Desde que fossem ‘homens’. E aí é que morava – e ainda mora, em muitos casos – a armadilha. Podiam tudo, desde que fossem uma coisa só” (p. 287). Ser “homem de verdade”, ou seja, viril, era – e ainda é, de certa forma – a regra do jogo. A conjunção condicional, usada duas vezes, deixa claro que ser homem, para a autora, não é ser livre, é ser o que quiser dentro das possibilidades previstas, e isso inclui não questioná-las. Esse comportamento deveria se basear em um ideal de força física, firmeza moral e potência sexual, encarado, não só pela autora, como um “peso incomensurável”. Mais uma vez, é preciso recorrer a Bourdieu (1998), o qual alerta que “A *virilidade*, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma *carga*.” (p.32). Esse peso, porém, é discutido por Eliane como um fato que não deve ser encarado de forma a vitimizar-se ou vitimizar o outro; mas, sim, de modo a agir criticamente, a fim

---

<sup>2</sup> Aqui, e em outras partes do texto, ao utilizar o termo “homem”, refiro-me ao “sexo masculino”, apenas para facilitar a fluidez da análise, embora tenha consciência de que tanto “homem” quanto “sexo masculino” sejam problemáticos, assim como “mulher” e “sexo feminino”.

de compreender que um modelo dominante e imperativo é ilusoriamente benéfico, independentemente de que maneira se esteja submetido a ele.

Tendo em vista que as definições acerca do que é ser homem – e, igualmente, do que é ser mulher – estão sendo questionadas, o modelo masculino dominante, perpetuado durante séculos, está em crise. Essa crise nada mais é do que consequência da “crise de identidade” discutida por Hall (2006), o qual explica que: “[o] sujeito, previamente visto como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (p. 2). A cronista, como se esclarecesse teoricamente o fato, comenta que essas definições são impossíveis, “[d]o mesmo modo que a anatomia também não é mais capaz de definir o que é ser um homem e o que é ser uma mulher. [...] Se há algo que define [...], este algo está fora das palavras” (p. 288). É nítida a relação desse pensamento com as críticas de Butler e Derrida. Butler questiona, como já visto, o caráter imutável do sexo e problematiza, influenciada por Derrida, a noção de linguagem, aquela que costuma repousar em uma significação unívoca, que é falocêntrica e que se apresenta como a racionalidade universal. Para Derrida (1973) este é o grande problema da linguagem, e do conceito ocidental de linguagem: a metafísica que tenta determinar sua infinitude, limitar seu campo de atuação. Além disso, se a linguagem é um fato social, e não uma condição independente, é possível inferir que, se o que define está fora das palavras, significa que somos nós, agentes da linguagem, quem delimita o possível. Da mesma forma, então, somos igualmente nós quem pode mudar essa concepção.

Dessa forma, a figura de Laerte, na crônica, é mais que um simples exemplo de sujeito bem resolvido, ela representa a própria desconstrução do modelo dicotômico. Além disso, ao dizer que “Graças às mulheres, e também aos homens que ousaram sair do armário (e aqui não me refiro somente à orientação sexual)”, Eliane ressignifica uma acepção já metafórica da expressão “sair do armário”. O armário pode ser entendido como aquilo que oferece opções: calçados, acessórios, roupas, bolsas, etc. Trata-se daquilo que nos oferece uma ideia pronta, compreendida como possível. Nossos limites só se expandirão quando entendermos que não há uma “vestimenta adequada” pré-existente, somente arranjos feitos por nós mesmos em determinado contexto.

Como consequência dessas novas configurações, Eliane diz que os homens lamentam sua perda de lugar, o seu deslocamento. Ela acredita que “Perder o lugar e confundir-se não é fácil, não é mesmo. Mas é um espaço inédito de liberdade. É

possível arrancar o terno de chumbo e descobrir que pele existe embaixo dele. E faz parte ainda estar em carne viva.” (p.288). Talvez não fosse necessário explicar a metáfora, tão clara; ainda assim, é relevante destacar a crítica de modo geral. O que a cronista mostra é que, vivendo há tantos anos sob a “égide” de um modelo que poderia proporcionar *status*, respeito, inviolabilidade, como um terno de chumbo, uma armadura, é natural que o sujeito confunda essas características como inerentes a ele e as incorpore. A tentativa de desvencilhar-se desse terno, ou seja, dessa armadura, não pode ocorrer se não em meio à dor. E, se incorporada, estar em carne viva é a única forma possível de se libertar.

Em consonância à ideia de armadura, exposta por Brum, ao trabalhar o conceito de virilidade fascista, Haroche (2012) cita Theweleit (2007) para argumentar sobre o aprendizado da “potência viril”:

[A] carapaça do corpo [...] se ergue não somente contra uma exterioridade ameaçadora, contra as representações dominadas pelo ‘movimento’ da realidade, a feminilidade voraz [...], mas também contra a própria interioridade corporal do soldado macho, ameaçado pela fragmentação. (p. 27)

A busca contemporânea por esse ideal de virilidade impossível gera angústia. Agora que a face vulnerável do masculino não pode mais ser ocultada e as mudanças no processo de identificação estão escancaradas, só restam duas opções: ou a crise, ou a emancipação. Aqueles que, em crise, optam pela negação e prezam pelo modelo arcaico dominante, muitas vezes escolhem a violência como forma de conter as masculinidades que destoam desse modelo: “Sem saber o que fazer da existência nem de si, alguns arrotam alto ou espancam gays na tentativa pífia de mostrar que ainda sabem o que são” (BRUM, 2013, p. 288). Ao fazer essa afirmação, Brum identifica o arrote alto e o espancamento de gays como características de uma masculinidade considerava viril e, portanto, parte de um modelo hegemônico ainda reproduzido e que busca se impor, atitude, no entanto, desclassificada pela autora ao considerá-la desprezível (“pífia”).

Além dessas reflexões, Brum chama a responsabilidade sobre essa nova consciência também para as mulheres, instigando-as a uma melhor aceitação no modo de encarar esses “novos” homens, já que a regra do modelo dominante afeta ambos:

E espero que as mulheres tenham a grandeza de estar à altura desses novos homens que começam a surgir. E enfim a saudade do macho provedor na lata de material reciclável. Porque há muitas mulheres que ainda suspiram de nostalgia do macho provedor, mesmo se achando modernas e liberadas. Pode até ser que seja um bom arranjo para alguém, mas já não há garantias (BRUM, 2013, p. 288).

Provocativa, Eliane Brum quebra com uma prática bastante recorrente: a vitimização, apenas, do grupo que está em suposta desvantagem, ao invés da problematização, como tentativa de revide: “espero que as mulheres tenham a grandeza de estar à altura desses novos homens que começam a surgir”. O que ela mostra é que ainda existem mulheres as quais, ainda que lutem por seus espaços e se tornem “modernas e liberadas”, não compreendem que a libertação de um molde preestabelecido deve ser direito de todos. E quando pede para enfiarem “a saudade do macho provedor na lata de material reciclável”, fica claro que o que Eliane aprova, nesse cenário de transformação e crise, é uma atualização, uma recriação do que se espera dos modelos sociais. Não se trata de abolir instantaneamente uma consciência equivocada sobre gênero, pois isso seria impossível; trata-se de reciclá-la, e toda reciclagem demanda trabalho, tempo, espera e, acima de tudo, uma abertura do “mercado” para esse novo reinventado.

Desse modo, nota-se que a cronista problematiza tanto as concepções de gênero e sexo quanto a atitude de homens e mulheres diante dessas novas configurações. Não há, no texto, uma sobreposição de identidades ou identificações, uma vez que essa prática contrariaria o que a autora procurou (des)construir ao longo de seu texto. A crônica de Eliane mostra-se bastante relevante para o que se quer nos estudos de gênero: transformação de consciência e atitude em relação às diferenças – no caso do texto em questão, especificamente as de gênero. A autora provoca o leitor a repensar sua condição enquanto homem e mulher. Enquanto, muitas vezes, debates profundos sobre as questões permanecem no meio acadêmico, a crônica percorre teorias e críticas, ainda que sem esse propósito, mantendo a leveza característica do gênero textual. “Enfim, a emancipação masculina” explora um percurso de (des)identidades na modernidade tardia, suas consequências, e aponta para novos caminhos. Para uma real emancipação, a autora aconselha: “Na vida, não limite-se. Laerte-se!” (p. 289).

### 3.5 ELAS NÃO SÃO GAYS

Defender a fluidez de gênero e não considerar que a masculinidade também pode configurar a identificação de mulheres seria o mesmo que contradizer ou negar o conceito plural de masculinidades. A história de Michele Kamers e Carla Cumiotto, apresentada por Eliane Brum, provoca reflexões ainda mais desafiadoras, creio eu, do que as voltadas para perfis do sexo masculino. Isso porque a situação evidenciada é: duas mulheres casadas, mães de dois filhos (frutos de uma inseminação artificial que fizeram) e que não se consideram homossexuais. O casal conseguiu que a Justiça brasileira, pela primeira vez, reconhecesse como parental um vínculo afetivo. Por isso, os filhos de Carla e Michele têm, em suas certidões, o nome de ambas como mães biológicas. Trata-se de uma grande vitória para os direitos LGBTTTTS. E a curiosidade está justamente no fato de o casal não se considerar parte desse grupo.

Essa questão, que parece ser o foco da crônica, será analisada não com o intuito de corroborar ou questionar a identificação das duas mulheres, mas tendo em vista a representação de uma masculinidade que deve ser explorada a fim de também conceder a ela um entendimento possível.

Eliane Brum procura mostrar que a família constituída pelo casal e os dois filhos é séria, reconhecida judicialmente e, talvez o mais difícil, socialmente: “ninguém que conhece a família, assim como o juiz Cairo Roberto Rodrigues Madruga, da 8ª Vara de Família de Porto Alegre, tem qualquer dúvida sobre o fato de eles serem tão filhos de Michele quanto são de Carla.” (p.26). Trata-se de uma família tradicional, reconhecida dessa forma, ainda que fora do padrão convencional.

Escolher compartilhar essa história, especificamente, não acontece por acaso. É recorrente, nos textos de Brum, a exposição de determinados contextos a fim de questioná-los. Em “Eike Batista, um superpai?”, Eike e Thor são descritos a partir de características que poderiam ser entendidas como típicas de “heróis”; no entanto, são colocados dessa forma para que, em seguida, Brum pudesse desconstruir essas imagens. Em “Pedro e João: a história de dois meninos gays e uma infância devastada”, a figura de Pedro representa os conflitos enfrentados por um menino homossexual em contextos heteronormativos. Os relatos de violência sofrida por ambos os meninos são colocados de modo a chamar a atenção do leitor para uma situação muitas vezes banalizada ou não compreendida, a fim de provocar uma íntima reflexão a respeito de

quem somos nós nessa história e qual atitude temos em relação a isso. Em “Enfim, a emancipação masculina”, Eliane Brum explora a figura de Laerte para debater a chamada crise da masculinidade, no intuito de problematizar o que é masculino e feminino e defender a fluidez de gênero. No caso da crônica em questão, o objetivo parece ser colocar em xeque a concepção de família tradicional, ou apenas de família, enraizada em nossa sociedade, justamente a partir de uma família não padrão que se assume como tradicional. A ironia dá o tom enriquecedor da crônica.

Para tal, a autora esclarece, gradativamente, as razões pela qual Michele e Carla não se enxergam como homossexuais. Antes disso, consciente do terreno delicado que estava expondo e explorando, Brum prevê a reação do leitor e se antecipa, esclarecendo seu pensamento inicial:

Quando Carla e Michele disseram-me que não se identificavam como homossexuais, meu primeiro sentimento foi de estranhamento. Até então eu me considerava heterossexual – uma definição que identifica pessoas que costumam viver suas histórias de amor com o sexo oposto, mas que raramente é usada porque ninguém precisa ficar afirmando algo que é considerado convencional – e, principalmente, que é aceito. E homossexual era todo aquele que vivia relações afetivas e sexuais com o mesmo sexo. Simples assim. (p.26)

Tanto ato de explicar o que é a heterossexualidade quanto o conceito trazido denunciam uma tentativa de mostrar ao leitor que sexualidade vai além de desejo, diz respeito a histórias de amor. Analogamente, isso não seria diferente para os homossexuais. Identifico essa fala como a primeira tentativa de quebra do estereótipo *gay*. Além disso, quando completa dizendo que o termo heterossexual “raramente é usado porque ninguém precisa ficar afirmando algo que é considerado convencional”, Brum lembra o leitor de um fato extremamente significativo, mas esquecido por aqueles privilegiados socialmente. Por exemplo, a preocupação do casal em sempre deixar claro que são casadas, fizeram inseminação artificial e tem dois filhos não é recorrente entre aqueles que não precisam dizer quem são para serem reconhecidos como tais. A conclusão “Simples assim”, exposta logo após o contraponto com a definição de homossexual, supõe uma crítica à visão simplista que a maioria tem, inclusive manifestada pela própria autora, a respeito da orientação sexual que difere do convencional. Não se trata de preconceito, necessariamente, mas de ignorância.

Michele e Carla são apresentadas por Brum, não à toa, como “psicanalistas, professoras universitárias, que pensam bem e têm ótimo senso de humor” (p.26). Quer dizer que elas sabem do que estão falando, não se trata de uma problematização rasa, exibicionista ou infundada. Também não se trata de concordar ou discordar, mas de considerar a reflexão proposta. Ademais, a característica do bom humor sinaliza para uma discussão que se fará de forma leve, longe do radicalismo presente em tantos debates de gênero.

Em seguida, a autora esclarece a relação entre o casal:

Formam um casal mais tradicional do que a maioria dos casais heterossexuais que eu conheço. Cada uma delas tem um papel bem definido na relação: Michele ocupa a posição masculina e Carla a feminina – entendendo tanto o feminino quanto o masculino nas definições tradicionais inscritas na cultura. Carla sempre namorou homens – masculinos – e Michele é a primeira mulher de sua vida. “Não posso me identificar como homossexual porque sou atraída pela posição oposta”, diz Carla. “Gosto de homens e mulheres masculinos. Jamais beijaria uma mulher ou homem feminino.” [...] Michele namorou gente de ambos os sexos durante a adolescência, mas acabou fixando-se em mulheres femininas na vida adulta. Quando viu Carla, sua professora no curso de Psicologia, encantou-se pelo vestido justo, de um ombro só, e pelas unhas vermelhas. (p. 27)

O fato de serem consideradas um casal muito tradicional está relacionado à divisão de papéis conforme definições culturais convencionais. Isso não impede, porém, que essa também seja uma forma de subversão. Para a pesquisadora francesa Florence Tamagne (2013), em “Mutações homossexuais”,

O casamento *gay* e a homoparentalidade [...] dividem os *gays* e as lésbicas, alguns vendo aí uma traição da dimensão transgressora da homossexualidade. Para outros, o casal homossexual, se ele marca uma forma de identificação com o modelo familiar que lhe fornece legitimidade, por outro lado, o subverte, colocando em questão os seus fundamentos heterossexistas. (p.446)

Ora, aqui nos deparamos com mais uma quebra de estereótipo. Isto é, o suposto tradicionalismo permite que o casal contrarie a concepção conservadora de que outros arranjos, que não a composição de um homem, uma mulher e seus filhos, consistem em uma ameaça à família tradicional ou mesmo à composição familiar, como se ela pudesse se extinguir a partir disso.

Ademais, quando se fala em feminino e masculino, é preciso voltar a um questionamento recorrente neste trabalho: o que é masculinidade? Segundo Connel & Messerschmidt, “[a] masculinidade é definida como uma configuração de práticas organizadas em relação à estrutura das relações de gênero. A prática social humana cria relações de gênero na história.” (2013, p.259). Tendo como base essa afirmação, é possível perceber que a identificação com o masculino não é restrita ao sexo masculino, da mesma forma que a identificação com o feminino não se restringe ao sexo feminino. Estudar as diversas manifestações de masculinidades, portanto, é também analisar essas configurações em mulheres, como é o caso de Carla e Michele. Ser uma mulher masculina, no entanto, não significa aproximar-se do modelo hegemônico de virilidade. Brum mostra que Michele, por exemplo, foge a esse estereótipo:

Michele é bonita, veste-se com estilo, inclusive usando vestidos justos nas festas, usa brincos, colares e maquiagem, tem luzes no cabelo pelos ombros. Mas, por um sentimento intangível, qualquer um que se aproxima dela sabe que ela é masculina, mas não no sentido de se parecer a um homem, mas masculina como só uma mulher pode ser. (p.27)

A descrição que a autora faz de Michele denuncia a visão estereotipada que se tem sobre mulheres masculinas, as quais seriam feias, sem estilo e que não gostam nem de acessórios considerados femininos nem de cuidarem da própria aparência. Como todo clichê, essa visão incorre no mesmo equívoco do ideal de masculinidade viril. Da mesma forma que os estudos sobre masculinidades permitem entender que há diversas formas de ser homem, Michele defende que: “existem diversos modos de ser mulher, inclusive de ser mulher e ter uma posição masculina. Do mesmo modo que é possível ser homem e ter uma posição feminina. [...] Me vejo como uma mulher masculina que gosta de mulheres femininas.” (p.27). O pensamento de Michele vai ao encontro do que acreditam Connel & Messerschmidt, os quais consideram que “as pesquisas sobre masculinidade hegemônica agora precisam estar mais atentas às práticas das mulheres e à ação histórica recíproca entre feminilidades e masculinidades.” (2013, p.266). No que diz respeito à homossexualidade do sexo masculino, Florence Tamagne (2013) explica que:

se, para um homem, amar, deseja e/ou ter relações sexuais com homens constituem um desafio colocado àquele que R. W. Connell chama de “masculinidade hegemônica”, isto não significa que todos os *gays* se inscrevam em ruptura com esta, nem que eles concordem



com uma mesma definição das relações de gênero. Nessas condições, as próprias noções de virilidade (que, numa perspectiva essencialista, designaria uma suposta qualidade própria do sexo masculino) ou de masculinidade (que remete às diferentes construções do gênero masculino) se prestam à ambiguidade. Como sublinha Judith Butler, “se o gênero é algo que se torna isso – mas uma coisa que não pode jamais ser –, então, o gênero é ele próprio uma espécie de devir ou de atividade”. (p.426)

Nesse mesmo sentido, se, para Michele e Carla, a relação de ambas não constitui homossexualidade, uma vez que entendem que são atraídas pelo oposto, é preciso considerar essa identificação tão legítima quanto outras. Se a declaração das duas mulheres causa estranhamento ou, até, indignação em estudiosos que se dedicam a essas temáticas, dos quais se espera maior abertura a diferentes identificações, assim como causou a mim, esse é um sinal de que é preciso continuar debatendo gênero, a fim de não incorreremos no mesmo erro dos que procuram eliminar as diferenças e, assim, contradizer aquilo que dizemos reiteradamente defender: o respeito à diversidade e às identificações de gênero.

Essa não é uma questão simples. Eliane Brum, inclusive, conta que as cinco horas de entrevista foram pautadas nesse assunto; e, ainda não satisfeitas, Carla e Michele enviaram um e-mail, após a conversa, no intuito de clarear mais suas posições. Transcrevo, aqui, suas explicações:

“Não nos reconhecemos como homossexual justamente por que, ao se apresentar como ‘homossexual’, nos parece que o sujeito reduz e condensa o conjunto de traços identificatórios que o define a apenas um: ‘o homossexual’. [...] Somos mulheres e entendemos que, na vida, se é homem ou mulher. Para depois, a partir das determinações discursivas da época em que se vive, das marcas infantis e dos ‘bons encontros’ na vida, cada um vai se referenciando a partir do masculino ou do feminino, enquanto posição psíquica. E isso vai determinar o jeito de amar, de namorar, de fazer laço etc. [...] existem mil e um ordenadores e arranjos possíveis no campo da sexualidade e, principalmente, uma infinidade de arranjos possíveis para um casal. [...] Gostaríamos de deixar uma interrogação: o que é apresentar alguém como homossexual, na medida em que nunca vimos alguém se apresentar como heterossexual? Ou ainda, como poderíamos aceitar essa representação se a ideia do homossexual faz alusão à atração pelo mesmo sexo, se o encontro entre mim e Carla diz justamente da atração pela diferença de posição? Ou seria o estereótipo ‘homossexual’ uma forma de anular a reflexão e de manter a ilusão de que não temos ‘nada’ comum para fazer laço?” (p.28)

Se apenas a entrevista tivesse sido suficiente para a cronista, esses questionamentos, muito provavelmente, não teriam ganhado o espaço que ganharam na crônica. Consciente da problemática suscitada por essas reflexões, a autora salienta que “Concordar ou discordar não é o mais importante. [...] Provoações intelectuais valem a pena porque nos fazem refletir para além do que pensávamos antes. [...] Valem a pena porque nos fazem duvidar de nossas certezas.” (p.29). E aconselha: “Se o método servir para alguém, sempre que algo me parece muito novo ou mesmo absurdo, eu faço o exercício que começa por um silencioso, mas nem por isso menos sonoro: ‘Será?’”. (p.29). O exercício soa quase como um convite aos seus leitores, depois de provocá-los com as indagações expostas.

Em seguida, Eliane Brum reserva algumas palavras em consideração ao movimento *gay* e à homossexualidade, reconhecendo o valor de ambos – movimento e definição – para que Michele e Carla pudessem, hoje, se abster de uma definição e conseguissem circular por diversos meios, de maioria heterossexual, em uma cidade conservadora e de porte médio como Blumenau (SC), e, acima de tudo, conquistassem o direito de se casarem e registrarem os filhos no nome das duas, inclusive com reconhecimento social da maternidade antes mesmo da vitória: “o movimento *gay* conseguiu transformar uma definição que era pejorativa em ação afirmativa, fundamental para a conquista de direitos. Foi preciso afirmar a diferença para conquistar o direito de existir.” (p.29). O apontamento de Brum, de certa forma, está relacionado ao que afirma Tamagne (2013), a qual defende que “a escolha em falar hoje de comunidade LGBT (lésbicas, *gays*, bi e trans) sublinha a vontade de reintegrar grupos durante muito tempo marginalizados no seio mesmo da comunidade *gay*, como os bissexuais e os transexuais.” (p.425). Limitar-se, porém, ao que permite ou sugere uma sigla não é a finalidade entendida pela cronista, considerando o viés apontado pelo casal:

Hoje, o próprio desdobramento da sigla LGBTTTTS, que não para de aumentar em função de novas definições, mostra um caminho de abertura. [...] E possivelmente teremos uma sociedade melhor quando as diferenças não precisarem mais ser explicitadas numa sigla. É por esse caminho que parecem ir Carla e Michele.” (p.29)

Ao percorrer todas essas questões, Eliane Brum mostra, mais uma vez, que prefere a indefinição viva e estimulante da complexidade de gênero a concepções limitadoras. Ao concluir que não é heterossexual, a cronista deixa ainda mais claro que o fato de Carla e Michele não se intitularem homossexuais vai além do arranjo

ou da orientação sexual que diz respeito a elas, mas está relacionado a identificações e escolhas. Brum diz:

Não sou heterossexual. Não porque pretenda começar a namorar mulheres, mas porque cheguei à conclusão de que essa definição diz muito pouco sobre a complexidade do que somos. Também não sou bissexual. Está na hora de criar nomes mais fluidos, acho eu. Se alguém me perguntar se sou homo ou hétero ou bi, vou dizer: “Sou uma mulher às vezes masculina, às vezes masculina, que gosta de homens às vezes femininos, às vezes masculinos, e que algumas vezes se sente atraída por mulheres às vezes femininas, às vezes masculinas”. É mais complicado, sem dúvida. Mas também é mais estimulante. (p.30).

A exposição da autora em relação às atrações que sente retorna a reflexão ao leitor, ainda que isso não seja feito de modo categórico, como se perguntasse: “E você, leitor, depois de tudo isso, no íntimo de seus desejos, ainda conseguiria se definir de maneira taxativa?”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações de masculinidades identificadas nas crônicas de Eliane Brum permitiram discutir as consequências da busca pela manutenção e aprendizagem de uma masculinidade hegemônica, a violência cometida contra homossexuais e a responsabilidade de cada um de nós diante disso, a crise da masculinidade em meio à pluralidade de identificações de gênero e a não identificação homossexual de um casal de mulheres – o que trouxe à tona debates acerca do que se considera masculino ou masculinidade.

Enxergar a temática de masculinidades em textos que não a trazem de forma tão óbvia – exceto por “Enfim, a emancipação masculina” – é um aspecto que considero bastante relevante nas crônicas selecionadas. Muitas vezes, devido à falta de familiaridade com esses estudos, ao se deparar com textos como os analisados aqui, principalmente “Eike Batista, um superpai?”, tende-se a negar que a problemática evidenciada esteja relacionada a uma percepção de gênero e a defender que se trata de questões mais amplas, como ética, poder, injustiça ou desigualdade social, ou seja, que envolvem tanto o masculino quanto o feminino. É claro que as crônicas poderiam ser analisadas por esse viés. Acredito, porém, que as relações de poder também envolvem questões de gênero e não se pode negar que, dentre as razões que motivam determinados comportamentos, está a concepção de masculinidade hegemônica.

Além disso, entender que debates como esses apenas se encaixariam enquanto discussões mais amplas, “universais”, revela uma concepção sexista, de certa forma. Conforme exposto no segundo capítulo, os homens não aparecem nas investigações de diferentes áreas a partir de suas especificidades de sexo e/ou gênero, mas como um ser universal. Já as mulheres têm tido sua identidade sexual e/ou de gênero colocadas acima de sua identidade como ser humano. Na história da arte, segundo Reyeros (1996 *apud* COSTA, 2002) as imagens femininas têm definido as mulheres salientando sua identidade sexual sobre sua identidade humana; já a identidade masculina tem-se mantido oculta, como se fosse um elemento óbvio que não necessitasse explicação alguma ou como se ser homem e ser pessoa fosse exatamente o mesmo.

O modo como Eliane Brum desenvolve seus textos contribuiu para que as análises fossem ao encontro da temática escolhida. Talvez pela profissão que leva enquanto jornalista, a construção de perfis é uma característica comum nas quatro

crônicas escolhidas, o que também permitiu um olhar mais investigativo às representações retratadas. De modo geral, a cronista segue em defesa do respeito às diferenças (sejam elas sociais, culturais ou de gênero). Em “Elas não são gays”, por exemplo, Brum não questiona o fato de elas não se considerarem gays e julga bastante interessante a visão do casal, mas não esquece de ressaltar a importância do movimento gay, das ações afirmativas advindas de suas lutas e da afirmação da diferença e dos guetos como necessários para a existência e o reconhecimento dos homossexuais. Em relação às análises como um todo, é preciso salientar que, embora tenham sido explicitados certos entendimentos, as possibilidades de investigação não se encerram por aí, afinal, de acordo com Connell e Messerschmidt (2013),

Relações de gênero são sempre arenas de tensão. Um dado padrão de masculinidade é hegemônico enquanto fornece uma solução a essas tensões, tendendo a estabilizar o poder patriarcal ou reconstituí-lo em novas condições. Um padrão de práticas (isto é, uma versão de masculinidade) que forneceu soluções em condições anteriores, mas não em novas situações, é aberto ao questionamento – ele, de fato, será contestado. [...] A contestação é real, e a teoria de gênero não prevê qual prevalecerá – o processo é historicamente aberto. (p.271)

Este trabalho, portanto, tem em vista as práticas vigentes dentro de um contexto específico, o brasileiro, e de acordo com as situações apresentadas. Como já dito, as possibilidades de análise não se encerram por aqui. As crônicas de Brum permitem diversos olhares, dos quais optei por um. Ressalto, também, a riqueza de se debater questões de gênero a partir de crônicas, um gênero que proporciona leveza a temáticas nem sempre simples de serem apresentadas. Os textos de Brum consistem em um percurso de (des)identidades instigante e provocador.

A partir, então, da quebra do silêncio milenar sobre o que envolve o mito da masculinidade, não há como voltar atrás. As cartas estão na mesa, é preciso dar a elas um rumo, e que seja o rumo da libertação; não só dos homens, mas de todos que sofrem negativa e indiretamente com a ideia de hegemonia masculina. Para Luiz Simon,

Avaliar questões como as experiências masculinas significa ingressar em território decididamente marcado por polêmicas, um espaço que tem sido ocupado em investidas ostensivas do poder público e de grupos religiosos. Além disso, os noticiários com frequência expõem atos de violência de gênero que não devem ser ignorados nem entendidos como manifestações eventuais. Nesse sentido, admitir o valor social destes estudos – que se tornam cada vez mais comuns em outras áreas do conhecimento – é passo que deve transpor qualquer reticência.” (SIMON, 2016, p.5)

A consciência sobre a importância desse assunto para a cultura ocidental contemporânea como um todo e, conseqüentemente, para cada indivíduo que se constitui social e psicologicamente, é o que fez deste trabalho uma tentativa de investigação sobre como esses aspectos são expostos em uma literatura tão híbrida como este momento histórico: as crônicas de Eliane Brum.

.

## REFERÊNCIAS

- ÂNGELO, Ivan. Sobre a crônica. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/sobre-cronica>>. Acesso em: 10 de nov. 2016.
- ARISTÓTELES. *Poética*: tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília : Ed. UNB, 1997.
- ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmentos sobre a crônica. *Boletim Bibliográfico*. Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo, v. 46, p. 43-53, jan.-dez. 1985.
- BARTHES, Roland. *Aula inaugural da cadeira de semiologia literária do colégio de França*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.
- BAUBERÓT, Arnaud. “Não se nasce viril, torna-se viril”. IN: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. v.3 de *História da virilidade*. COURTINE, Jean-Jacques (org.). Tradução Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRAGA, Rubem. *A borboleta amarela*. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- BRITO, José Domingos de. (Org.). *Literatura e jornalismo*. São Paulo: Novera, 2008.
- BRUM, Eliane. *A menina quebrada*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.
- \_\_\_\_\_. *A vida que ninguém vê*. São Paulo: Arquipélagos, 2006.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. [29 de outubro, 2013]. Belo Horizonte: *Sempre um papo*.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. [09 de novembro, 2012]. São Paulo: *TV PUC-SP*. Entrevista coletiva.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. [07 de fevereiro, 2012]. São Paulo: *Provocações*. Entrevista concedida a Antônio Abujamra.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. [03 de novembro, 2015]. São Paulo: *A Máquina*. Entrevista concedida a Fabrício Carpinejar.
- BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.
- BUTLER, Judith P. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CANDIDO, Antonio *et al.* *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- \_\_\_\_\_. A vida ao rés-do-chão. In: *Para gostar de ler: crônicas*. São Paulo, Ática, 1981-4.
- \_\_\_\_\_. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

CAPOTE, Truman. *A sangue frio: o relato fiel de um assassinato múltiplo e suas complicações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1965.

CASTRO, Gustavo de. & GALENO, Alex. (Orgs.). *Jornalismo e Literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002.

CEREJA, Giovana Chiquim. *Um espírito livre vagando pela redação: uma análise da crônica de Drummondiana sob a perspectiva de Nietzsche*. 2015. 228 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Programa de pós-graduação em Letras, Londrina, 2015.

CHIQUIM, Giovana. *Quando a notícia vira fato literário: as crônicas de Drummond inspiradas no jornalismo*. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Programa de pós-graduação em Letras, Londrina, 2010.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.

CONNELL, R. W. & MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 241-282, jan.- abr. 2013.

COSTA, Rosely G. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, H. B. D.; COSTA, R. G. ET AL. (Ed.) *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco, 2002.

COURTINE, Jean-Jacques. “Impossível Virilidade”. IN: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. v.3 de *História da virilidade*. COURTINE, Jean-Jacques (org.). Tradução Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. “Robustez na cultura, mito viril potência muscular”. IN: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. v.3 de *História da virilidade*. COURTINE, Jean-Jacques (org.). Tradução Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

COUTINHO, Afrânio (Dir.); COUTINHO, Eduardo (Co-dir.). *A literatura no Brasil*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói, Editora da UFF, 1986. v. 6.

CULLER, Jonathan. Literatura e Estudos Culturais. In: *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.

CUNHA, Euclides da. Canudos – Diário de uma expedição. *Estadão*, 1897. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,canudos-diario-de-uma-expedicao-euclides-da-cunha-1101897,11972,0.htm>>. Acesso em: 26 set. 2016.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1994.



FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Disponível em: <[https://cei1011.files.wordpress.com/2010/04/freud\\_o\\_mal\\_estar\\_na\\_civilizacao.pdf](https://cei1011.files.wordpress.com/2010/04/freud_o_mal_estar_na_civilizacao.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2016.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1993.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução Isidoro Blikstein e João Paulo Lemes. São Paulo: Cultrix, 1995.

JOHNSON, Christopher. *Derrida: a cena da escritura*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 4, n. 9, out. 1998.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. São Paulo: Unicamp, 1995.

LIMA, Mariana Araguaia de Castro Sá. Leão. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/biologia/leao.htm>> Acesso em: 18 nov. 2016.

MACHADO, Lia Z. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica R. (Org.) *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O folhetinista. (Série Aquarellas, publicada... no jornal *O espelho*). In: \_\_\_\_\_. *Chronicas - 1 volume (1859-1863)*. Rio de Janeiro: Jackson, 1944.

MARTINS, Lilian Juliana. *Aproximações entre jornalismo e literatura no debate sobre a crise do jornal: o caso de Eliane Brum*. 2010. 104 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista. Programa de pós-graduação em Comunicação, Bauru, 2010.

MEDEL, Manuel Ángel Vázquez. “Discurso literário e discurso jornalístico: convergências e divergências”. In: *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. CASTRO, Gustavo de. & GALENO, Alex. (orgs.). São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

MUNIZ, Thais. O que é uma coluna? Disponível em: <<http://www.racecomunicacao.com.br/blog/o-que-e-uma-coluna/>>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

NOLASCO, Sócrates. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NOLASCO, Sócrates. Um “homens de verdade”. In: CALDAS, Dario (org.). *Homens*. São Paulo: Editora SENAC, 1997.

PAULA, Laerte de. O falo e o desejo – A dialética fálica. 2011. Disponível em: <<https://laertedepaula.wordpress.com/tag/cultura-falocentrica/>>. Acesso em: 04 out. 2016.

ROSA, Waldemir. Observando uma Masculinidade Subalterna: homens negros em uma “democracia racial”. In: *Fazendo Gênero*. S.d. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/W/Waldemir\\_Rosa\\_18.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/W/Waldemir_Rosa_18.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <[https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2016.

SIMON, Luiz C. *Duas ou três páginas despretensiosas: A crônica, Rubem Braga e outros cronistas*. Londrina: EDUEL, 2011.

SIMON, Luiz C. Fundamentos para pesquisas sobre masculinidades e literatura no Brasil. *Estação Literária*. Londrina, V. 16, p. 8-28, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL16-Art1.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

TREVISAN, João S. O espetáculo do desejo - homossexualidade e crise do masculino CALDAS, Dário (Org.). *Homens: comportamento, sexualidade, mudança*. São Paulo: Senac, 1997.

VIEIRA, Antonio. *Sermão da Sexagésima*. Capela Real: 1965. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-antonio-sermao-sexagesima.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

WELZER-LANG, Daniel. Os Homens e o Masculino numa Perspectiva de relações Sociais de Sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisa (org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial, Edunisc, 2004. P. 107 – 128.

WOLFE, Tom. *Radical choque e o novo jornalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

**ANEXOS**

## ANEXO A

## Eike Batista, Um Superpai?

Na noite de sábado, 17/3, Thor Batista, 20 anos, atropelou Wanderson Pereira dos Santos, 30 anos, na rodovia Washington Luís, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Wanderson morreu na hora. De imediato, Eike Batista, o homem mais rico do Brasil, passou a defender o filho de todas as maneiras – e também no microblog twitter. Com tanta veemência que o humorista Tutty Vasques comentou em sua coluna no Estadão, de 21/3: “Não satisfeito com o lugar de destaque que ocupa na mídia como o homem mais rico do Brasil, o insaciável Eike Batista tem se esforçado um bocado para virar capa de revista como o Pai do Ano em 2012”. A observação é aguda, como costuma ser o humor de qualidade. E é algo que vale a pena pensar: ao defender o filho com os melhores advogados, com assessores de imprensa e com seu próprio discurso público, Eike Batista é mesmo um superpai? O que se espera hoje de um pai, afinal?

Ainda que a maioria tenha acompanhado o noticiário, é importante recordar os principais capítulos e seus protagonistas, antes de seguirmos adiante. Assim como é importante fazer algumas perguntas óbvias sobre a investigação.

Thor é o mais próximo de um príncipe herdeiro que o Brasil atual pode ter: filho do homem mais rico do Brasil e da eterna musa do Carnaval. Como disse Eike Batista (@eikebatista) no twitter: “A mídia e todos vão já já perceber que o Rio tem um Príncipe Harry! O Thor”. Wanderson era ajudante de caminhoneiro e filho de criação de Maria Vicentina Pereira. Thor foi batizado com o nome de um deus nórdico. Ninguém se preocupou em perguntar qual é a origem do nome de Wanderson na mitologia familiar, mas com certeza existe uma história, sempre existe. Thor dirigia um Mercedes SLR McLaren, o mesmo que costumava ser exibido como obra de arte na sala da mansão de sua família. Wanderson, uma bicicleta. Na BR-040, Thor e Wanderson encontraram-se não apenas como dois brasileiros, mas como dois Brasis que raramente se encontrariam de outro modo.

A vontade de condenar Thor, em um país tão desigual como o nosso, sempre pródigo em presentear os mais ricos com a impunidade, é imediata. É necessário, porém, resistir a ela. Ninguém pode ser condenado sem julgamento, sob hipótese alguma. Da mesma forma, pelos mesmos critérios e também pela sobriedade que a morte de uma pessoa exige, Eike Batista deveria ter resistido a condenar Wanderson.

Em suas afirmações na imprensa e no twitter, o pai de Thor apressou-se

em culpar o morto pela própria morte. E afirmou que Wanderson poderia ter matado não só a si mesmo, como também seu filho e o amigo que o acompanhava – o que é altamente improvável. Segundo pesquisa citada pela jornalista Maria Paola de Salvo, no Blog do Sakamoto, apenas 0,3% dos motoristas envolvidos em atropelamento com vítima fatal morrem.

Enquanto as investigações não forem concluídas, nenhum de nós – e muito menos Eike – tem o direito de condenar alguém. Até agora, ninguém – nem mesmo Eike – pode afirmar se a morte de Wanderson foi fatalidade ou homicídio. Até agora, ninguém – nem mesmo Eike – pode declarar se a morte de Wanderson é responsabilidade exclusiva da vítima, é responsabilidade exclusiva de Thor ou é responsabilidade de ambos.

Infelizmente para todos, já pairam dúvidas sobre as investigações. É difícil entender, por exemplo, por que um carro envolvido em uma morte está na casa de Thor, o investigado – e não nas dependências da polícia. Depois da perícia feita no local, o carro foi liberado. As demais diligências seriam feitas na mansão do Jardim Botânico. “No dia seguinte, meu advogado me informou que havia sido feita a perícia do carro no local do acidente, e que o carro teria sido liberado pela PRF para que pudéssemos trazê-lo para casa, garantindo deixá-lo intacto”, afirmou Thor.

Segundo o próprio Thor relata na conta no twitter que criou para dar sua versão dos fatos, ele primeiro foi para casa, onde seria atendido pelo médico da família, e só depois, por iniciativa própria, foi a um posto da Polícia Rodoviária Federal próximo ao local do acidente para se submeter ao bafômetro e demais procedimentos exigidos em um caso de atropelamento com vítima fatal. O exame deu negativo para a presença de álcool, ao contrário do resultado de Wanderson, que revelou um índice elevado de álcool no sangue.

Se Thor não fugiu do local – o que não é um ato louvável, como seu pai quer convencer a opinião pública que é, mas uma obrigação –, por que a polícia não fez o que devia fazer, na hora em que devia fazer, por sua própria iniciativa? A conta de Thor no twitter é esta: @Thor631. Nela, é narrada sua versão da cronologia dos fatos. Pensado para defendê-lo e escrito com método, o relato revela mais do que gostaria.

É uma pena que as partes nebulosas darão, mais uma vez, algum grau de legitimidade às dúvidas sobre a lisura do inquérito policial, mesmo depois da sua conclusão – ou de seu arquivamento. Para o futuro em aberto de Thor, pelo futuro interrompido de Wanderson e para o Brasil, um país partido pela impunidade dos

poderosos, seria fundamental que a polícia e o Estado demonstrassem total correção e transparência ao investigar uma morte que envolve o filho do homem mais rico da nação.

A condenação prévia de Thor nas redes sociais e nas conversas de bar deve-se não apenas à raiva que parte da população teria dos ricos e poderosos, ou à tendência de se colocar ao lado dos mais fracos, mas também à percepção legítima de que os atos criminosos dos ricos e poderosos permanecem impunes. A pressa em acusar e condenar Thor não demonstra apenas histeria ou irresponsabilidade das “massas”, ou mesmo “inveja”, como chegou a ser dito, mas a ansiedade de fazer uma justiça que temem, com todas as razões históricas e objetivas para isso, que não seja feita por quem tem o dever constitucional de fazê-la. Seria, nesse sentido, uma espécie de antecipação e compensação pela justiça que não acreditam que aconteça. E aqui me limito a analisar o fenômeno – e não a defendê-lo.

Quem é Thor, o filho de Eike Batista? Seu perfil é fascinante e quase obrigatório para compreender o Brasil atual. Basta procurar no Google para encontrar pelo menos uma matéria exemplar sobre sua vida, seus hábitos e seus pensamentos. Aqui, vou me deter apenas em quem é Thor como motorista. Em seu prontuário no Detran constam 51 pontos e 11 multas, parte delas causada por excesso de velocidade. Thor deveria ter perdido a carteira de habilitação por isso, mas não a perdeu. Se a tivesse perdido, como determina a lei, talvez não estivesse dirigindo na noite daquele sábado, e Wanderson possivelmente não estaria morto. Thor ama carros, velocidade e potência. Como declarou em uma entrevista anterior ao acidente, ele já teve um Aston Martin: “Trouxe de São Paulo e fiz 280 quilômetros por hora na Dutra”.

Segundo o colunista Ancelmo Gois, do jornal O Globo, em 27 de maio de 2011, a bordo de um Audi placa EBX 0001, Thor atropelou um homem de 86 anos, também em uma bicicleta, na Barra da Tijuca, no Rio. Thor prestou socorro, e sua família pagou todas as despesas médicas. A vítima fraturou o acetábulo (parte da bacia onde a cabeça do fêmur se encaixa) e teve de colocar duas placas e cinco parafusos, além de se submeter à fisioterapia, à hidroterapia e a sessões com psicólogo para superar o trauma. Em entrevista à coluna de Ancelmo Gois, um dos filhos da vítima afirmou não ter registrado queixa nem pedido indenização: “Estávamos preocupados em salvar nosso pai, que também não queria confusão”.

No dia seguinte à publicação, a vítima, José Griner, hoje com 87 anos, manifestou-se através de uma nota na qual afirma que nem ele nem Thor tiveram culpa: “Houve uma colisão que envolveu a lateral do carro dele e a roda dianteira da minha

bicicleta”. Disse mais: “Ele agiu com lisura e deu suporte à minha recuperação”. Que tudo isso nos faz pensar na excelência do “gerenciamento de crise”, faz. Mas o que podemos afirmar é que, em menos de um ano, Thor exibe uma estatística incomum como motorista: atropelou dois ciclistas. Um sobreviveu, o outro não.

Qual é o papel de um pai em um momento crucial como este? Não há resposta fácil para isso, mas há muitas perguntas que podem ser feitas. E essas perguntas são pertinentes porque a defesa imediata e veemente que Eike Batista fez publicamente do filho ilustram bem o que hoje se acredita ser o papel de um pai.

Um pai – ou um superpai – seria aquele que defende o filho contra tudo e contra todos, tenha ele ou não razão – e mesmo que ele já tenha 20 anos e seja moral e legalmente responsável por seus atos. Um pai – ou um superpai – afirma a inocência do filho e usa todos os recursos para convencer a opinião pública dela, mesmo que ele não possa garanti-la, já que ninguém ainda pode. Um pai – ou um superpai – usará todos os meios de que dispõe para impedir que o filho seja punido, mesmo se for provado que ele merece a punição.

Pelo comportamento público de Eike Batista, me parece que ele acredita com sinceridade que esta é a função de um bom pai – ou mesmo de um superpai, já que, pelo que tem demonstrado em sua trajetória de vida, ele não aceitaria nada menos do que ser um supertudo. No twitter, ele assim definiu seu desempenho: “Vou defender como um Leão! Tenho certeza que todo Pai que ama seu Filho faria o mesmo!”. É interessante observar as palavras escolhidas por ele para colocar em maiúsculas.

O cotidiano mostra que Eike Batista está longe de estar sozinho em sua crença sobre a educação de um filho – e a postura de um pai. Tenho certeza de que muitos leitores aqui compartilham da visão de Eike sobre a paternidade e acham sua defesa e suas ações dignas dos maiores elogios – e fariam o mesmo pelos seus filhos se tivessem a infelicidade de se encontrar em situação semelhante. Esses mesmos leitores afirmariam que isso é prova de amor verdadeiro – que só um superpai pode dar.

Será?

Tenho dúvidas. E me arrisco a discordar não só como mãe, mas como cidadã que tem de conviver com os filhos desses pais em todas as esferas da sociedade. Já havia me surpreendido com a atitude da mãe do menino que, em fevereiro, atropelou e matou com um jet ski Grazielly Lames, de 3 anos, que construía castelos de areia na praia de Bertioga, no litoral paulista. Segundo o advogado da família, o adolescente de 13 anos correu para a casa em que estavam hospedados em busca de orientação da mãe.

Em vez de voltar e prestar socorro, junto com o filho menor de idade, dando o exemplo do que uma pessoa decente deve fazer, a mãe preferiu fugir com o garoto. A tese da defesa é a de que o adolescente não dirigia o jet ski, “apenas” o ligara. Ou seja, o menino não teria nenhuma responsabilidade e, se tudo der certo do ponto de vista do que os pais desse menino entendem por dar certo, seu filho não será punido pelo fim da vida de uma criança.

Os casos guardam diferenças. Mas também semelhanças. Tanto para a mãe do adolescente do jet ski, quanto para o pai de Thor, a proteção de filhos que podem ser responsáveis pelo fim de uma vida parece ser uma preocupação acima de todas as outras. Ambos já decretaram previamente a inocência dos respectivos filhos antes que ela fosse provada. Pode ser que a inocência seja mesmo provada, em um ou em ambos os casos, mas nenhum deles poderia tê-la garantido antes de a investigação ser concluída.

Vivemos numa época em que se acredita que, ao dar limite para um filho, estamos comprometendo seu projeto de felicidade. E o que é entendido como felicidade? Ter tudo, ter gozo ilimitado. Qualquer imprevisto nesse percurso deve ser apagado, custe o que custar, para não virar trauma – e, assim, comprometer o futuro do filho, que deve passar pela vida sem ser marcado pela vida. Deve fazer marca na história, mas não ser marcado por ela. Neste cálculo, não são admitidos erros, covardias, irresponsabilidades, deslizos, excessos.... máculas.

Na biografia futura de Thor Batista, que, como seu pai já disse, espera-se que supere a sua em feitos, as máculas devem ser apagadas. Se existirem máculas, é necessário “ligar o dispositivo de administração de crise” – e eliminá-las da linha do tempo. Se alguém errou, foi sempre o outro. Para ter certeza disso não é preciso nem apurar os fatos: o filho de um superpai é automática e previamente inocente. E não acho que essa mentalidade pertence apenas aos mais ricos, apenas que eles têm recursos para garantir essa inocência – e os mais pobres, raramente.

É legítimo fazer algumas perguntas – que podem ser propostas tanto para Eike Batista como para nós mesmos. Se seu filho já atropelou uma pessoa, será que o melhor é emprestar a ele um dos carros mais velozes do mundo? Se seu filho tem 11 multas e 51 pontos na carteira de habilitação, será que você deveria permitir que ele dirigisse o seu carro, mesmo que o Detran não tenha cumprido seu dever e suspenso a licença? Se seu filho atropelou alguém e essa pessoa morreu, não seria o caso de silenciar até que os fatos fossem esclarecidos, ainda que fosse por respeito à enormidade do que é a morte de um ser humano? O que cada um de nós faria nessa situação? E por



quê?

Acho que é uma situação muito dura para qualquer pai – ou mãe. É duro dizer a um filho que ele errou. Em qualquer escala – e muito mais em uma escala dessa envergadura. É duríssimo. Mas é necessário. Não é fácil ser pai ou mãe exatamente porque a educação se dá nas escolhas difíceis. Educar é, em grande parte, ensinar aos filhos que eles são responsáveis pelos seus atos, dos mais simples aos mais complexos – e devem responder por eles. Mesmo que tudo o que gostaríamos, como pais amorosos, fosse voltar no tempo e apagar o passado.

Penso que um pai ou uma mãe deve se colocar ao lado do filho não para absolvê-lo, mas para apoiá-lo enquanto ele assume as consequências dos seus atos. Você errou, vai responder por seus erros, e eu vou estar ao seu lado. Ou: não sabemos se você errou, então vamos aguardar a apuração dos fatos. Se for concluído que você não errou, ótimo, mas mesmo assim uma pessoa morreu e é preciso lidar com essa tragédia. Ou: se for concluído que você errou, você vai responder pelos seus erros como a lei determina e um cidadão decente deve fazer, e eu vou ajudá-lo a seguir em frente apesar e a partir disso, aprendendo com a tragédia e não a esquecendo.

A revolta da opinião pública levou a muitas ironias – entre elas, as com o nome de Thor, o deus nórdico do trovão. Eike Batista seria uma versão contemporânea de Odin, o pai de Thor na mitologia, já que em nossa época é o dinheiro que concede algo próximo a uma divindade terrena. Nesse sentido, é curioso lembrar que nas histórias em quadrinhos inspiradas na mitologia nórdica, Odin expulsou Thor de Asgard. Thor, então um jovem arrogante e impulsivo, em uma de suas aventuras adolescentes invadira o reino dos gigantes de gelo, rompendo o tratado selado por Odin. A honra do pai e sua autoridade entre os deuses dependiam de punir exemplarmente o filho, que com suas ações havia prejudicado a todos e comprometido a segurança de Asgard.

Thor foi enviado para a Terra – um exílio que significava punição e aprendizado. Ao expulsar Thor, Odin disse a ele: “Tu és o filho favorito de Odin! Além de valente e nobre, tua alma é imaculada! Mas ainda assim és incompleto! Não tens humildade! Para consegui-la deverás conhecer a fraqueza... sentir dor! E para isso necessitas deixar o Reino Dourado e despir-te de tua aparência divina! A Terra, lá aprenderás que ninguém pode ser verdadeiramente forte se, em realidade, não for humilde! Por um tempo não mais serás o Deus do Trovão! A tua memória também tirarei! Agora, vai! Uma nova vida te espera!”. Thor transformou-se então em um mortal chamado Donald Blake, médico talentoso mas manco. Até que aprendesse o dom da humildade e

estivesse apto a cumprir seu destino.

Por que vale a pena lembrar esse episódio? Porque este é o Thor de Stan Lee, o grande criador da Marvel Comics. E Stan Lee é um homem nascido em 1922, que criou o seu deus do trovão no início da década de 60. Ao tecer o enredo, Lee revela a mentalidade da sua época. E nos mostra como a paternidade – e o que se compreendia como amor e como obrigação de um pai – já foi diferente. Nos lembra, portanto, que a construção da paternidade é cultural. E, portanto, mutante.

Acredito valer a pena pensar sobre o que é ser pai hoje. E que tipo de consequências essa ideia de paternidade, tão bem ilustrada na relação de Eike Batista com seu Thor da vida real, acarreta para a sociedade como um todo. Este episódio nos leva a várias vertentes de reflexão – e uma das mais interessantes é a nossa relação com os limites na educação de um filho.

Tenho muito cuidado em tocar em assuntos que envolvem tanta dor. Acho que testemunhar a morte de um ser humano – sendo ou não responsável por ela – é uma experiência devastadora, que deixa marcas profundas, para além da punição legal. Mesmo atropelar um homem de 80 anos e machucá-lo deve ser terrível. Não sei como é estar na pele de Thor. Tentei descobrir pelo twitter como ele se sentia em sua humanidade.

Primeiro, percebi que Thor estava mais preocupado em garantir sua inocência, provar a culpa do morto e nos convencer da correção de seus atos, assegurando também o apoio material à família da vítima. Depois, na sexta-feira, 23/3, descobri que já tinha mudado de assunto. Thor estava dando a fãs no twitter o que chamou de “dica de endocrinologia do dia”: “Eu recomendo o uso da cabergolina (Dostinex) para baixar a prolactina. Comece com 0,25 mg por semana, por 4 semanas, e dose no sangue”, é um dos tuites. Na sexta-feira, copiei toda a página, como material de pesquisa para esta coluna. Pouco antes de publicá-la, voltei a entrar na sua conta de twitter e constatei que o post reproduzido acima havia sido apagado. Os demais permanecem lá.

Depois de prescrever uma receita que só um médico poderia, sugerindo inclusive a dose, para seus milhares de seguidores, imagino que alguém o tenha alertado que a postagem era irresponsável e indevida. Thor então escreveu: “Meus comentários sobre endocrinologia são inúteis. Não sou médico, não posso recomendar nada. Apenas gosto de botar para fora conhecimento”.

Em todo o episódio – trágico de várias maneiras, e de algumas outras que

ainda vamos testemunhar – me chamou a atenção – positivamente – o silêncio de Luma de Oliveira, a mãe de Thor. Justamente ela, a celebridade, a ex-modelo, a musa do Carnaval, aquela que tudo expôs de si mesma. Procurada por repórteres, Luma pouco falou. Disse ao jornal O Globo, na sexta-feira 23/3: “Este não é o momento de dar entrevista. É o momento de sentimentos, de solidariedade”. Posso estar sendo ingênua, e a sobriedade de Luma seja apenas mais um cálculo, mas penso que a mãe de Thor estava sendo sincera.

Thor afirmou no twitter: “A frase que mais admiro é ‘The truth sets you free’. Author: Jesus”. Imagino que a original tenha sido pronunciada em aramaico, mas a tradução da frase postada por Thor seria: “A verdade vos liberta”. É possível. Mas talvez pai e filho um dia descubram, ainda que em seus pesadelos noturnos, naqueles que não se pode controlar mesmo sendo um superpai ou um superfilho, que a verdade é uma criatura complexa e que pode levar a territórios imprevisíveis. Ela pode libertar, sim – mas dificilmente sem dor. E dificilmente sem um profundo e corajoso olhar para dentro.

## ANEXO B

## Pedro e João: a história de dois meninos gays e uma infância devastada

Da infância, somos todos sobreviventes. Alguns mais do que outros. Esta é a história de um homem em busca de compreender a si mesmo. E de tentar, como adulto, ser diferente do menino pelo poder da narrativa. Esta história é contada aqui porque foi a nossa ignorância – a minha e também a sua – que destroçou a vida dessas duas crianças. E tem destroçado – às vezes em brutal literalidade, com tiros e pancadas – a vida de muitos – demais.

Antes, a história de como nos conhecemos. Ele me enviou o primeiro email no início de dezembro. Um amigo dele acabara de ser assassinado por homofóbicos, e ele tinha se deparado com uma campanha na internet que arregimentava pessoas a se unirem para executar homossexuais. Ele tinha medo de sair de casa. Estava assustado. E também com raiva. Pedia que eu denunciasses a campanha nesta coluna.

Respondi que escrever sobre esse tipo de manifestação era amplificar uma voz de ódio. Afinal, o sonho de quem divulga algo na internet é ser acessado, replicado, comentado, seguido, citado. Em vez disso, propus a ele que me contasse a sua história para – talvez – publicá-la aqui. Contar uma história que nos aproxime é a melhor resposta que podemos dar a quem usa as palavras para aumentar as distâncias.

Desde então, iniciamos uma correspondência. Chequei a sua identidade, mas respeitei sua decisão de ocultar seu nome. Nessa narrativa real, vamos chamá-lo de Pedro. Filho único de uma família de classe média do interior de Minas, Pedro tem 28 anos, é engenheiro ambiental e hoje vive sozinho em Goiânia. Um brasileiro como tantos outros, que trabalha duro e paga seus impostos. Todo ano ele participa da parada gay, mas não é o que se poderia chamar de um militante do movimento. Em Goiânia, assume sua homossexualidade em todos os espaços – e também no trabalho. Mas preferiu se afastar da família a contar que era gay. Neste Natal, como veremos mais adiante, ele fez um pequeno grande gesto.

Aos poucos, ao longo da nossa troca de cartas virtuais, percebi que não se tratava apenas da história de Pedro. Mas da história de Pedro e de João. Quando era criança, o melhor amigo de Pedro era João. E era João quem não conseguia esconder dos colegas de escola que era gay. Pedro posicionou-se ao lado dos mais “fortes”, como tantos de nós a vida toda, e mais ainda na infância. Alinhou-se ao lado dos pequenos

machos quando eles tornaram a vida de João um inferno humano. Tão humanamente infernal que ele acabou mudando de cidade no início do ensino médio. Como acontece ainda hoje em muitas escolas, nem professores, nem pais, nem colegas, ninguém fez gesto algum na direção de João. Todos permitiram, por ação ou omissão, que João fosse agredido, acuado, encurralado e, por fim, exilado.

Essa memória assombra Pedro até hoje. Como a maioria de nós, ele queria ter sido mais forte na infância. Não mais “forte” como os pequenos machos, tão atrapalhados com sua sexualidade que precisavam “denunciar” a do outro. Pedro queria ter sido tão forte quanto João, que ousava ser. Se tivessem sido os dois, talvez pudessem ter resistido mais. Mas, por muito tempo, Pedro mal pôde consigo mesmo. E então, quando ele já tinha sua própria vida adulta e independente, um de seus melhores amigos foi assassinado porque era. Gay. E Pedro, de novo, sentiu-se muito impotente.

Contar sua história talvez seja a forma encontrada por Pedro para inverter o curso dessa memória dentro de si. Pronunciar o que virou silêncio sem ser – e por assim ter sido tanto o feriu. A ele e a João, antes que ambos pudessem se defender. Quando pergunto sobre esse círculo que se fecha, Pedro escreve: “Acho que vai me incomodar pelo resto da vida”.

É espantosa a quantidade de dor que pode caber numa vida apenas por causa da ignorância. Da nossa ignorância. A história de Pedro – e também a história de Pedro e de João – é assim.

### **O começo: ou como Pedro expôs João para que não o descobrissem**

“Nasci numa cidade do interior de Minas com 80 mil habitantes. Pequena, conservadora, cheia de falsos moralismos. Desde muito cedo eu percebi minha orientação sexual. Desde criança achava os meninos mais interessantes do que as meninas. Sempre pensei que no órgão sexual feminino faltava alguma coisa. E tinha curiosidade para ver o órgão sexual dos meus amigos. Mas nunca fui muito sexualizado na infância e nem mesmo na adolescência. Talvez evitasse a sexualidade pela consciência da minha orientação sexual.

Ainda no colégio, eu era uma pessoa extrovertida e comunicativa, mas quando percebi que havia algo de diferente, tornei-me recluso. Sempre estudei no mesmo colégio, com a mesma turma. Desde o início, tinha um colega que conseguia disfarçar menos sua homossexualidade e, para continuar pertencendo ao grupo, eu participava de ataques de bullying homofóbico. Estes eram os momentos nos quais eu me sentia pior.

João sempre estudou na mesma turma que eu. Éramos muito amigos na infância, nossas mães eram amigas e ambos éramos filhos únicos. Ele frequentou a minha casa e eu a dele, brincamos muito na infância, éramos os melhores amigos. Apesar de ser um ano mais velho do que eu, João não aparentava, porque sempre foi muito sensível e delicado. O fator 'não jogar bola' influencia muito o que as crianças pensam quanto à sexualidade de outra. E João não jogava.

É engraçado. Nunca trocamos uma palavra sequer em relação ao sexo. Ao menos, não que eu me lembre. Jogávamos muito videogame juntos, e geralmente ele passava pela manhã em minha casa para irmos ao colégio. Não sei bem explicar como, mas nossa relação e encontros foram tornando-se esparsos, até que nos tornamos meros colegas de sala. Ele passou a ser um garoto solitário, menos risonho. Aproximou-se mais das garotas e adquiriu 'trejeitos', que talvez sempre tenha tido, mas que somente com o amadurecimento e a consciência do mundo eu e os outros garotos começamos a perceber.

Eu tinha 12 ou 13 anos nessa época. Acho que, por pertencer a uma família que preserva bastante as tradições mineiras, na qual era comum escutar comentários homofóbicos e até mesmo racistas, eu tinha o preconceito internalizado de que a homossexualidade era algo errado. E é muito estranho ser 'errado'. Eu não tinha com quem conversar, eu não tinha com quem dividir meus desejos. E acho que foi a fase na qual eu tive mais medo na minha vida. Era um medo de tudo, um medo de mim.

Adquiri repulsa por alguém que eu imaginava ser a pessoa que mais se assemelhava a mim. Julgava-o sujo. Era como se o distanciamento que criei com ele disfarçasse a minha sujeira. Não sei bem ao certo, mas em virtude de suas maneiras mais delicadas, nós, os meninos, simplesmente deixamos de conviver com ele. Não sei como surgiram os primeiros episódios de bullying. Mas, aos poucos ele começou a ser motivo de chacota na sala e, em pouco tempo, de todo o colégio.

Crianças e adolescentes têm uma maldade que eu não entendo. Todos os dias escrevíamos no quadro seu apelido: "João viadinho". A situação de bullying era clara. Ele sofria muito, era perceptível. Quando cruzávamos com ele, ríamos e imitávamos trejeitos femininos. Os meninos da sala não o tocavam, pois, caso isso ocorresse, pegariam 'viadice'. Imagino o quanto isso foi dolorido para ele.

Logo, ele começou a permanecer todo o recreio dentro da sala de aula. E as agressões passaram do campo das palavras para o físico. Em suas tentativas de revide, ele levava tapas, socos e pontapés. Eu não cheguei a fazer isso. Mas, os outros

garotos, sim. Quando ele passava pelo corredor, próximo ao grupinho dos ‘machos’, além de um ‘E aí, viadinho?’, ele levava sempre uns bons tapas, e sempre havia algum engraçadinho para sair rebolando atrás dele. Eu nunca o olhava nos olhos. Sentia muita vergonha.

É uma dinâmica estranha. Você tem que pertencer a um grupo, e ser diferente te exclui. Hoje, entendo que muita daquela repulsa estava relacionada a um certo grau de atração que eu sentia por ele. E aquilo para mim era errado. Os professores nunca tomaram nenhuma atitude. Ninguém nunca tomou nenhuma atitude. Escutei trechos de uma conversa de minha mãe com a mãe dele em relação à sua sexualidade, mas não consegui entender muito e não fui capaz de tocar no assunto. Até hoje não consigo compreender como fui capaz de ter feito tudo aquilo. Sei que fui muito covarde. Porque, no fundo, eu sabia pelo que ele estava passando. E nunca lhe estendi a mão.

Quando você se descobre gay – o que faz você se sentir diferente da maioria –, isso faz com que, de uma maneira inconsciente, você lute para ser igual. É uma resistência interna, uma forma estranha de luta entre o ‘você aparente’ e o ‘você real’. Eu tinha aversão ao meu corpo, a toda e qualquer coisa relacionada à sexualidade. Qualquer programa de TV, livro ou texto que se referisse à sexualidade me causava pânico. Eu não passei pela fase comum aos adolescentes, na qual a masturbação é uma atividade comum. Eu sentia medo, pois era nessas ocasiões que eu tinha a certeza de que realmente era homossexual.

Não é somente seu ciclo social que é quebrado através da fase de reclusão. Dentro de você é como se o fator sexualidade também fosse rejeitado. Sexo assusta. O que não se aceita é melhor que fique escondido. Acho que senti repulsa por João ao perceber que alguém tinha uma aceitação maior consigo mesmo do que a que eu tinha para comigo. Eu conseguia reprimir, então era difícil aceitar que aquela pessoa não conseguisse.

Eu nunca o defendi. Tinha medo de que toda aquela repulsa se voltasse contra mim. João saiu da escola e da cidade no final do primeiro ano do ensino médio. Mudou-se para Uberlândia (MG). Nesse meio tempo, acho que até mesmo por um grande peso na consciência, foi a minha vez de me afastar. Tranquei-me no quarto e não queria sair de lá.”

### **Pedro se esconde – até de si mesmo**

“No segundo ano do ensino médio, minha consciência da orientação

sexual atingiu seu ápice. Eu não conseguia mais me esconder muito e tinha muito medo da reação das pessoas. Forçava-me a pensar somente em meninas, mas já não conseguia mais fazer isso. As Playboys, compradas escondidas pelos amigos, não me interessavam nem um pouco. Eu me excitava justamente pensando na excitação dos meus amigos diante daquelas imagens.

Foi uma fase muito difícil. Eu inventava um monte de histórias para não ir ao colégio, me afastei de tudo e de todos. Minha vontade era ficar trancado no quarto para que ninguém pudesse me ver. Acho que, no fundo, eu estava me punindo pelo meu comportamento errado frente à sexualidade de João. Não sei bem o que seria depressão, mas, se por algum momento da minha vida passei por isso, foi justamente nesse ápice de consciência.

Lembro que chegava a me mutilar. Tinha raiva de mim, de minha imagem. Tinha nojo do meu órgão sexual e de qualquer ereção eventual. Eu evitava levantar da cama, tinha muito sono, não queria conviver com ninguém. Lia bastante, muito, mas muito mesmo... Nessa época li tudo de Dostoiévski, Tolstói. Um personagem em especial me acompanhou pela vida inteira: Kirilov, do livro 'Os Demônios', de Dostoiévski. Ele dizia algo como: 'Deus é o medo de depois da morte'.

Foi nessa época que minha mãe percebeu que tinha algo de errado comigo e me mandou para um psicólogo. Mas não tive nenhuma afinidade com ele. Não podia confiar em alguém que minha mãe pagava. Ali, no consultório, eu ajudei a moldar ainda mais meu personagem, pois tinha que tentar me desvencilhar de alguém que, teoricamente, estaria preparado para fazer uma leitura das pessoas. Lembro vagamente de que, na primeira consulta, ele afirmou: 'Sua mãe me disse que você tem andado triste e tem ficado muito tempo trancado no quarto. E aí, o que está acontecendo?'. Senti-me pressionado. Depois dessa experiência, nunca mais voltei a psicólogos.

Aos 15 anos, eu estava tão solitário que pensei em parar de estudar ou mudar de colégio. Se as pessoas que conviviam comigo soubessem de alguma coisa, meu mundo poderia acabar. Não frequentei nenhuma das festinhas de 15 anos de minhas amigas, não fui à festa alguma, não fui adolescente. Nesse período de reclusão, eu passava o fim de semana todo trancado no meu quarto. Por um lado foi bom: estudei muito e não tive nenhuma dificuldade para passar no vestibular. Acho que é essa reclusão, causada pela dificuldade de autoaceitação, que faz com que muitos dos gays sejam bem sucedidos nos estudos. É como se perdêssemos um período da vida social e buscássemos nos livros um afago."



### **Pedro tenta fugir – mas não há fuga de si mesmo**

“Passei em três universidades federais. A minha escolha foi pela UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), não porque era meu curso predileto, mas sim porque Ouro Preto era a cidade mais distante da casa de meus pais. Com 17 anos mudei-me para Ouro Preto, pensando que tudo seria diferente. Não foi. Cursei engenharia numa cidade que priva pelo tradicionalismo, convivendo em repúblicas com cerca de 15 homens. Todos, ao menos aos olhos da comunidade universitária, heterossexuais.

Bem no início do curso, eu presenciei uma cena que me trancou ainda mais dentro do armário: um dos moradores de uma república vizinha à minha, líder estudantil, influente no meio acadêmico, foi flagrado contando à empregada da casa que tinha um caso com outro estudante. O apelido dele tornou-se sinônimo de gay no ambiente universitário. Os outros moradores da casa nem pestanejaram: jogaram todas as coisas dele para fora da casa. Nem se deram ao trabalho de ouvir um cara que havia morado com eles nos últimos quatro anos. Foi muito estranho ver as coisas dele jogadas no chão da famosa Rua Direita.

Eu era um adolescente exemplar. Nunca tinha bebido, nunca tinha usado drogas. Era virgem, nunca beijara ninguém. Nessa época, comecei a viver em uma história inventada. Para me inserir em um grupo, eu comecei a usar um disfarce. O ‘porralouca’ heterossexual. Beijava meninas, mas tinha muito medo de que alguma delas quisesse algo mais. Comecei a beber muito e a ser usuário de maconha e, mais tarde, de cocaína. Era uma fuga, era um jeito de ser querido por um grupo, era uma forma de estar inserido. Era ser comum. E assim foi durante cinco anos. Anos lentos, intermináveis.

Uma colega de sala foi a primeira pessoa que soube de minha homossexualidade, já no final do curso. Foi uma explosão. Era como se eu estivesse tirando o maior peso do mundo de minhas costas. Só consegui dizer: ‘Sou gay’. E comecei a chorar sem parar. Era um misto de medo da reação e de alívio indescritível. Pela primeira vez eu tirava a minha máscara para um outro ser humano.

Formei-me na universidade em 2006, com 22 para 23 anos. Era virgem, escolado no submundo do álcool e das drogas. Antes de me mudar de Ouro Preto, reuni todos os 15 rapazes que moravam comigo na república. Eu não queria sair daquela casa tendo omitido quem eu realmente era. Nessa reunião, completamente drogado, eu vomitei, com certa raiva de mim e de tudo, que eu era gay e que aquilo era o mínimo que eu podia fazer por pessoas com as quais eu convivi.

Logo após um silêncio, nada convencional, eu presenciei as mais distintas

reações. De ódio a apoio. Há pessoas com as quais nunca mais troquei palavras. Mas também recebi um carinho que eu não imaginava que fosse possível. Descobri que, apesar dos revezes, eu encontraria pessoas que não encaravam aquilo como aberração. Acho que aquele momento foi fundamental para que eu pudesse encarar a vida. Eu nunca tinha encostado em um homem, eu nunca tinha tido uma relação verdadeira. Na verdade, acho que toda a minha felicidade era falsa.”

### **Pedro tira a máscara – arranca-se de si**

“Passei em um concurso público estadual e fui trabalhar em Uberlândia. A independência financeira é muito importante para um homossexual, significa o primeiro momento em que não é preciso dar satisfação a ninguém sobre o que você sente. Fui para Uberlândia com a pretensão de viver.

Logo no primeiro fim de semana, resolvi ir até uma casa noturna GLS. Era 4 de agosto de 2006. Recordo a data porque até hoje mantenho o folder (propaganda da casa). Esse folder é como se fosse a minha Lei Áurea. Representa a minha liberdade.

Minha noite foi tragicômica. Hoje dou muita risada ao lembrar. Eu era um gay ‘não gay’. Logo, fui com uma roupa inadequada, social demais. Não conhecia nenhuma música, afinal vivia ouvindo rock e nem imaginava quem era Britney Spears. Não consegui disfarçar minha surpresa ao ver todas aquelas pessoas descoladas e felizes, de mãos dadas. Era como se aquelas mãos dadas me hipnotizassem, era absolutamente sensacional cada flagra de beijo. Os transexuais, travestis e drag queens me assustavam, era como se tivesse que manter distância. Afinal, até aquele dia, era isso que a vida tinha me ensinado.

Cheguei bem tarde, depois de ter dado várias voltas no quarteirão, por medo de ser identificado nas proximidades daquele ambiente. No lounge, sozinho, atento aos diálogos alheios, me impressionava o caos relativo ao gênero: ‘amiga’, ‘bicha’. Minha primeira visita ao banheiro foi hilária. Entrei e saí correndo. Era um misto de medo, tesão, tensão, apreensão e uma felicidade doida. Nem imagino o que as pessoas pensavam daquele cara que passou a noite inteira sentado numa cadeira do balcão, atento a tudo, surpreso e com um sorriso estampado no rosto. Quando se aproximavam de mim ou percebia um flerte, eu me esquivava e de certa forma corria. Lembro que naquele dia nem dormi direito relembro cada momento.

Na noite seguinte, não resisti e voltei à mesma casa noturna. Nessa segunda noite, mantive um diálogo com o bartender. Talvez, pela ansiedade, tenha

bebido muito e isso tenha feito com que baixasse a guarda e permitisse que as pessoas se aproximassem. Fiquei até muito tarde. O bartender veio, então, conversar comigo. Não lembro ao certo, mas acho que falei muita besteira. Eu suava frio, tremia. Acho que, percebendo meu estado alcoólico, e depois de saber que aquela era a minha segunda noite num ambiente gay, ele arriscou um beijo. 5 de agosto de 2006: aos 22 anos, eu fui beijado pela primeira vez por um homem.

Aquilo foi muito para mim. Afastei-o, não me despedi e saí o mais rápido que pude daquele lugar. Senti repulsa pelo meu corpo, senti nojo de mim. É estranho, mas foram sensações completamente antagônicas, uma oposição entre o meu desejo e o que a sociedade me imprimiu. Ao mesmo tempo que era prazeroso, eu sentia rejeição pelo fato de estar beijando um homem. Apesar de ser meu maior desejo, era algo que eu tinha aprendido ser inaceitável.

Em casa, escovei os dentes diversas vezes. Como se aquilo pudesse apagar meu ato, como se fosse possível redimir o meu ato. Por quê? Porque eu fui ensinado assim. Porque fui criado num berço católico no qual minha recente atitude era pecado. Eu era uma aberração.

Como filho único, eu também sentia vergonha por ser uma decepção muito grande para a minha mãe, que sempre teve a expectativa de ter netos. Naquela manhã, eu era o maior lixo do mundo. Abusei ao extremo do uso de cocaína, associada ao uso de ansiolítico. E o que me deixava pior era a sensação: 'Tinha sido muito bom'. Chorei muito.

Não sei ao certo, mas acho que por dois ou três meses retornei à minha reclusão. Passava os finais de semana em casa, reprimindo meus desejos. Mas nada pode ser reprimido para sempre.

Depois de uma festinha de aniversário de uma colega de trabalho, num local próximo à casa noturna que já tinha frequentado, eu criei coragem e, após contornar diversas vezes o quarteirão, entrei. Receoso, troquei olhares com o bartender. Encarei, flertei, fui retribuído. O tempo demorou a passar e já era quase dia quando ele pôde sair do bar e vir ao meu encontro. Dessa vez, fui eu que tomei a iniciativa e o beijei. Dessa vez, eu não fugi e aquela meia hora em que ficamos juntos foi a primeira vez que um cara de 23 anos estava aceitando a si mesmo. Era a primeira vez que eu podia dizer que estava realizado, feliz.

Depois daquela noite, passamos a nos encontrar em todos os finais de semana. Mas, sozinho em casa, depois dos beijos, eu ainda me sentia angustiado e

estranho. Tive a sorte, porém, de ter encontrado uma pessoa fantástica, que respeitava as minhas restrições. E elas eram muitas. A primeira vez em que permiti algo mais íntimo foi após dois meses de encontros, fim de semana após fim de semana. Meu namorado só começou a frequentar a minha casa após três meses de relacionamento. Ele compreendia, mas não deixava de ficar chateado com tamanho recalque. Cobrava sexo, mas eu tinha muito medo. Estávamos juntos havia cinco meses quando, pela primeira vez, ele foi dormir comigo. E foi a primeira vez que tivemos uma relação sexual. Era também a primeira relação sexual da minha vida.”

### **Pedro descobre que não o perdoam por ser**

“Mesmo trabalhando para um órgão que, a princípio, deveria privar pelo cumprimento das leis, eu já sofri homofobia. Sinto um certo afastamento por parte de algumas pessoas simplesmente pelo fato de eu não querer me esconder mais. Minhas opiniões e minha qualidade técnica são diminuídas por causa da minha orientação sexual. Por quê? Ser gay me tornou menos competente?

Sinto raiva de uma sociedade que tem medo de ver beijo gay na novela das oito, mas que se delicia assistindo às piores atrocidades nos noticiários sensacionalistas. Fico me perguntando: por que eu incomodo tanto? Por que gostar de alguém traz tanta violência? De onde vem esse ódio?

É muito difícil compreender por que a comunidade evangélica, por exemplo, é capaz de perdoar a assassinos ou bandidos que se converteram à religião e não aceitam que eu caminhe de mãos dadas com meu namorado pela rua. Qual é o crime de se caminhar de mãos dadas pela rua?

Há pouco perdi um de meus melhores amigos e sei que seu assassinato ficará impune. Estamos no Brasil e não vai ser a primeira vez que um crime ficará impune. Pior ainda se são crimes de homofobia ou crimes que a nossa homofobia internalizada não permite que sejam investigados.

Uma vez eu fui vítima de um golpe conhecido como ‘Boa Noite Cinderela’. Apesar de todos os protestos de que não devia fazer um B.O. (boletim de ocorrência), fui até uma delegacia. E lá realmente desisti de fazer o B.O.. Nunca fui tão humilhado em toda a minha vida. O policial que me atendeu teve uma crise de riso enquanto eu relatava o caso. Aposto que não seria esta a reação caso o evento tivesse ocorrido com um macho alfa. Eu desisti de denunciar, voltei para casa e me senti a pessoa mais impotente do mundo.

Em outra oportunidade, vi um grupo de adolescentes na saída de uma festa GLS agredindo um garoto que aparentava estar muito bêbado. Novamente, apesar dos protestos de um namorado da época, interferi e acabei me dando muito mal. Apanhei um pouco, pois nem tenho porte físico para enfrentamentos e, quando a polícia chegou, os três adolescentes foram protegidos, e eu quase fui parar na delegacia. Segundo os policiais, eu estava gerando desordem.

Já perdi a conta de quantos amigos, em Goiânia ou em Uberlândia, já sofreram agressões na rua por serem gays. Ao tentar denunciá-las, as vítimas foram ridicularizadas, e os agressores liberados. Eu não tenho mais coragem de procurar a polícia para denunciar qualquer forma de preconceito. Vivemos no nosso mundinho, disfarçados. Vivemos num 'gayto'."

### **Pedro aproxima-se dos pais – que não sabem (ou fingem não saber) que é**

"Distanciei-me dos meus pais há muito tempo. E continuei cada vez mais distante. Morando há três anos e meio em Goiânia, eles nunca tinham vindo me visitar. Neste final de ano, pela primeira vez, eu convidei-os a passar o Natal na minha casa. E eles vieram. Acho que minha pequena atitude abriu uma brecha para novamente possuir uma família, possuir um colo de mãe.

Não que meu Natal tenha sido maravilhoso. Na verdade, foi cheio de conflitos. Eu e minha mãe nos desconhecemos por completo. Eu e meu pai nem nos falamos, e então surgem diversas divergências. Eles chegaram no dia 23 de dezembro, à noite, e foram embora no dia 25, pela manhã.

Na tarde de Natal, descobri uma cartinha que minha mãe tinha deixado sobre o sofá. Transcrevo aqui um trecho: 'O que mais queremos é a sua realização em todos os sentidos, pois, de qualquer forma, você é nosso único tesouro e não queremos continuar dessa forma. Infelizmente, precisamos te conhecer melhor. E saiba: seja qual for a circunstância, estaremos com você. Você sabe que não podemos adiar o que queremos, ainda mais que já estamos em contagem regressiva. Espero que leia umas várias vezes essa recomendação. Se não quiser comentar sobre ela falando, me escreva e me conte um pouco de você. Beijos. Te amamos muito. Mãe e pai'.

Tenho passado esses últimos dias pensando em qual seria a melhor forma de contar tudo de mim para meus pais. Mas ainda não descobri como. Já tentei escrever uma carta umas dez vezes, mas, ao final, rasgo tudo. Como se o que estivesse

escrito ali fosse algo que tivesse o poder de torná-los extremamente infelizes."

### **O meio: ou como Pedro reencontra João no gesto possível**

"Eu era só um menino, mas foi com João que senti remorso pela primeira vez, que tive consciência do que é covardia. Voltei a encontrá-lo em nossa cidade do interior mineiro em algumas poucas oportunidades. E em todas elas não fui capaz de me reportar a ele. João assumiu sua homossexualidade, e não posso esquecer os comentários maldosos de minha mãe, com suas amigas. Eu sentia raiva.

João tornou-se arquiteto. Quando me mudei para Uberlândia, vivíamos na mesma cidade e ainda hoje temos alguns amigos comuns. Mas nunca dividimos uma roda de amigos. É um somatório de minha vergonha e da sua mágoa. Para alguns dos amigos em comum, eu contei toda a história. Segundo eles, ele nunca mencionou o assunto.

Uma noite, identifiquei-o numa boate GLS. João havia se tornado um homem extremamente efeminado, mas muito lindo. Estava rodeado de amigos e, assim que tive oportunidade, eu o abordei. Entendo completamente as poucas palavras que ele dirigiu a mim. Havia mágoa na forma como ele me tratou, e eu compreendo a sua postura. Não toquei no assunto. Senti muita vergonha e, assim que pude, me afastei. Não consegui pedir desculpas. Algum tempo depois eu soube que João havia se mudado para a Austrália. Não sei se um dia voltarei a vê-lo".

## ANEXO C

## Enfim, a emancipação masculina

Lembro de um evento psicanalítico ocorrido em Porto Alegre, anos atrás, sobre “Masculinidade”. De repente, apareceu um engenheiro por lá, adentrando o mundo dos psis. Ele queria entender, como homem, a sua falta de lugar no mundo. Não sei se conseguiu, mas sua presença foi um belo movimento para fora do território conhecido, onde as contas já não fechavam, rumo ao insondável. Ainda tateando sobre esse tema tão fascinante, penso que a melhor notícia para todos nós é a confusão sobre o lugar do homem. Sobre isso, Laerte Coutinho, entrevistado no Roda Viva (TV Cultura) de 20/2, fez uma grande observação: os homens nunca fizeram a revolução masculina.

Para começar, quem é Laerte? Se você não ouviu falar dele, está perdendo uma revolução encarnada numa pessoa. Antes, porém, é importante sublinhar que ele talvez seja o maior cartunista brasileiro. Para mim, é um gênio. E não é uma opinião solitária. Não aquele gênio banalizado dos manuais 171 vendidos nas livrarias, mas gênio mesmo, daqueles que nasce um a cada muitos e muitos e muitos anos. Só para recordar, são dele histórias em quadrinhos como “Piratas do Tietê” e personagens como Overman, Deus e Fagundes, o Puxa-Saco. A minha vida, pelo menos, seria mais pobre se eu não pudesse ler todo dia as tirinhas do Laerte publicadas na Folha de S. Paulo.

Em 2010, Laerte passou a se vestir de mulher – publicamente. Tipo ir à padaria de saia e meia-calça. Laerte se tornou ora ele, ora ela, ele/ela no mesmo corpo e na mesma cabeça. E, desde então, não para de dar entrevistas nas quais parte dos entrevistadores tenta, com certo grau de ansiedade, encaixá-lo/a em alguma definição. A novidade, no sentido libertador do novo, mesmo, é que Laerte se coloca para além das definições. Nem acho que cross-dresser (homem que gosta de se vestir de mulher – ou vice-versa – sem necessariamente ser gay) serve para enquadrá-lo/a. Acho que todos nós ganharíamos – “héteros, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais, assexuais etc etc” – se abolíssemos a necessidade de caber em algum verbete. Seres humanos não são como aqueles jogos de montar para crianças pequenas, em que é preciso encaixar o retângulo no retângulo, o triângulo no triângulo e assim por diante. A única definição que vale a pena é justamente a indefinição. Sou aquele/a que é sem se dizer. Ou sou aquele/a que é sem precisar dizer o que é.

E essa é a novidade de Laerte, que é homem, é mulher, é masculino, é

feminino e é também alguma coisa além ou aquém disso. Que se veste de mulher, mas fala e caminha como um homem. Que na infância gostava de costura e de futebol. Que vai jantar de saia e unhas vermelhas com uma namorada, mas pode também ter um namorado. Que enfia um pretinho básico sem se tornar efeminado. Que começa a entrevista de pernas cruzadas e, lá pelas tantas, se empolga e abre as pernas sem se importar que no meio delas more um pinto. Laerte é novo/a porque nos escapa. É um homem novo, mas também pode ser uma mulher nova.

Em janeiro, Laerte foi protagonista de uma polêmica ao ser repellido/a no banheiro feminino de uma pizzaria paulistana por uma cliente que se sentiu incomodada com sua ambígua figura. Surgiram então ideias esdrúxulas, como a de fazer um terceiro banheiro para os que não se enquadrariam nas definições tradicionais. Se o terceiro banheiro vingar, vou começar a frequentar os três, porque começo a achar uma afronta a exigência de que eu tenha de me definir para fazer xixi. Por agora, acho tão ultrapassado haver banheiros separados por qualquer coisa, que nem pretendo me estender nesse assunto. Era apenas para contar um pouco quem é Laerte para aqueles que ainda o/a estão perdendo. E desembarcar no tema que me interessa mais.

A certa altura da entrevista, ele/ela fez a seguinte observação: “Existiu a tal da revolução feminina, que é um dos marcos da humanidade. O que não aconteceu é a revolução masculina”. Laerte referia-se ao fato de que as mulheres já fizeram mil e uma rebeliões e continuam se batendo por aí. Marlene Dietrich, por exemplo, causou comoção por usar calças, mas isso em 1920! Quase um século depois, Laerte nos empapa de assombro por ir ao supermercado de saia. Isso diz alguma coisa, não?

Eu acho que não é nada fácil ser homem hoje em dia porque não se sabe o que seja isso. Mas, se essa dificuldade fez o engenheiro do primeiro parágrafo ousar se sentar na plateia de um seminário de psicanalistas para se entender, esta é também a melhor notícia possível para um homem. A princípio, os homens nunca precisaram fazer nenhuma revolução para conquistar direitos porque supostamente tinham todos eles garantidos desde sempre. Uma posição cômoda, mas apenas na aparência. Podiam fazer o que bem entendiam. Desde que fossem “homens”. E aí é que morava – e ainda mora, em muitos casos – a prisão. Podiam tudo, desde que fossem uma coisa só.

Ser forte e competitivo; sustentar a casa e a família; ter todas as respostas, muitas certezas e nenhuma dúvida; gostar de futebol e de vale-tudo; dar tapas nas costas do colega; falar bastante de mulher, mas jamais de intimidade; nunca demonstrar sensibilidades; dar mesada para a esposa; fazer o imposto de renda; resolver



o problema do encanamento... Que peso incomensurável. Era isso ser homem por muitos séculos, sem falar nas guerras. E era preciso estar satisfeito com isso porque, afinal, você estava no topo da cadeia alimentar da espécie, ia reclamar do quê?

Acontece que, hoje, nenhuma das características citadas define o que é ser um homem. Assim como nenhuma característica – tradicional ou não – define o que é ser uma mulher. Do mesmo modo que a anatomia também não é mais capaz de definir o que é ser um homem e o que é ser uma mulher. E nem a escolha da carreira ou a posição na sociedade. Se há algo que define o que é ser um homem e o que é ser uma mulher, este algo está fora das palavras. E isso é o que torna Laerte fascinante: ele se apropriou da confusão e tornou-se a indefinição.

Graças às mulheres, e também aos homens que ousaram sair do armário (e aqui não me refiro somente à orientação sexual), os homens começam a autorizar-se a vagar sem rumo por aí, cada um do seu modo. Até porque não há caminhos já trilhados para seguir, já que não é mais possível apenas refazer os passos do pai ou do avô – nem é suficiente se contrapor totalmente a eles e segui-los pelo avesso. O que há são vidas a serem inventadas.

É claro que muitos homens se arrastam pelas ruas lamentando a perda de lugar. Sem saber o que fazer da existência nem de si, alguns arrotam alto ou espancam gays na tentativa pífia de mostrar que ainda sabem o que são. Perder o lugar e confundir-se não é fácil, não é mesmo. Mas é um espaço inédito de liberdade. É possível arrancar o terno de chumbo e descobrir que pele existe embaixo dele. E faz parte estar ainda em carne viva.

Acho que os homens alcançaram, finalmente, um começo de emancipação. E espero que as mulheres tenham a grandeza de estar à altura desses novos homens que começam a surgir. E enfiem a saudade do macho provedor na lata de material reciclável. Porque há muitas mulheres que ainda suspiram de nostalgia do macho provedor, mesmo se achando modernas e liberadas. Pode até ser que esse seja um bom arranjo para alguém, mas já não há garantias. Faz parte da jornada amorosa acolher a confusão dos homens que amamos porque tudo deve ser mesmo muito novo e muito assustador para eles.

Uma amiga contava, dias atrás, que seu marido passou uns tempos arrebatado pela agente do FBI da série americana “Fringe” (ótima, aliás!). Ocorre que Olivia Dunham, a dita agente, é uma loira linda, inteligente e destemida. E ocorre que o marido da minha amiga não estava encantado no sentido erótico convencional: ele não

queria transar com Olivia Dunham, mas “ser” a agente do FBI.

Os leitores com menos imaginação e ainda presos ao velho mundo pensaram nesse instante: o cara é gay. Não, ele não é. Ele pode preferir transar com mulheres – e, no caso, faz minha amiga muito feliz – e se identificar com a agente Olivia Dunham como outros se identificam com os personagens sempre “muito machos” de Sylvester Stallone ou até com o Neymar. Há espaço para tudo. E para todos. Se podemos ter fantasias infinitas, para que se limitar, seja nós o que formos? Minha amiga, que é sábia, achou muito divertido. E, assim, teve a experiência de namorar Olívia Dunham algumas vezes. Ainda não é para qualquer um/a, mas que pena que não é.

Lembram da frase mítica? “Uma terra onde os homens são homens, e as mulheres são mulheres”. Ufa, o faroeste se foi e ninguém sabe bem o que é ser homem nem o que é ser mulher nos dias de hoje. E não, os homens também não são de Vênus, nem as mulheres de Marte. Ou será que era o contrário? Se estivermos à altura do nosso tempo, descobriremos que há infinitas possibilidades – e não uma só – de sermos seja lá o que for. Como alguém disse no twitter: “Na vida, não limite-se. Laerte-se!”.

## ANEXO D

## Elas não são gays

Quando conhecem alguém, Michele Kamers e Carla Cumiotto fazem questão de se apresentar sem deixar nada por dizer: “Somos casadas, fizemos inseminação artificial em São Paulo e temos dois filhos”. Elas preocupam-se em deixar tudo claro por acreditar que são as dúvidas e sombras que alimentam maledicências e preconceitos. E, como formaram uma família diferente do padrão convencional, querem que seu casal de filhos cresça numa sociedade preparada para recebê-los. Conheci essas mulheres extraordinárias dias atrás, quando as procurei com a proposta de contar sua história. O resultado desse encontro é a reportagem "A primeira nova família brasileira", publicada na atual edição de ÉPOCA.

Michele e Carla conquistaram na Justiça o direito de registrar seus gêmeos, de 2 anos, no nome de ambas. Até agora só tinham o sobrenome de Carla, a mãe biológica. Michele não aceitava a ideia de ter de entrar com um pedido de adoção. Ela desejou esses filhos, acompanhou o processo de inseminação, via banco de esperma, esteve ao lado de Carla durante toda a gestação e no parto por cesariana, e cria junto com Carla os dois filhos na casa que ambas compraram. “Eu não poderia adotar meus próprios filhos”, diz. “Eles nasceram do meu desejo, tanto quanto do de Carla.”

É a primeira vez que a Justiça brasileira reconhece um vínculo exclusivamente afetivo, simbólico, como parental. Não há nenhum traço biológico ligando os gêmeos a Michele. Mas ninguém que conhece a família, assim como o juiz Cairo Roberto Rodrigues Madruga, da 8ª Vara de Família de Porto Alegre, tem qualquer dúvida sobre o fato de eles serem tão filhos de Michele quanto são de Carla. A surpresa é que uma das maiores vitórias na área dos direitos dos LGBTTTTS é de um casal de mulheres que afirma não ser homossexual – não por preconceito, mas porque acreditam que a questão é mais complexa do que parece. A sigla, cada vez maior porque há sempre uma nova diferenciação a incluir, significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Trangêneros e Simpatizantes.

Quando Carla e Michele disseram-me que não se identificavam como homossexuais, meu primeiro sentimento foi de estranhamento. Até então eu me considerava heterossexual – uma definição que identifica pessoas que costumam viver suas histórias de amor com o sexo oposto, mas que raramente é usada porque ninguém precisa ficar afirmando algo que é o convencional – e, principalmente, que é aceito. E

homossexual era todo aquele que vivia relações afetivas e sexuais com o mesmo sexo. Simples assim.

Pelos amigos gays e por algumas reportagens que gostaria de ter feito, sempre soube que os arranjos eram muito mais complexos e interessantes do que isso. E que, ao reduzir a diferença a uma palavra ou mais palavras fechadas em seu significado, perde-se de vista um universo pleno de nuances. E nós, ditos heterossexuais, também somos reduzidos a algo que parece muito óbvio – e que de fato não é, ou pelo menos espera-se que não seja.

Ao entrevistar o casal em sua casa, em Blumenau (SC), seus argumentos me levaram a uma série de novas questões. Ao final do primeiro dia, eu e o fotógrafo Marcelo Min pedimos uma garrafa de vinho, no hotel, e ficamos conversando sobre as tantas perguntas inusitadas que a reportagem nos provocava. Esse é sempre o melhor cenário para um repórter e para um fotógrafo que amam o que fazem: quando a pauta se mostra muito mais complexa do que parecia e nos desafia, também do ponto de vista pessoal, a indagações inéditas. Acredito que uma reportagem só acontece quando repórteres e personagens se transformam nesse encontro. E espero ter colocado nelas quase tantas pulgas quanto elas me colocaram.

Carla e Michele são psicanalistas, professoras universitárias, que pensam bem e têm um ótimo senso de humor. Formam um casal mais tradicional do que a maioria dos casais convencionais que eu conheço. Cada uma delas tem uma papel bem definido na relação: Michele ocupa a posição masculina e Carla a feminina – entendendo tanto o feminino quanto o masculino nas definições tradicionais inscritas na cultura. Carla sempre namorou homens – masculinos – e Michele é a primeira mulher de sua vida. “Não posso me identificar como homossexual porque sou atraída pela posição oposta”, diz Carla. “Gosto de homens e mulheres masculinos. Jamais beijaria uma mulher ou um homem feminino.” Na rua, Carla segue olhando para homens e, em geral, observa uma mulher quando se interessa por seus sapatos, bolsas ou roupas.

Michele namorou gente de ambos os sexos durante a adolescência, mas acabou fixando-se em mulheres femininas na vida adulta. Quando viu Carla, sua professora no curso de Psicologia, encantou-se pelo vestido justo, de um ombro só, e pelas unhas vermelhas. Ela mesma está bem longe do que seria o estereótipo de uma mulher masculina. Michele é bonita, veste-se com estilo, inclusive usando vestidos justos nas festas, usa brincos, colares e maquiagem, tem luzes no cabelo pelos ombros. Mas, por um sentimento intangível, qualquer um que se aproxima dela sabe que ela é

masculina, mas não no sentido de se parecer a um homem, mas masculina como só uma mulher pode ser.

E, para ciúmes de Carla, que descobriu-se com a novidade de um marido circulando predominantemente entre mulheres, Michele mesmo sem querer desperta paixões entre garotas homo ou heterossexuais. Mas também não consegue ver-se como homossexual. “Hoje existem diversos modos de ser mulher, inclusive ser mulher e ter uma posição masculina. Do mesmo modo que é possível ser um homem na posição feminina. Não é preciso cortar o pênis para ter um lugar social. Muita gente, ao mudar de sexo, está resolvendo na anatomia uma questão psíquica, uma questão de reconhecer-se no corpo que se tem”, diz. “Acho que uma mulher precisa ser muito mulher no sentido de não ter medo de ser confundida com um homem. Me vejo como uma mulher masculina que gosta de mulheres femininas.”

Carla e Michele não frequentam guetos gays, como bares, restaurantes e danceterias. A maioria de seus amigos poderia ser identificada como heterossexual. “Todo o gueto – e não apenas o homossexual – visa excluir a diferença. Seja ele ideológico, religioso, racial ou sexual”, diz Michele. “E nós acreditamos que é o confronto com as diferenças que nos faz avançar, que nos apresenta novas possibilidades de existir, que nos permite a invenção de uma vida melhor. Nas ocasiões em que tentaram eliminar as diferenças, determinar que só existia uma forma de viver, foi muito triste, como no nazismo e no fascismo.”

Como a questão de ser ou não homossexual tangenciou as cinco horas de entrevista, Carla e Michele ainda me enviaram um email, com o objetivo de clarear sua posição. É Carla que escreve primeiro: “Não nos reconhecemos como homossexual justamente por que, ao se apresentar como ‘homossexual’ nos parece que o sujeito reduz e condensa o conjunto de traços identificatórios que o define a apenas um: ‘o homossexual’. Ou seja, como se a partir desse momento deixasse de ter nome próprio, de ser filho, de ter uma profissão, de ter uma identidade de homem ou mulher. Somos mulheres e entendemos que, na vida, se é homem ou mulher. Para depois, a partir das determinações discursivas da época em que se vive, assim como a partir das marcas infantis, e assim como dos ‘bons encontros’ na vida, cada um vai se referenciando a partir do masculino ou do feminino enquanto posição psíquica. E isso vai determinar seu jeito de amar, de namorar, de fazer laço, etc. Por exemplo: No primeiro dia em que ficamos, quando fui tocar o corpo da Michele, me surpreendi que não tinha um pênis. Isso é só para te inspirar e te dar um exemplo de que o quanto o conhecimento da anatomia e da

realidade é menos determinante que a dimensão do simbólico enquanto representação. Isso é para brincar um pouco do quanto existem mil e um ordenadores e arranjos possíveis no campo da sexualidade e, principalmente, uma infinidade de arranjos possíveis para um casal”.

O texto continua, desta vez escrito por Michele. “Gostaríamos de deixar uma interrogação: o que é apresentar alguém como homossexual, na medida em que nunca vimos alguém se apresentar como heterossexual? Ou ainda, como poderíamos aceitar essa representação se a idéia do homossexual faz alusão à atração pelo mesmo sexo, se o encontro entre mim e Carla diz justamente da atração pela diferença de posição? Ou seria o estereótipo ‘homossexual’ uma forma de anular a reflexão e de manter a ilusão de que não temos ‘nada’ comum para fazer laço?”.

Considere as questões colocadas por elas tão interessantes que quis trazê-las para essa coluna. Tudo o que nos provoca a pensar sempre nos faz avançar. Concordar ou discordar não é o mais importante. Acho que as pessoas dão valor demais ao “concordo” ou “discordo” – e assim perdem ótimas oportunidades de aprimorar sua reflexão porque sentem-se ameaçadas quando algo abala suas convicções. Provocações intelectuais valem a pena porque nos fazem refletir para além do que pensávamos antes – e tornam possível chegar a questões que também superam as iniciais. Valem a pena porque nos fazem duvidar de nossas certezas. E esse é um excelente exercício para nos tornarmos pessoas melhores, que pensam mais e melhor e conjugam a tolerância. Se o método servir para alguém, sempre que algo me parece muito novo ou mesmo absurdo, eu faço um exercício que começa por um silencioso, mas nem por isso menos sonoro: “Será?”.

É necessário ressaltar que a denominação homossexual e seus derivativos foram usadas por muito tempo para discriminar. Até pouco tempo o “homossexualismo” era considerado uma patologia, um desvio. E há quem ainda defenda essa teoria. Por outro lado, com imensa coragem e obstinação, o movimento gay conseguiu transformar uma definição que era pejorativa em ação afirmativa, fundamental para a conquista de direitos. Foi preciso afirmar a diferença para conquistar o direito de existir. Fechar-se em guetos se impôs como um espaço de proteção diante de uma sociedade preconceituosa – e uma estratégia para encaminhar as questões legais com maior poder de pressão. Hoje, o próprio desdobramento da sigla LGBTTTTS, que não para de aumentar em função de novas definições, mostra um caminho de abertura. O trinômio GLS (gay, lésbicas e simpatizantes) não abarca mais todas as diferenças. E

possivelmente teremos uma sociedade melhor quando as diferenças não precisarem mais ser explicitadas numa sigla.

É por esse caminho que me parecem ir Carla e Michele. Elas não ocultam nenhum elemento de sua condição. Pelo contrário, apresentam-se com uma transparência pouco vista, mesmo em militantes da causa. É preciso observar ainda que elas não circulam por guetos, mas na universidade, na escola dos filhos, nos restaurantes da cidade, no clube, nos próprios consultórios. E não em São Paulo, uma cidade que pelo tamanho permite a vivência de todos os arranjos – mas em Blumenau, uma cidade de porte médio, conservadora, com população predominantemente de origem alemã.

Ao escutar a argumentação de Carla e Michele, fiz várias indagações sobre minha vida e analisei meus arranjos amorosos em retrospectiva. Provavelmente eu nunca lidaria bem com um parceiro com uma posição masculina tão determinada. Percebo que tenho muito forte em mim as duas posições – e as alterno nos jogos amorosos e sexuais. Homens muito masculinos ou femininos demais acabam por me desinteressar. Sou atraída por gente que mistura, me fascino pelas nuances. E provavelmente por isso meu casamento tenha sobrevivido não às pequenas, mas a pelo menos uma grande crise.

Gosto, numa história de amor, da liberdade de ser uma coisa e outra. E, embora já tenha me sentido atraída por mulheres – femininas e masculinas –, nunca aconteceu. O que não significa que não acontecerá. E me exponho aqui em reciprocidade à exposição dessas duas mulheres, que entenderam que tinham a responsabilidade ética de se mostrar, para que outros brasileiros pudessem refletir sobre uma questão tão importante. Não acho que meu jeito é melhor que o de ninguém – nem que o de Michele e Carla sejam melhores ou piores que todos os outros possíveis. Acredito apenas, por tudo que vi, ouvi e senti, que elas formam um casal interessante e criaram uma família bonita.

Saí dessa experiência de reportagem com apenas uma convicção pessoal. Não sou heterossexual. Não porque pretenda começar a namorar mulheres, mas porque cheguei a conclusão de que essa definição diz muito pouco sobre a complexidade do que somos. Está na hora de criar nomes mais fluidos, acho eu. Se alguém me perguntar se sou homo ou hetero, vou dizer: “Sou uma mulher às vezes masculina, às vezes feminina, que gosta de homens às vezes femininos, às vezes masculinos”. É mais complicado, sem dúvida. Mas é bem mais estimulante. E libertador.